

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

# PONTUAÇÃO E INTERAÇÃO

Ana Maria Nápoles Villela

anapoles@uai.com.br

-1998-

Ana Maria Nápoles Villela

## **PONTUAÇÃO E INTERAÇÃO**

**Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Língua Portuguesa à Comissão Julgadora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.**

**Orientador: Prof. Dr. Milton do Nascimento.**

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes profissionais:

---

Orientador: Prof. Dr. Milton do Nascimento - PUC-MINAS

---

Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho - USP-SP

---

Profa. Dra. Ângela Vaz Leão - PUC-MINAS

Belo Horizonte, 24 de abril de 1998

---

Profa. Dra. Ângela Vaz Leão  
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Letras

*Ao meu marido, Roberto, e aos meus filhos, Milena, Bráulio, Jaime e Leticia, na certeza de que educação se faz com atitude e ação.*

## **Agradecimentos**

À professora Ângela Vaz Leão, exemplo de atitude e ação.

Ao professor Milton, que me libertou das amarras da Gramática Tradicional.

À professora Ingedore Koch, que viu este projeto nascer e que tanto ajudou no seu crescimento.

Às professoras Maria Bernardete Abaurre, Diana Luz Pessoa de Barros e Sueli Pires, pelas sugestões e pela oportunidade de diálogo.

Ao professor Abreu Rocha, por ter colocado sua biblioteca à minha disposição.

À Izael Brunacci, pela competente revisão e pela solidariedade.

À Yedda, leitora atenta, ombro amigo e ouvido paciente, que ajudou a minimizar as minhas ansiedades.

Ao Bráulio, pela ajuda constante e irrestrita.

Aos meus pais, pela alegria da vida.

À CAPES.

E, é claro, a Deus.

# SUMÁRIO

## Capítulo 1 - Apresentação

1.1. Introdução .....	1
1.2. Procedimentos de investigação .....	6
1.3. O <i>Corpus</i> .....	8
1.3.1. Justificativa .....	8

## Capítulo 2 - Revisão crítico histórico-teórica

2.1. Quadro teórico .....	14
2.1.1. Concepções de linguagem .....	14
2.1.2. Concepções de escrita .....	16
2.2. O papel da pontuação na representação escrita da língua .....	19
2.2.1. Ponto de vista histórico.....	19
2.2.1.1. Como e quando surgiram os sinais de pontuação.....	19
2.2.1.2. Quais são os sinais e como se classificam .....	24
2.2.1.3. Em que se baseiam os gramáticos para formularem as regras ...	27
2.2.2. Ponto de vista da Gramática Tradicional .....	28
2.2.2.1. Pontuação e reconstituição da oralidade .....	29
2.2.2.2. Pontuação e aspectos sintático-semânticos da frase .....	31
2.2.2.3. Pontuação e leitura .....	33
2.2.2.4. Pontuação e estilística .....	34
2.2.2.5. Pontuação sob várias perspectivas .....	34
2.2.3. Ponto de vista dos estudos atuais .....	37
2.3. Considerações finais .....	45

### Capítulo 3 - Quadro de referência

3.1. Formulação do problema .....	51
3.2. A concepção de linguagem .....	52
3.3. A teoria da enunciação .....	54
3.3.1. A língua como comunicação .....	54
3.3.2. A língua como um conjunto de funções socialmente definidas .....	55
3.3.3. A Teoria dos Atos de Fala .....	57
3.3.4. A Teoria da Variação e Mudança .....	58
3.3.5. Teorias do Discurso .....	59
3.4. As condições de produção .....	60
3.4.1. As condições de produção do texto escrito .....	61
3.4.1.1. A pontuação no texto escrito .....	65
3.5. A Teoria Modular do Discurso .....	69
3.5.1. A visão de Roulet .....	70
3.5.2. A visão de Castilho .....	74
3.6. A construção do processo discursivo .....	78
3.6.1. A articulação Tema-Rema .....	78
3.6.1.1. A origem da articulação Tema-Rema .....	79
3.6.1.2. Os principais teóricos .....	82
3.6.1.3. A articulação Tema-Rema na perspectiva textual .....	88
3.6.1.4. A articulação Tema-Rema na visão modular .....	85
3.6.2. A construção do texto por ativação .....	90
3.6.2.1. A unidade discursiva.....	90
3.6.2.2. A articulação Tema-Rema e a hierarquia tópica .....	91
3.6.3. A construção do texto por reativação .....	94

3.6.3.1. A repetição .....	94
3.6.3.2. A paráfrase .....	95
3.6.4. A construção do texto por desativação .....	95
3.7. Considerações finais .....	96
<b>4. Capítulo 4 - Análise do <i>Corpus</i></b>	
4.1. O processo da enunciação na perspectiva modular .....	98
4.1.1. A enunciação .....	98
4.1.2. A discursivização .....	100
4.2. A construção da Malha Tópica e da ATR .....	103
4.3. A pontuação a serviço da Semantização e da Gramaticalização. ....	109
4.3.1. O ponto na articulação dos enunciados e na segmentação da Malha Tópica.....	110
4.3.1.1. O ponto na segmentação Tema -Rema.....	110
4.3.1.2. O ponto na segmentação de Remas .....	113
4.3.1.3. O ponto na tematização da hierarquia temática .....	114
4.3.1.4. O ponto na segmentação de Remas parafrásticos .....	117
4.3.1.5. O ponto na segmentação de Remas “resumitivos” .....	120
4.3.1.6. O ponto e a segmentação de Remas frásticos .....	122
4.3.2. Hierarquização X linearização no processo discursivo.....	133
4.3.3. O ponto e a segmentação de instâncias de enunciação.....	139
4.4. Considerações finais .....	140
5. Capítulo 5 - Conclusões.....	143
Résumé .....	149
Referências Bibliográficas .....	150



## RESUMO

Até certo tempo, trabalhava-se com uma concepção de pontuação que delimitava o enunciado, tentando reproduzir a estrutura, o esquema da frase. Atualmente há uma tendência em utilizar a pontuação para delimitar o enunciado na sua instância de enunciação, uma vez que esses sinais gráficos podem ser considerados essencialmente enunciativos, pois são marcas características da utilização concreta da linguagem em sua forma escrita.

Com o objetivo de explicitar as funções de uma pontuação a serviço da língua, em seu funcionamento discursivo, adoto, neste trabalho, uma versão da Teoria da Enunciação. Procurei incorporar a essa teoria uma perspectiva modular da linguagem, o que possibilitou a delimitação do meu objeto de estudo no domínio das operações envolvidas na macro-organização de textos em português culto do Brasil.

Nesta dissertação, procuro apresentar evidências a favor de uma “teoria da pontuação” que elucide suas funções em uma visão enunciativa/discursiva. Pela simples razão de que *quem muito abraça, pouco aperta*, minha atenção estará voltada para o ponto-final.

Onde há atividade lingüística, seja no interior africano, seja na fila do ônibus, seja na torcida de futebol, seja nas disputas parlamentares, seja no último bolicho de Mato Grosso, seja na inocente e interessantíssima conversa das crianças, seja no sombrio asilo de imbecis - onde há atividade lingüística existe matéria para a curiosidade científica do lingüista.

(Gladstone Chaves de Melo. 1957)

É definitivamente necessário começar a conceber a gramática como uma disciplina viva, em revisão e elaboração constante.

(Mário M. Perini. 1995)

## CAPÍTULO 1

### 1.1. INTRODUÇÃO

A historinha transcrita abaixo foi publicada na seção “Humor” de uma revista.

*A professora passou a lição de casa: fazer uma redação com o tema “Mãe só tem uma”.*

*No dia seguinte cada aluno leu a sua redação. Todas mais ou menos dizendo as mesmas coisas: a mãe nos amamenta, é carinhosa conosco, é a rosa mais linda de nosso jardim etc.etc.etc. Portanto, mãe só tem uma...*

*Aí chegou a vez do Juquinha ler a sua redação:*

*“Domingo foi visita lá em casa. As visitas ficaram na sala. Elas ficaram com sede e minha mãe pediu para mim (sic) buscar coca-cola na cozinha. Eu abri a geladeira e só tinha uma coca-cola. Aí eu gritei pra minha mãe: ‘Mãe, só tem uma!’”*

*(Viaje Bem, Revista de bordo da VASP, nº.4, 1989)*

*Essa piada baseia-se nas interpretações diferentes de (I) “Mãe só tem uma” e (II) “Mãe, só tem uma!”*

*Compare esses dois enunciados e, com base na análise das relações sintáticas que se estabelecem entre as palavras, em cada um dos casos, identifique e explique a diferença de significado entre (I) e (II), responsável pelo efeito engraçado do texto<sup>1</sup>. (Abaurre e Possenti.1993:91)*

Trata-se de uma questão de gramática em que o emprego da vírgula é condicionado pelas relações sintáticas, o que significa avaliar a pontuação em situação efetiva de uso.

De acordo com as tendências da lingüística atual, o significado é produzido na instância de enunciação, durante o processo de interação. Essa é uma questão básica para o desenvolvimento deste trabalho, porque justifica o fato de que quem pontua um texto está dando pistas para construção de sentido por parte do leitor. Um dos pressupostos desta investigação é o fato de a pontuação ser considerada um elemento fundamental na produção de sentido do texto escrito, pois marca os limites e a segmentação dos enunciados, ou seja, a constituição e as ligações das partes. A pontuação ocorre, portanto, durante o processo de elaboração do texto escrito. Mas, por outro lado, na origem desta proposta de pesquisa, encontra-se a mesma

---

<sup>1</sup> Questão do vestibular UNICAMP/90

constatação de todos os que se ocupam do ensino da escrita: uma das maiores dificuldades apresentadas pelos alunos e redatores, na produção de textos escritos, concentra-se no uso dos sinais de pontuação.

À medida que tenho me dedicado ao estudo desse assunto, venho procurando respostas para algumas indagações:

Como e quando surgiram os sinais de pontuação? O que é a pontuação? Qual é a sua natureza e função? Em que se baseiam os gramáticos para formularem as regras de pontuação? A que se deve a dificuldade de os alunos pontuarem seus textos?

Na verdade essas questões apontam para uma pergunta chave: **o que a pontuação realmente representa na escrita?**

A partir desses e de outros questionamentos referentes ao uso dos sinais de pontuação, tirei algumas conclusões.

- Os autores divergem quanto a questões históricas da pontuação.
- As opiniões dos estudiosos do assunto são diferentes, mesmo a respeito de questões elementares, como número de sinais e espécies.
- Os gramáticos baseiam-se em várias premissas para defini-la. Pode-se falar em quatro posições teóricas: aqueles que a relacionam ou com a oralidade, ou com os aspectos sintático-semânticos, ou com a leitura e/ou com a estilística.
- A pontuação não ocupa o mesmo lugar nas gramáticas. Aparece ora ao lado da Ortografia, ora na parte destinada à Sintaxe (ao final do estudo de cada tipo de oração, ou ao final do estudo da estrutura do período simples e/ou composto), ora é vista mais como um problema de Estilística do que de Gramática, ora vem “solta” no final do livro, no Apêndice, ou sob o título de Notações Sintáticas. Parece que o espaço dedicado a ela tem a ver com a concepção do autor sobre o assunto.
- Apesar de terem opiniões controvertidas sobre pontuação, a maioria dos autores consultados assemelham-se na forma de abordá-la: limitam-se a assinalar o modo como se usam os sinais de pontuação. Talvez advenha daí a inoperância de tal processo de ensino. O resultado são professores inseguros, que tornam os alunos mais inseguros ainda quanto ao uso desses sinais gráficos, embora, muitas vezes,

esses se saiam bem em exercícios em que se pede para justificar os seus empregos.

- A grande dificuldade de os alunos empregarem os sinais de pontuação, ao produzirem seus textos, deve-se à maneira como são ensinados na escola: a fala de professores, como “coloquem a vírgula, porque aqui tem uma pausa”, as regras prescritivas e decoradas demonstram que a questão não é bem colocada.
- Existe uma enorme distância entre a norma culta e o uso. Isso é facilmente verificável, se tomarmos as regras de pontuação indicadas nas melhores gramáticas da língua portuguesa e observarmos o seu uso nos textos escritos contemporâneos, ou seja, nos textos a que os alunos têm acesso (“outdoors”, placas, textos publicitários e jornalísticos, textos de revistas em quadrinhos e outros). Mas que importância a escola dá aos casos especiais de pontuação? Como ela trata a diferença entre os exemplos encontrados nas gramáticas, extraídos de autores clássicos, e aqueles encontrados nos textos escritos pelos alunos?

Resumindo, o que os gramáticos têm feito até agora é explicitar o uso dos sinais de pontuação no nível da frase, geralmente baseando-se na língua literária de autores consagrados.

Apesar de posições teóricas e tratamentos diversificados, todos os estudiosos reconhecem a importância do emprego adequado desses sinais, principalmente aqueles que tratam da produção do texto escrito. Garcia (1972:273) inclui a pontuação no mínimo de gramática indispensável e suficiente para permitir ao usuário certos hábitos de estruturação textual modesta, mas clara, coerente e objetiva.

Embora não se trate de elementos auxiliares, mas de uma aquisição histórica fundamental à comunicação escrita, o que se pode averiguar é que o estudo da pontuação, assim como o de outros fatos lingüísticos, até os nossos dias, restringe-se a uma prática de análise gramatical que tem: a) o nível da frase como limite; b) o produto como perspectiva de análise e abordagem de dados lingüísticos; c) a disciplina gramatical como referencial teórico.

Conforme Castilho (1990), tal prática vem sendo questionada desde o início dos anos setenta, entre outras razões, graças à difusão e consolidação das pesquisas

lingüísticas no País, o que tem levado a um deslocamento do paradigma lingüístico que implica algumas mudanças na visão dos fatos da linguagem. Do ponto de vista teórico, esse deslocamento leva em conta que

- o objeto de estudo deixa de ser o enunciado em si e passa a ser a linguagem entendida como enunciação;

- a linguagem não é mais vista como um código abstrato e as condições de produção passam a ser consideradas ao se analisar o enunciado;

- conseqüentemente, muda-se o foco da indagação lingüística: o objeto de estudo não é mais a análise taxionômica dos produtos lingüísticos, mas a análise dos processos psicossociais que constituem esses produtos.

Sob esse ponto de vista, a pontuação deve ser entendida como um conjunto de pistas para o interlocutor construir o sentido desejado pelo autor do texto. Os sinais de pontuação passam a ser um valioso instrumento de interação através da escrita. Para bem explorá-los, é preciso ir além de regras prescritivas, já que carecem de uma base descritiva do fenômeno em si. É necessário, então, que a pontuação seja avaliada não apenas na frase, mas também no texto, espaço em que suas várias funções se realizam. Smith (1993:58) afirma que

*(...) parece coerente estabelecer uma relação entre escrever-pontuar-ler e ver a pontuação numa perspectiva textual, discursiva. Textual, na medida em que é do texto que emerge e é nele que se justifica; discursiva, porque é um sistema de possibilidades cuja realização depende, em última instância, da orientação discursiva que se quer dar ao texto, tendo em vista determinadas leituras que para ele se prevêm. Portanto, a pontuação é, no limite, um assunto de leitura, de variantes de leitura.*

Aproveito o texto acima para focalizar o meu objeto de trabalho – a função interativa/discursiva da pontuação –: deve-se estabelecer uma relação entre escrever - pontuar e ver a pontuação numa perspectiva textual, discursiva. Textual, na medida em que é do texto que emerge e é no texto escrito que se justifica; discursiva, porque é um sistema de possibilidades cuja realização depende, em última instância, da orientação discursiva que se quer dar ao texto, tendo em vista o sentido que se quer atribuir a ele. Portanto, a pontuação é, no limite, um assunto de sentido, de variantes de sentido.

Sabe-se que é próprio da linguagem seu caráter de interlocução. A escrita não foge a esse princípio, pois também busca estabelecer uma relação entre sujeitos. O

texto escrito, como totalidade revestida de significados, configura um jogo entre sujeitos, entre locutor e interlocutor. E a pontuação faz parte desse jogo. Pontuar um texto é já atribuir-lhe um sentido, é deixar para o futuro leitor os sinais que conduzem ao sentido pretendido pelo autor.

Em uma perspectiva diacrônica, pode-se observar que a história da pontuação reflete a história da comunicação humana e que os diferentes modos como tem sido considerada são decorrentes dos diferentes modos de ver a própria linguagem escrita, conforme uma das conclusões a que chegou Smith (1993:81).

Até certo tempo, tinha-se uma concepção de pontuação centrada na frase - imagem normatizada da língua -, ou seja, uma “teoria” da pontuação que delimitava o enunciado tentando reproduzir o esquema da frase<sup>2</sup>. Atualmente há uma tendência em conceber a pontuação como mecanismo para segmentar o texto escrito em partes e sinalizar para a organização dessas partes, em função da articulação de fatores discursivos na instância de enunciação. Teorias atuais mostram que, na construção do enunciado, operam diversos módulos de processamento lingüístico. Assim, pode-se falar em enunciação – um objeto tão complexo – em uma perspectiva modular, pois o enunciado, o produto, é o resultado de operações de várias dimensões e formas de articulação.

A partir dos pressupostos de que o processo da escrita representa o processo da fala e de que a pontuação é um recurso da escrita, postula-se que há um sistema de representação das operações envolvidas no processamento do texto escrito que inclui a pontuação. O texto escrito é uma representação do processo discursivo a serviço de várias dimensões. Por isso entende-se que também a pontuação está a serviço de várias dimensões.

Outra razão para considerar os sinais de pontuação como marcas enunciativas é o fato de que, além de auxiliarem o produtor da escrita nas decisões que ele toma ao escrever, devem ser usados para orientar a ação lingüística (leitura e fala) de um outro lado do processo – o leitor. Conseqüentemente, podem ser considerados via de mão dupla: sinalizam o sentido para quem escreve e promovem o sentido para quem recebe o texto. A serviço da enunciação, do discurso,

---

<sup>2</sup> **Frase/oração e/ou sentença** são entendidas como representações mentais constituídas pela regras e/ou princípios da gramática internalizada da Língua e consideradas elementos fundamentais na organização formal do enunciado.  
**Enunciado** é o produto, a manifestação concreta de uma frase.

delimitando o enunciado, percebe-se que a pontuação não pode ser explicada por teorias limitadas à frase. Para explicar as funções de uma pontuação a serviço de uma língua, em seu funcionamento discursivo, há que se fundamentar em uma teoria que tenha por base a macro-organização do texto. E esta é a minha proposta para desenvolver esta dissertação: **contribuir para a revisão da “teoria” em vigor, propondo uma análise das funções do ponto-final em uma perspectiva enunciativa/discursiva, que especifique operações dos módulos responsáveis pela utilização dos sinais de pontuação.**

Para isso, será feita a análise de textos escritos em padrão culto em que os autores deixam mais explícita a função de interagir com o leitor, tais como propagandas, artigos de jornais e revistas, etc. Esse *corpus* será caracterizado ainda no presente capítulo, após os pressupostos teóricos do procedimento de investigação que norteiam a análise.

Em seguida, para contextualização do assunto, será feita uma revisão crítica das teorias sobre pontuação, tanto conforme alguns gramáticos tradicionais mais significativos, quanto conforme outros teóricos contemporâneos.

O terceiro capítulo trata dos pressupostos teóricos da Teoria da Enunciação e da Teoria Modular, que embasam a análise proposta.

No quarto capítulo, será feita a análise do *corpus* à luz da teoria interativa/discursiva, em uma perspectiva modular.

Por último, serão levantadas as conclusões.

## **1.2. PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO**

A verificação, nos textos dos alunos, da incidência de um modo especial de pontuar e a observação de uma semelhança entre esse modo e o que vem sendo usado em alguns textos contemporâneos foram os primeiros passos do procedimento desta pesquisa.

Ao tratar da relevância teórica dos dados singulares, Abaurre (1995:6) diz que o historiador italiano Carlo Ginzburg (apud Abaurre, op.cit.:6) retoma e explicita discussões a respeito do estatuto teórico dos dados singulares em Ciências Humanas. O autor chama a esse paradigma de indiciário e *preocupa-se dentre*

*outras coisas, com a definição de princípios metodológicos que garantam rigor às investigações centradas no detalhe e nas manifestações de singularidade.*

Quartarolla (apud Abaurre, op.cit.:6) discute as questões teórico-metodológicas que dizem respeito a esse paradigma específico e ressalta o fato de que

*o estabelecimento de um rigor metodológico diferenciado daquele instaurado pelas metodologias experimentais, uma vez que o olhar do pesquisador está voltado neste paradigma para a singularidade dos dados. No interior desse “rigor flexível” (tal como o denomina Ginzburg) entram em jogo outros elementos, como a intuição do investigador na observação do singular, do idiossincrático, bem como sua capacidade de, com base no caráter iluminador desses dados singulares - tal como o propõe o paradigma indiciário - formular hipóteses explicativas interessantes para aspectos da realidade que não são captados diretamente, mas, sobretudo, são recuperáveis através de sintomas, indícios. GIN*

Segundo Tfouni (1992:211), para adotar tal metodologia, o próprio pesquisador vê-se diante de três parâmetros básicos: considerar que o dado é um indício, que a situação de testagem sempre se constitui em uma situação discursiva e que a posição do pesquisador exige inúmeros deslocamentos e posicionamentos em diversos pontos de vista, o que *lhe dará como consequência perspectivas diferentes de olhar os dados e a situação discursiva de testagem.*

Ainda segundo Tfouni (op.cit.:212), *seguir o paradigma indiciário significa restituir ao texto suas qualidades individuais, restituir-lhe os contextos em que foi produzido, a(s) história(s) de suas condições de produção.* Ou seja, significa considerar o texto como um recorte discursivo.

A autora utiliza-se da justificativa de Orlandi e Guimarães (apud Tfouni, op.cit.:212), que dizem ser o paradigma indiciário aplicado em Análise do Discurso:

*As marcas são pistas. Não são encontradas diretamente. Para se atingi-las, é preciso teorizar. Além disso, a relação entre as marcas e o que elas significam é tão indireta quanto é indireta a relação do texto com as suas condições de produção.*

A partir do momento em que, neste trabalho, propõe-se estudar um dado singular – a ocorrência do ponto na delimitação de enunciados – e procura-se ver nesse dado singular um índice de interação verbal, está-se adotando um paradigma indiciário de análise.

### **1.3. O CORPUS**

Para atender a proposta desta dissertação – mostrar a necessidade de se considerar a função da pontuação no processo interlocutivo – foram selecionados textos em que a pontuação está a serviço, não da delimitação da frase, mas do enunciado considerado no contexto de sua instância de produção, do enunciado em função de sua função discursiva. Os exemplos foram recolhidos de crônicas sociais, esportivas, seções de ensaio e ponto de vista, “outdoors” e textos publicitários.

O contexto jornalístico, no qual se inserem os textos selecionados para a constituição do *corpus*, caracteriza-se por uma construção formal, pelo fato de que revela a preocupação em respeitar o padrão culto da língua, mas apresenta também traços de informalidade ou de uma estrutura mais desenvolta, natural, mais próxima da fala, que pretende garantir a proximidade com o leitor e, além disso, convencê-lo, persuadi-lo da veracidade de suas notícias, informações, opiniões. No caso do texto publicitário, há maior implicação do interlocutor no processo comunicativo, pois busca-se envolvê-lo, levando-o a adotar esse ou aquele comportamento, ou a adquirir determinado produto. Trata-se de um dos tipos de texto escrito que mais deixa transparecer o caráter interacional da linguagem. Embora não haja uma interlocução face a face, nem possa haver troca imediata de papéis, embora não ocupe o mesmo espaço e tempo, há uma forte presença do alocutário<sup>3</sup>, interlocutor presumido, com quem o locutário procura manter um vínculo.

### 1.3.1. Justificativa do *corpus*

Foi tomado como objeto de análise um conjunto de textos extraídos da mídia impressa. A escolha de um *corpus* constituído por textos e não por enunciados isolados deve-se ao pressuposto de que, ao se comunicar, os interlocutores o fazem através de textos e não de frases descontextualizadas.

Os textos selecionados foram extraídos de três jornais diários (Estado de Minas, Folha de São Paulo e Jornal do Brasil); duas revistas semanais (Veja e Isto É); uma revista quinzenal (Exame) e duas revistas mensais (Marie Claire e Super Interessante). Com essa seleção, procurou-se analisar textos dirigidos a um público diversificado, mas que opera com um padrão de linguagem mais formal. Os três

---

<sup>3</sup> Nesta dissertação o **produtor do texto** vem designado pelos termos locutário, falante, emissor e o **receptor do texto**, pelos termos alocutário, ouvinte, destinatário, interlocutor.

jornais e as duas revistas semanais, por conterem assuntos variados, procuram atingir o público jovem e adulto; a revista Exame, por tratar de negócios, economia e finanças, atinge um público de empresários, investidores, etc.; a revista Marie Claire tem como público alvo a mulher de classe média, e a revista Super Interessante é dirigida ao leitor interessado na ciência e na tecnologia, principalmente os jovens. Trata-se de textos produzidos de acordo com uma norma lingüística reconhecida como padrão.

A opção por textos da mídia impressa, além de significar a seleção de um determinado tipo textual, deve-se ao fato de eles apresentarem uma linguagem padrão, de acordo com Perini (1995). Para o autor, linguagem padrão é a utilizada nos textos jornalísticos das revistas semanais e jornais e nos textos técnicos dos livros didáticos e científicos. Argumenta que há uma grande uniformidade gramatical e estilística nesses textos, publicados nas várias partes do Brasil, uma vez que neles não se usam os regionalismos. E conclui que *existe um português padrão altamente uniforme no país e que esse padrão é encontrado em textos técnicos e jornalísticos em geral, mas nem sempre nos textos literários* (p.26).

Perini alega também que, enquanto o padrão técnico-jornalístico apresenta uma uniformidade de estruturas que permite a descrição da língua com maior coerência, a linguagem literária apresenta inovações pessoais e traços coloquiais que possibilitam identificar a região do autor e até mesmo o autor em particular.

O lingüista em questão levanta ainda uma terceira razão a favor desse tipo de texto ser considerado como da variedade padrão de língua: uma das finalidades do ensino gramatical é conscientizar o estudante de sua língua, *da língua que ele deve aprender a manejar, seja lendo, seja escrevendo* (p.87). Segundo ele, poucos alunos chegarão a produzir e a adquirir o hábito de ler textos literários. *Mas é certamente necessário (...) que eles cheguem a manejar a linguagem técnica e a jornalística, pelo menos como leitores* (p.88). A civilização exige que o homem moderno tenha a capacidade de adquirir conhecimentos técnicos a partir de textos escritos e de obter informações importantes, para participar politicamente de sua comunidade e de seu País, pela leitura de jornais, revistas, comunicados, manifestos, etc.

O autor afirma não ter intenção, com suas considerações, de diminuir a importância do estudo da literatura, ou do domínio da linguagem literária. Mas acha

que, *em um sistema educacional que tão freqüentemente deixa de alcançar o mínimo, é importante colocar objetivos mais realistas para o ensino da língua. Pelas razões acima, sugere que a gramática seja (...) uma descrição do português padrão tal como se manifesta na literatura técnica e jornalística* (p.88).

Ao contrário do que propõe Perini, Melo (1957:51) defende, de acordo com a tradição cultural, que a organização da gramática deve-se dar a partir da sistematização dos fatos da língua literária, pois o uso culto e literário *é o mais importante para fins pragmáticos, uma vez que língua culta adquirida é o ponto de encontro, a quintessência das variantes regionais, grupais, sociais e ocasionais. Por isso conclui que de regra, pois, só se levanta gramática do falar polido da língua literária.*

Ao tratar do processo de elaboração gramatical, o autor diz que *cabe, portanto, à gramática apenas registrar honestamente os fenômenos, daí induzindo por classificação e sistematização, as normas que então coincidem com a descrição dos usos lingüísticos literários* (idem).

Para Melo (op.cit.), “certo “ e “errado”, em linguagem, são conceitos arbitrários e pessoais, mas sólidos, definidos e definíveis. Erro é o que destoa da tradição, dos hábitos lingüísticos de uma comunidade. Acerto é o que afina com tais hábitos, o que se identifica com uma tradição e a continua. A norma, pois, em linguagem, é criada a partir dos costumes, por isso caracterizada como consuetudinária e não decorrente de uma lei positiva, que parte de um legislador, ou de uma suposta lei ideal, formulada pelo raciocínio de um gramático. Segundo o referido autor, *para o correto estabelecimento da norma lingüística e para o exato conceito de erro, é mister que o lingüista, o filólogo, o gramático, tenham bem presentes ao espírito a discriminação dos usos lingüísticos* (p.49). A cada uma das inúmeras situações de uso corresponde um costume lingüístico *que solidariza os interlocutores. A norma lingüística de cada uso se induz e nunca se deduz. O processo há de ser a observação, as conclusões hão de ser a sistematização dos fatos observados* (p.50).

Quanto ao conteúdo da gramática, o autor diz que

*compete à Gramática sistematizar, pelo melhor método e integralmente, as características da época contemporânea, registrar os vestígios de características de épocas anteriores - denunciando-lhes, depois de exames estatísticos, o grau de declínio, - e ter olhos para as tendências que for surpreendendo, as quais apontará como movimentos embrionários e não como características, é óbvio<sup>4</sup> (p.56).*

É interessante notar que, apesar de dizer que a gramática deve sistematizar as características da época contemporânea, a maioria dos exemplos usados por ele em sua gramática, Melo (1970), são de autores clássicos do século passado.

De acordo com Mattos e Silva (1995:15), o caráter normativo-prescritivo é uma herança difícil de superar.

*A busca dessa norma literária, fundada nos clássicos gregos, não é mais do que a busca da manutenção de uma tradição que interessava aos alexandrinos preservar, de uma cultura erudita, representada nas “grandes obras” de autores ilustres da civilização grega clássica do passado, cujos exemplos deveriam ser seguidos.*

Essa postulação pode ser confirmada pela observação da maioria das gramáticas utilizadas nas escolas.

Castilho (1993:18) chama de *norma* ou *padrão* à variedade social de maior prestígio que existe nas diversas comunidades. Esse conceito é estabelecido a partir de critérios ora antropológicos, ora propriamente lingüísticos. Para os antropólogos, a norma é um fator de aglutinação social, resultante das forças coletivas *que cobram certa fidelidade de seus membros aos diferentes produtos culturais, entre os quais ressalta a língua*. Para os lingüistas, a norma é uma variedade a que a comunidade de fala atribui um prestígio maior, *em face do qual as demais variedades sofrem discriminação*.

Esse autor distingue os diferentes aspectos que estão abrigados no conceito de normas: *a norma objetiva, a norma subjetiva e a norma pedagógica*.

A norma objetiva (ou padrão real) é um dialeto social, pois é *o uso lingüístico concreto praticado pela classe socialmente prestigiada*. Por isso não está livre do fenômeno da variação lingüística. Tem-se, então, para cada período histórico, uma norma objetiva, uma norma geográfica, uma norma intra-individual, uma norma individual, uma norma temática e uma norma relativa ao canal.

---

<sup>4</sup> Destaques do autor

A norma subjetiva (ou padrão ideal) *é o conjunto de juízos de valor emitidos pelos falantes a respeito da norma objetiva* (p.18). Na descrição da norma objetiva, são localizadas variantes para o mesmo fenômeno. Confrontando o conjunto de variantes possíveis, a classe culta seleciona a que julga mais adequada e discrimina as demais.

A norma pedagógica *é uma mistura um tanto difícil de realismo com idealismo em matéria de fenômenos lingüísticos*, pois resulta da associação entre a norma objetiva e subjetiva. O ensino formal da língua portuguesa, a Gramática Normativa e o Dicionário ocupam-se da norma pedagógica. Castilho ressalta que, *numa sociedade em rápido processo de mudança como é a brasileira, há uma natural flutuação nas aspirações na classe escolarizada com respeito à adequação em matéria lingüística*.

Elia (1961:80) diz que toda inovação lingüística tem origem individual. O fato de não se poder precisar sempre quando nem onde surgiu não invalida esse fenômeno, pois não se deve confundir “anônimo” com “coletivo”. O problema é saber por que determinadas inovações se generalizam. *E esse problema, como salienta muito bem o professor E. Coseriu, não é um problema causal, mas de ordem condicional (quais as condições psicológicas, sociais, culturais, estruturais que favorecem a difusão de determinada inovação lingüística)*.

Aceitar esse postulado é encarar a língua como um fenômeno dinâmico.

Ao comparar a linguagem literária à jornalística, Lage (1985:35) afirma que o jornalismo não é um gênero literário a mais.

*Enquanto, na literatura, a forma é compreendida como portadora, em si, de informação estética, em jornalismo a ênfase desloca-se para os conteúdos, para o que é informado. O jornalismo se propõe processar informação em escala industrial e para consumo imediato. As variáveis formais devem ser reduzidas, portanto, mais radicalmente do que na literatura.*

Ainda nessa mesma página, Lage diz que, para impedir o uso de *fórmulas congeladas*, é preciso que o texto jornalístico seja submetido constantemente à crítica *que remove o entulho e repõe vida nas palavras*.

Por veicular informação conceitual, o texto jornalístico suprime *usos lingüísticos pobres de valores referenciais, como as frases feitas da linguagem cartorária* (p.36). A descrição dessa linguagem não pode ser limitada a fórmulas rígidas, que tendem a envelhecer rapidamente, pois não acompanham a variedade de

situações do mundo objetivo. Teoricamente deve-se estabelecer princípios tão gerais que permitam que a linguagem se atualize constantemente e que estejam relacionados com os objetivos, o modo e as condições de produção do texto.

Faria (1996:12), que se diz perfeitamente sintonizada com o que dizem Perini e Lage, postula que *a linguagem jornalística oferece uma espécie de “português fundamental”, uma língua de base, não tão restrita que limite o crescimento lingüístico do aluno e nem tão ampla que torne difícil ou inacessível o texto escrito ao comum dos estudantes.*

Em seu livro ***O jornal na sala de aula***, Faria (op.cit.:12) propõe atividades de língua portuguesa nas quais utiliza esse veículo de comunicação *como um material didático alternativo aos limitados e ruins livros didáticos.*

A autora diz que os professores de Português de Primeiro e Segundo graus mostram-se perplexos quando se tenta convencê-los de que *o texto literário não pode mais servir de norma padrão na escola* (p.11). Argumenta que, independente de seu valor literário, os escritores antigos utilizam uma língua anacrônica e os mais atuais, a partir do Modernismo, apresentam um estilo pessoal, próprio, que não pode ser adotado como padrão na escola. Já *a linguagem jornalística escrita se apresenta como um modelo equilibrado para orientar os professores de português, perdidos entre o ranço tradicionalista inoperante e as novidades que de uns tempos para cá vêm despencando intempestivamente em suas cabeças* (p.11).

Por concordar com a proposta dos lingüistas contemporâneos, a pontuação será avaliada em textos jornalísticos e publicitários, mesmo porque esses são textos aos quais os alunos têm mais acesso.

## 2. REVISÃO CRÍTICA HISTÓRICO-TEÓRICA

### 2.1 - Quadro Teórico

?

Que artista teria inventado o nosso ponto de interrogação? Ele já tem a forma de uma orelha que escuta.

(Mário Quintana)

A pergunta que norteia o desenvolvimento dessa dissertação – **Qual é o papel da pontuação na representação escrita da língua?** – pressupõe:

- 1 - uma concepção de língua como objeto representado;
- 2 - uma concepção de escrita como objeto representante;
- 3 - uma concepção de representação ligando os dois objetos acima;
- 4 - uma concepção de pontuação como sistema integrante da escrita.

Por isso, em primeiro lugar, é necessário definir o quadro teórico em que a pergunta se insere, pois é do conhecimento daqueles que se interessam por fatos lingüísticos que o mesmo objeto apresenta vários conceitos, conforme a perspectiva adotada pelo estudioso. Retomando Castilho (1993:1), que por sua vez retoma Saussure, *sem uma teoria não se pode ter uma visão sobre a linguagem humana*.

O que se propõe neste capítulo é uma avaliação do conceito e/ou das funções da pontuação, de acordo com a orientação teórica de língua e de escrita adotada pelos autores mais representativos desde o surgimento dos sinais desse sistema da modalidade escrita da língua. Seguem, então, as concepções de língua e de escrita que podem embasar a abordagem da pontuação.

#### 2.1.1. CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM

Embora haja uma tendência entre os lingüistas atuais a usar os termos língua e linguagem indiferentemente, aqui será adotada a distinção feita por Castilho (op.cit.:1).

**Linguagem** será entendida como um processo de interação mediante a produção e a recepção de textos e **língua** é o termo que limita tais possibilidades, referindo-se apenas à intercomunicação verbal, isto é, *àquela constituída pela emissão e recepção dos signos auditivos*, pois é a língua articulada que interessa à proposta do autor e à esta investigação.

Muitas teorias têm sido formuladas para destacar a natureza e as funções da linguagem, mas, de acordo com Geraldi (1985:43), Koch (1995:9-10) e Travaglia (1996:21-23), podem ser sintetizadas em três.

#### **2.1.1.1. Linguagem como expressão do pensamento**

A teoria mais antiga, e provavelmente a mais corrente, vê a linguagem como expressão do pensamento e dos sentimentos. Nessa perspectiva, a língua – geralmente concebida como um produto, o texto escrito – funciona como um espelho que reflete o pensamento e o conhecimento de mundo. Daí a idéia de que o autor dá um sentido ao seu texto e que, ao leitor, cabe descobrir, no texto, esse sentido. Essa concepção serve de embasamento aos estudos lingüísticos tradicionais, que consideram a gramática normativa um conjunto de regras do falar e do escrever “bem”, que devem ser seguidas para que se obtenha a organização lógica do pensamento e, em consequência, da linguagem. Desses pressupostos, pode-se deduzir que as pessoas incapazes de se expressar bem não pensam.

#### **2.1.1.2. Linguagem como instrumento de comunicação**

Essa concepção está ligada à teoria da comunicação e vê a língua como um instrumento, como um código que o emissor utiliza para comunicar uma mensagem a um receptor. Nessa perspectiva, a linguagem tem a função de transmitir informações, através da codificação/decodificação de sinais que levará ao sentido do texto. Nela estão calcados os estudos lingüísticos realizados pelo estruturalismo.

É interessante notar que essas duas concepções de linguagem atribuem um aspecto secundário à interação. Elas focalizam a relação autor/texto ou a relação leitor/texto.

#### **2.1.1.3. Linguagem como forma de interação social**

Essa terceira teoria considera a linguagem como lugar de ação sobre e com o ouvinte/leitor. Desse modo, a língua é vista como uma atividade social, por meio da qual o homem veicula as informações, exprime sentimentos e age sobre o outro. Essa concepção implica atividade, processo, forma de ação que o sujeito pratica através da fala ou da escrita e não apenas exteriorização de um pensamento ou

transmissão de informações. Tem-se, então, uma visão dialógica da língua, não mais monológica, como nas duas concepções anteriores, em que não se levam em conta as circunstâncias sociais da enunciação como fatores constituintes da própria enunciação. De acordo com essa vertente, que prioriza o aspecto interativo da linguagem, a Linguística torna-se uma ciência interdisciplinar, em virtude de sua relação com outras Ciências Humanas, tais como a Filosofia, a Ciência Política, a História, a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia e também com a Semiologia.

Segundo Travaglia (1996:23), essa concepção é *representada por todas as correntes de estudo da língua que podem ser reunidas sob o rótulo de “lingüística da enunciação”*. O autor relaciona as seguintes correntes e teorias: a Linguística Textual, a Teoria do Discurso, a Análise do Discurso, a Análise de Conversação, a Semântica Argumentativa e os estudos que se ligam à Pragmática.

### **2.1.2. CONCEPÇÕES DE ESCRITA**

Para Câmara (1966:13), de modo geral, pode-se dizer que a fala se comunica pelo ouvido e a escrita pela visão. Em outros termos, *na comunicação escrita, os sons que essencialmente constituem a linguagem humana passam a ser apenas evocados mentalmente por meio de símbolos gráficos*.

Há dois sistemas de escrita: o ideográfico e, nas palavras de Saussure (1970:36), *o sistema dito comumente “fonético”*.

O sistema ideográfico, cujo exemplo clássico é a língua chinesa, representa a palavra por um signo único e estranho aos sons que a compõem. Há uma relação entre esse signo e o conjunto da palavra e, indiretamente, com a idéia expressa.

O sistema fonético reproduz a série de sons sucessivos da palavra. As escritas fonéticas baseiam-se nos elementos irreduzíveis da palavra e são tanto silábicas como alfabéticas. Segundo Saussure (op.cit.:36), *no momento em que um alfabeto desse gênero se estabelece, ele reflete a língua de maneira bastante racional (...)*.

Ferreiro, em *Reflexões Sobre Alfabetização* (1990:37), afirma que *a língua escrita é um objeto de uso social, com uma existência social (e não apenas escolar)* e que não se trata de um produto escolar, mas de *um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade*. Lembra que, como objeto cultural, a escrita *cumprе diversas funções sociais e tem meios concretos de existência*.

Quanto à natureza de sua relação com a oralidade, Ferreiro mostra que se pode conceber a escrita de duas formas bastante diferentes: como código de transcrição gráfica das unidades sonoras ou como uma **representação**<sup>1</sup> da linguagem.

### **2.1.2.1. Escrita como código de transcrição**

Essa concepção postula uma simples relação de transposição entre língua falada e língua escrita. Consideram-se as mensagens idênticas e a diferença entre elas é apenas uma questão de mídias diferentes. A mesma mensagem pode ser dada indiferentemente num código escrito ou oral. A passagem de um código a outro é uma operação técnica.

Nessa perspectiva, escrever seria transformar o que se ouve em formas gráficas e ler seria reproduzir com sons o que a visão reconhece.

Dando ênfase à reprodução de traçados, a escrita é reduzida a um objeto “em si”, de natureza exclusivamente gráfica. De acordo com Ferreiro (op.cit.:82), *insistir na correspondência fonema-grafema é apresentar a escrita como “espelho” dos aspectos sonoros da linguagem*. Em outras palavras, é concebê-la como uma transcrição fonética da fala, o que transforma a escrita em um objeto escolar e, conseqüentemente, converte o professor em único informante autorizado.

A autora ressalta que, ao dissociar o significante sonoro do significado, destrói-se o signo lingüístico.

### **2.1.2.2. Escrita como sistema de representação**

Construir um sistema de representação implica, segundo Ferreiro (op.cit.:11), *um processo de diferenciação dos elementos e relações reconhecidas no objeto a ser apresentado e uma seleção daqueles elementos que serão retidos na representação*. Lembra que uma representação não é igual à realidade representada, pois, desse modo, seria uma outra instância dessa realidade. Para que um sistema X seja uma representação adequada de uma certa realidade R são necessárias duas condições aparentemente contraditórias: o fato de X possuir e excluir algumas propriedades próprias de R. O vínculo entre X e R pode ser do tipo analógico ou totalmente arbitrário.

---

<sup>1</sup> Destaque da autora

Ferreiro (op.cit.:12) fala da diferença essencial entre os dois sistemas: *no caso da codificação, tanto os elementos como as relações já estão pré-determinados*, ou seja, o novo código encontra uma representação diferente para os mesmos elementos e as mesmas relações. A autora reserva a expressão **codificar**<sup>2</sup> para a constituição de sistemas alternativos de representação construídos a partir de um X original que daria como resultado ( X1, X2, X3...). Ela exemplifica esses sistemas citando as transcrições das letras do alfabeto em código telegráfico, a transcrição dos dígitos em código binário computacional e a produção de códigos secretos de uso militar. Nesses casos, há uma correspondência biunívoca. *Não aparecem “letras novas” nem se omitem distinções anteriores* (op. cit.:12).

*No caso da criação de uma representação, nem os elementos nem as relações estão pré-determinados* (op.cit.:12). Ao contrário do que acontece no sistema biunívoco anterior, que não é atingido pelas mudanças históricas, a autora lembra que, até se obter uma forma final de uso coletivo, a construção de uma primeira forma de representação costuma passar por um longo processo histórico. E afirma que *a invenção da escrita foi um processo histórico de construção de um sistema de representação, não um processo de codificação* (op.cit.:12).

Pode-se, então, pensar que, uma vez construído o sistema de representação, sua aprendizagem se dá como um sistema de codificação, fato negado pela autora, com o argumento de que, ao adquirir o sistema de representação dos números e o sistema de representação da linguagem, a criança os reinventa para poder se servir dos números e das letras como elementos de um sistema. Isso significa, além de reinventá-lo, *compreender seu processo de construção e suas regras de produção*.

Compreender a natureza da língua escrita como sistema de representação significa compreender o desencontro entre a modalidade oral e a modalidade escrita. Para ilustrar com exemplos da língua portuguesa, podemos arrolar três situações:

1 - há fatos na língua falada que são representados na escrita, como por exemplo, o ditongo de “areia”. Nesse caso, a ortografia seguiu a pronúncia.

2 - há fatos na língua falada que não são representados na escrita, como, por exemplo, o ditongo que aparece em /boua/ e /treis/.

---

<sup>2</sup> Destaque da autora

3 - há fatos que são representados na escrita e não existem na língua falada, como, por exemplo, o emprego da letra h por razões etimológicas e a utilização do acento circunflexo para fazer a oposição singular/plural da terceira pessoa do presente do indicativo dos verbos ter e vir.

Também os sinais de pontuação só ocorrem na escrita.

## **2.2. QUAL O PAPEL DA PONTUAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO ESCRITA DA LÍNGUA?**

A resposta a essa pergunta exige um estudo diacrônico e sincrônico da natureza e função da pontuação. Para isso, será feita uma revisão crítica histórico-teórica do emprego dos sinais de pontuação. Essa tarefa requer uma análise do assunto sob o ponto de vista da história, dos gramáticos tradicionais e dos estudos atuais.

### **2.2.1. DO PONTO DE VISTA HISTÓRICO**

#### **2.2.1.1. Como e quando surgiram os sinais de pontuação ?**

Halliday (1990:32), ao tratar da evolução do sistema de pontuação, conta que, no princípio, a escrita grega era uma fileira de letras sem espaços e sem pontuação. Mas os gregos já separavam as frases escrevendo-as uma em cada linha, como se fazia com os versículos. Paulatinamente, durante séculos, foram surgindo inovações, até se chegar à forma de escrita atual.

- Padroniza-se a direção da linha escrita - os gregos adotam uma sucessão da esquerda para a direita e os fenícios optam pela sucessão inversa.
- Introduzem-se os espaços entre as palavras.
- Introduz-se o ponto para marcar o final das sentenças.
- Distinguem-se sistematicamente as letras maiúsculas e minúsculas.
- Introduzem-se símbolos especiais para indicar ligações (hífen) - intercalações e omissões (parênteses).
- Surgem outras marcas de pontuação mais detalhadas: vírgula, dois pontos, ponto-e-vírgula, e travessão.
- Introduzem-se símbolos especiais: marcas de citação, interrogação e exclamação.

Para Houaiss (1967:90), *a história da pontuação no mundo ocidental revela uma lenta conquista*. Tomando por base o sânscrito, o autor destaca três estágios dessa história. Num primeiro, após um longo período em que as palavras eram ligadas umas às outras, os vocábulos são separados por um ponto colocado na linha, no meio ou acima do final do vocábulo *até que, em lugar do ponto em aprêço, apareça pura e simplesmente uma grande conquista - o espaço branco funcional*. No segundo, usa-se novamente o *ponto em altura variável* para separar o que corresponde “*grosso modo*” à *noção atual de parágrafo*. O último estágio

*é o dos gramáticos, filólogos, glosadores alexandrinos que principiaram a intercalar signos de pausa respiratória, numa aproximação do débito declamatório do texto, se lido - época a partir da qual, aliás, a pontuação moderna em esboço se fez acompanhar, nos manuscritos, de símbolos de atenção, de matéria importante, de matéria secundária, de matéria que poderia (e em certos casos, “deveria”) deixar de ser lida, de matéria que não devia originalmente pertencer ao texto, de matéria que por sua eventual dificuldade e importância devia ser lida e relida (p. 90).*

Em estudos sobre as origens das notações léxicas e das sintáticas, Nascentes (1967:33-34) diz que as palavras aparecem aglutinadas umas às outras num dos mais antigos documentos escritos: uma inscrição grega feita em Abu-Simbel no século VII A.C. Somente depois desse século, tornou-se freqüente a separação das palavras. A partir do século IX, a acentuação gráfica e a pontuação, apesar de muito irregularmente, foram postas em prática, embora no século XIII ainda apareçam manuscritos sem elas, que entram plenamente em uso somente no século XVII.

Por outro lado, Ribeiro (1938:479) afirma que apenas os manuscritos posteriores ao século XII apresentam intervalos em branco entre as palavras, como se faz atualmente. Citando Beauzée, Gruaz (1978:8) ressalta que a pontuação antiga não tem a frase, tal como a compreendemos como unidade sintática, mas o “período” ou “unidade de pensamento total”, o que explica uma certa pontuação mediana empregada no interior do parágrafo.

No capítulo “História da Pontuação”, Passos (1955:21) diz que o ponto (*colon*) foi o primeiro sinal a ser usado e era empregado em cima, no meio e no fim da linha. Mais tarde, apareceu a vírgula (*comma*), que indicava a mesma pausa, mas com menor intensidade, inclusive no fim da linha. Depois surgiram os dois-pontos e o ponto-e-vírgula.

Segundo esse autor, foi Aristófanos de Bizâncio, no século II A.C., quem primeiro pontuou seus manuscritos. Ele distinguiu os diferentes membros do discurso através de três sinais: *o ponto perfeito*, colocado na extremidade posterior da última palavra, servia para indicar a conclusão do sentido; *o ponto*, colocado na extremidade inferior da última letra da palavra indicava a suspensão de uma frase e *o ponto médio*, colocado em meia altura da última letra, indicava um sentido ligeiramente suspenso. Essas anotações correspondiam aos nossos *ponto*, *dois pontos e vírgula*.

Continuando a observar a pontuação pelos séculos, Passos (op.cit.:21) revela que, nos séculos V e VI, os textos dos Evangelhos não apresentavam nem ponto, nem vírgulas. E a separação de palavras é mais freqüente no século VII, no que concorda com Nascentes (op.cit.:24). No século VII, essa prática já vai tomando um caráter obrigatório. Nesse século é encontrado um manuscrito que apresenta um ponto após cada palavra.

No século IX, o ponto é utilizado freqüentemente como sinal de pontuação. Os copistas, seguindo o sistema de Aristófanos de Bizâncio, utilizam o ponto em três situações diferentes: colocado abaixo da última palavra de membro de frase, o que equivale à vírgula; colocado no meio, o que equivale a dois pontos; e, posto ao alto, designa o ponto perfeito, ou o fim do sentido.

No século XII, o ponto e a vírgula servem para marcar *todas as distinções dos diversos membros do discurso* (apud. Passos, op.cit.:25).

Com a preponderância dos textos impressos, a escrita sofre influências dos revisores, nas editoras, provocando problemas de interpretação do mesmo texto e dúvidas quanto à pontuação original do autor. Por essa razão, Halliday (1990:37) mostra que os documentos legais antigos eram registrados com a pontuação reduzida ao mínimo, pois o uso dos sinais era bastante instável e, além do mais, podiam ser omitidos, ou fraudulentamente riscados ou inseridos nas cópias. Essa possibilidade de fraude é confirmada por Pe. Antônio Vieira (apud Beltrão, 1976:26) para quem, na falsificação de uma escritura, não é necessário mudar nomes, palavras, cifras ou letras, basta mudar um ponto ou uma vírgula.

Na realidade, o sistema de pontuação se disseminou com a invenção da Imprensa. O ponto embaixo, a vírgula, os dois pontos, o ponto de interrogação e o

ponto de exclamação passaram a ser usados, quase uniformemente, no latim, nas línguas novi-latinas e nas línguas germânicas.

De acordo com Rocha (1997:91-92), a partir dessa época a pontuação, originalmente utilizada nos textos sagrados sob forma de “*indicadores para respirar*” na leitura em voz alta, generaliza-se como *um sistema verdadeiramente dentro do âmbito da escrita*.

*A passagem do manuscrito para a imprensa constituiu uma revolução tecnológica sem precedentes na história da humanidade. A descoberta da composição e da impressão com caracteres móveis provocou a standardização do texto escrito e a massificação da leitura visual. E com elas veio a imposição do uso de signos de pontuação de domínio público. O advento da imprensa trouxe consigo caracteres e marcas inequívocas da pontuação, fazendo aparecer, de forma explícita, uma série de funções até então ao arbítrio dos escribas e pedagogos. Agora não era mais possível ignorar a pontuação, pois que havia uma marca de espaço programada no aparato para imprimir o texto.*

Com o estabelecimento da imprensa, os sinais de pontuação passaram a ser cunhados em metal, o que demonstra a necessidade deles na impressão do texto.

A sistematização da pontuação atual, com exceção de um ou outro sinal, deve-se aos Manucio, de Veneza, (avô, filho e neto), que eram impressores e literatos.

Brandão (1963), num dos estudos mais detalhados e completos sobre o assunto, diz que, de modo geral, a pontuação propriamente dita surgiu a partir do século III a.C. e, segundo consta, foi Aristófanes de Bizâncio, gramático e crítico da época de Alexandria, o primeiro a pontuar os manuscritos, que antes eram desprovidos de quaisquer sinais discriminativos entre elementos da frase ou entre estas. Essa omissão causava confusões e equívocos a leitores e copistas. Mas nem todos os gramáticos adotaram o sistema de Aristófanes. Os escribas, em geral, não pontuavam suas cópias. O emprego e as formas das notações de pontuação também eram diferentes: o ponto tinha duplo valor, o seu próprio e o da vírgula. Somente a partir do século VIII d.C., aparecem tais notações que variaram, nos séculos posteriores, tanto no feitio, quanto no emprego.

Também Cunha (1971:438) apresenta alguns fatos históricos extraídos de uma gramática, publicada em 1960 pelos franceses G. Galichet e L.Chatelain:

*Os primeiros sinais de pontuação aparecem nos manuscritos, muito irregularmente, entre os séculos IX e XVI. É a partir desses últimos séculos, depois, portanto, da invenção da Imprensa, que nosso sistema moderno de*

*pontuação começa a fixar-se e a desenvolver-se. Compreendia então a vírgula, o ponto, os dois pontos e o ponto de interrogação; um pouco mais tarde aparecem as aspas e o hífen<sup>3</sup>. No século XVII, são introduzidos o ponto e vírgula e o ponto de exclamação. O uso das reticências data de fins do século XVIII; o do travessão e dos colchetes, do século XIX.*

Cintra e Leite (1953:159) tratam da etimologia de alguns sinais de pontuação.

Ponto significa “ato de picar” ou “picadela”. Em latim, *punctum* relaciona-se com o verbo *púngere*: picar, espicaçar, furar com uma ponta aguçada.

Vírgula quer dizer “varazinha”, pois é diminutivo de *virga*: vara.

Reticências significa silêncio, pois *retícere*, em latim, quer dizer calar. Essa notação é um artifício de estilo que consiste em interromper a frase subitamente.

As aspas (‘guillemets’, em francês) foram criadas pelo impressor Guillaume.

Quanto aos sinais ? e !, Nascentes (op.cit.:35) conta que foram introduzidos na Idade Média. O ponto de interrogação era uma abreviatura da palavra latina “Quaestio” (pergunta). A parte de cima é a primeira letra e o ponto inferior, a última letra. O ponto de exclamação é a palavra latina *Io*, do grego *Io*, grito de alegria das bacantes.

Passos (op.cit.:25) já tem uma outra versão para a origem do ponto de interrogação. Ele diz que o sinal de ponto-e-vírgula foi empregado para indicar a interrogação e que o emprego desse sinal, no final das frases interrogativas, ocorreu no século IX.

Ribeiro (1938:474) diz que a vírgula corresponde à denominação *comma*, termo que denota a fração de tom vocal, cujo símbolo material é a vírgula. Esse vocábulo ainda é usado na arte musical em relação às variações intertônicas da voz humana ou dos instrumentos de corda.

Sinais de pontuação que são considerados mais recentes, como as reticências e o travessão, já constam da Orthografia (1576) de Duarte Nunes de Leão (apud. Nascentes, 1967:34).

Portanto, a partir dessa retrospectiva, pode-se observar que os autores divergem quanto a questões históricas da pontuação.

### **2.2.1.2. Quais são os sinais de pontuação e como se classificam ?**

<sup>3</sup> O hífen não é considerado sinal de pontuação pela NGB. Cf.p.26

Essa investigação inicia-se junto aos primeiros gramáticos da língua portuguesa, a partir do século XVI.

João Barros (apud Nascentes op.cit.:34), que chama esses sinais de notações sintáticas, distingue a coma (:), o cólo (.), as vergas ou zeburas (,), o parêntesis e a interrogaçám.

Ele descreve a coma ou cortadura como dois pontos sobrepostos, que têm a função de separar os membros da oração. Com relação a esse sinal e ao cólo, diz que *na coma parece que descansa a vóz mas nam fica o entendimento satisfeito porque deseja a outra páрте com que a óraçám fica perfeita e remata - com este ponto, cólo. As zerburas ou verga separam as partes das cláusulas. Os parênteses, a que ele confere a função de intercalação, são os dous árcos que fazem estas palávras (como já disse) usam os Latinos quando cométem uma figura a que chamam entreposiçam e os Gregos parêntesis. O ponto de interrogação é o sinal de que interrogamos e perguntamos alguma cousa.*

Soares Barbosa (1875:59) já não usa mais as designações tradicionais de cólon e coma, e apresenta uma concepção ampla de pontuação, pois nela inclui o espaço em branco ou intervalo separador de palavras e a acentuação gráfica. O autor concebe a pontuação como um sistema de sinais gráficos auxiliares da cadeia de sinais grafemáticos. Para ele:

*Os signaes recebidos do uso geral para pontuação são os **espaços em branco** entre palavra e palavra; o **ponto**, ou **simples** (.), ou de **interrogação** ( ? ), ou de **exclamação** ( ! ); a **vírgula** ( , ); o **ponto e vírgula** ( ; ); **dois pontos** ( : ); a **parenthese** ( ) ; a **risca de união**(-); o **viraccento** ( ´ ); o **trema**( “ );o **accento agudo** ( ´ ); o **accento grave** ( ` ) e o **accento circunflexo** ( ^ ).*

Ribeiro (1938:472) fala de três classes de notações sintáticas:

*...uma constituída pelos signaes próprios da pontuação, e que determinam as divisões da parte do discurso: a vírgula, o ponto e vírgula, os dous pontos, o ponto e a alínea. A segunda classe abrange os signaes que exprimem a commoção ou um movimento d'alma, e são os pontos de reticência, o ponto interrogativo e o exclamativo. A terceira classe é constituída por signaes destinados à clareza dos manuscritos: taes são o hyphen, as aspas, o parenthese, o grypho, etc.*

O autor diz que os sinais de primeira classe *correspondem na leitura a repousos progressivamente mais demorados* (idem).

Segundo Goes (1942:262), as notações atualmente usadas abrangem três grupos:

*a - as subjetivas, que denotam impressões psíquicas ou individuais correspondentes a movimentos volitivos (o ponto de admiração, de interrogação, e as reticências);*

*b - as objetivas, que dizem respeito à compreensão do assunto (vírgula, ponto e vírgula, dois pontos e ponto-final);*

*c - as subsidiárias distintivas ou denotativas, que ajudam em segundo plano, mas eficazmente (os parênteses, as aspas, o travessão, o hífen ou traço de união, o parágrafo ou alínea, a chave).*

Confrontando esses dois últimos autores, depreende-se que classificam os sinais de pontuação do mesmo modo: aos sinais da primeira classe, segundo João, correspondem as notações objetivas de Carlos Goes; aos sinais de segunda classe correspondem as notações subjetivas e aos de terceira classe correspondem as notações subsidiárias distintivas ou denotativas. Ambos reconhecem na pontuação uma função lógico-gramatical e uma função prosódica e vêem a linguagem como uma expressão do pensamento.

Rocha Lima (1968:422) é um dos gramáticos que não define a pontuação. Como os outros dois anteriores, também divide os sinais de pontuação em três espécies.

- 1) *Pausa que não quebra a continuidade do discurso, indicativa de que a frase ainda não foi concluída. Marcam-na a vírgula, o ponto e vírgula, o travessão, os dois pontos, o parênteses.*
- 2) *Pausa que indica o término do discurso ou parte dele. Assinalam-na: o ponto simples; o ponto-final; o ponto parágrafo.*
- 3) *Pausa que serve para frisar uma intenção ou estado emotivo. Mostram-na: o ponto de interrogação; ponto de exclamação; as reticências.*

O autor pressupõe a escrita como um sistema de transposição da fala, pois afirma que as pausas rítmicas são assinaladas na pronúncia por entoações e na escrita por sinais especiais. Ele subordina a pontuação à melodia da fala e às pausas respiratórias mais nítidas.

Conforme Junkes (1995:29), Rocha Lima empregou o termo “discurso” na acepção da lingüística moderna. A autora baseia-se em Dubois, para quem o termo designa *todo enunciado superior à frase, considerado do ponto de vista das regras de encadeamento das seqüências de frases.*

Bechara (1967:409) diz que a língua escrita utiliza-se de certos sinais para indicar a intensidade, a entoação e as pausas. Entre os sinais que indicam

intensidade estão os acentos agudo, grave e circunflexo. Os dois-pontos, o ponto-de-interrogação, o ponto-de-exclamação, as reticências, as aspas, os parênteses, o travessão e o ponto-final indicam a entoação. Os sinais que indicam a pausa são a vírgula, o ponto-e-vírgula, o ponto, o ponto-parágrafo e o apêndice: no qual o autor inclui o asterisco e a alínea.

Cunha (1971:420) classifica esses sinais em dois grupos: aqueles que marcam sobretudo a pausa (a vírgula, o ponto, o ponto-e-vírgula) e aqueles que marcam sobretudo a melodia, a entoação (dois-pontos, o ponto-de-interrogação, o ponto-de-exclamação, as reticências, as aspas, os parênteses, o travessão). O autor observa que essa distinção, *didaticamente cômoda, não é rigorosa. Em geral os sinais de pontuação indicam, ao mesmo tempo, a pausa e a melodia.*

Os dois autores acima citados concebem a pontuação como uma reprodução de elementos da oralidade.

De acordo com a NGB (1959), são treze os sinais de pontuação: aspas, asteriscos, colchetes, dois-pontos, parágrafo, parênteses, ponto-de-exclamação, ponto-de-interrogação, ponto-e-vírgula, ponto-final, reticências, travessão e vírgula.

Beltrão (1976), além dos treze sinais relacionados na NGB, considera, também, o pontilhado, a sublinha, a barra e a chave.

Rangel (1983:6) apresenta uma concepção mais ampla de pontuação, pois nela inclui o uso de maiúsculas, negritas, versaletes, itálicos e sublinhas, sinais de valor expressivo muito empregados para marcar ou *pontear* a leitura. O autor lembra que alguns escritores modernos utilizam o hífen *para modificar sugestivamente o sentido de um conjunto de palavras que, separadas, ainda que justapostas, não expressariam aquela unidade fono-semântica.*

Como se pôde ver, mesmo a respeito de questões elementares como número e espécies de sinais, as opiniões dos estudiosos do assunto são diferentes.

Após essas breves considerações de caráter histórico, o assunto passará a ser tratado sob a perspectiva teórica dos estudiosos tradicionais e atuais.

Nesta pesquisa, procurou observar-se, também:

### **2.2.1.3. Em que se baseiam os gramáticos para formularem as regras de pontuação?**

Para o gramático Brandão (1963:693-694), a divergência entre autores e gramáticos *não elimina, antes impõe a necessidade de se formularem preceitos firmes e uniformes, ao menos em certos casos, tendentes a disciplinar o uso correto dos sinais gráficos denotadores das pausas e outras modalidades do discurso.*

Ele propõe a formulação de um conjunto de novas regras estáveis, que devem

*...levar em conta certos fatores extra-sintáticos: o ritmo, a extensão dos elementos fraseais, a sua colocação no período, o intuito de se realçarem alguns deles -, dependentes em geral do temperamento e das condições psíquicas do escritor, ao lançar no papel o seu pensamento, das suas instituições, das suas tendências mentais.*

O problema é, então, muito complexo, pois todos esses fatores podem influir no modo de pontuar. Como falar em *preceitos firmes e uniformes* a respeito de uma questão tão sujeita a influências pessoais e ao estado de alma do usuário da língua?

Continuando o pensamento do referido estudioso, *impõe-se em vista disso, a necessidade de se prescreverem umas tantas regras de pontuação deduzidas da lição e do uso mais corrente entre os escritores de maior renome e autoridade.*

Embora seu livro tenha sido publicado em 1963, o autor exemplifica os casos de pontuação adotando *a praxe mais seguida dos escritores genuinamente vernáculos, pois é nos seus escritos que se reflete, com maior fidelidade, a verdadeira índole da língua culta* (p.694).

Já Cunha (op.cit.) baseia-se na prática dos escritores modernos e contemporâneos. Segundo ele, exemplificar com autores mais antigos é desaconselhável porque se arrisca a dar uma falsa impressão da realidade, pois as obras dos autores clássicos muitas vezes não são publicadas na forma original. De um modo geral, esses textos vêm, quase sempre, simplificados na ortografia e modernizados na pontuação.

É importante lembrar que, nas gramáticas e livros didáticos mais atuais, os autores têm extraído exemplos de jornais e revistas.

Nogueira (1934:25) acredita que vale a pena fazer um tratado da pontuação, fundamentando-se nos princípios da filosofia da linguagem e não na prática dos mestres, como se costuma fazer. Justifica-se dizendo que, por um lado, eles nem sempre estão de acordo e, por outro lado, nenhum deles deu a devida importância ao

assunto. Segundo esse autor, *os fenômenos fonéticos, morfológicos, semânticos e sintáticos são, e não podem deixar de ser, produtos da prática geral* (p. 25).

Ele coloca a pontuação ao lado da ortografia e da acentuação, casos que não podem e não devem subordinar-se ao uso geral:

*(...) a ortografia é a representação gráfica dos fatos lingüísticos (fonéticos). Por isso a sua sistematização impõe-se, não segundo as normas da prática dos mestres, que pode ser arbitrária, irregular e caprichosa, mas segundo as de uma convenção regular, qualquer que ela seja, mas devendo ser tanto quanto possível, simples, clara, útil, coerente e regular, e traduzir sempre de preferência os fatos atuais e não os arcaicos.*

Nogueira define a acentuação gráfica como *a representação gráfica das diferentes tonalidades que as sílabas de uma palavra têm em relação às outras*. Daí a sua sistematização dever seguir as mesmas normas da ortografia. Já a pontuação é *a representação gráfica da delimitação dos juízos contidos num discurso e da sua inter-relação*. Por isso, *a pontuação não pode deixar de ser feita segundo os princípios da filosofia da linguagem*. O autor considera a pontuação como um instrumento de clareza de primeira ordem.

### **2.2.2. DO PONTO DE VISTA DA GRAMÁTICA TRADICIONAL**

Parte desse capítulo constou de uma pesquisa em gramáticas tradicionalmente conceituadas, escritas a partir do século XVI, a fim de obter-se fundamentação teórica para questões como:

**O que é a pontuação?**

**Qual é a sua natureza e função?**

**O que ela realmente representa na escrita?**

A busca dessas respostas revela ser esse um conceito de difícil formulação. De modo geral, os gramáticos preferem explicitar as funções da pontuação a defini-la. Embora todos concordem que seja um fenômeno exclusivo da língua escrita, a maioria dos autores, na tentativa de bem conceituá-la, acabam relacionando-a à prosódia. Para esses, a pontuação marca as pausas, as inflexões da voz, o ritmo, a entoação, a melodia. Todavia alguns autores a relacionam, sobretudo, com a sintaxe e a semântica e dão-lhe as funções de demarcar os membros da frase e de estabelecer o sentido desejado pelo autor, enquanto outros insistem no seu papel de

orientadora de leitura. Há também aqueles que a vêem como uma questão de estilística.

Diante disso, pode-se falar de quatro critérios: os que a relacionam com a oralidade, com os aspectos sintático-semânticos do texto escrito, com a leitura e com a estilística. Ou melhor, pode-se falar em cinco critérios, pois grande parte dos autores pesquisados vêem a pontuação sob duas ou mais dessas perspectivas.

### **2.2.2.1. Pontuação e reconstituição da oralidade**

Courrault (1956) diz que pontuar não é espalhar pitadas de sal para salgar batatas. Para o autor, na extensão de um texto, a pontuação é, para o leitor, o que são os sinais da via férrea para os maquinistas e os sinais de trânsito nas ruas e estradas para os motoristas. A deficiência de seu uso manifestará falta de clareza e coerência, o que comprometerá o sentido desejado pelo produtor do texto.

Ele e outros autores afirmam que a pontuação, recurso típico da língua escrita, é utilizada para indicar, por meio de sinais regidos por maior ou menor convenção, as pausas a serem feitas na leitura, certas modificações melódicas na elocução, ou mudança de timbre na voz. Nesse aspecto, é vista como uma tentativa de reconstituição de diferentes matizes de que a fala dispõe. Em outras palavras, é um meio de aproximar a escrita da fala.

A maioria dos autores pesquisados baseiam-se nessa premissa. Segue o pensamento de alguns deles.

Carneiro Ribeiro (1955:705) conceitua a pontuação como *a arte de indicar por meio de certos sinais convencionais a proporção das pausas que faz quem fala ou lê.*

A concepção do assunto como simples reprodução de um traço da manifestação oral da língua fica bastante ampliada na avaliação feita por esse autor:

*A pontuação é de máxima utilidade: distinguindo os vários sentidos parciais ou totais, a ligação e subordinação de uns aos outros, sua dependência e relações, aclara e esclarece o discurso, adaptando a palavra aos altos destinos a que ella obedece na vida da humanidade.*

Torres (1981:240) relaciona a pontuação com as pausas: *pontuação é o emprego de sinais convencionais, geralmente para indicar na escrita as diferentes pausas ou inflexão de voz que devem ser observadas por quem fala ou lê.*

Brandão (1963:694-695) também estabelece essa relação.

*O ponto-final assinala a pausa mais longa. Os dois pontos marcam pausa menor do que a do ponto-final e servem geralmente para chamar a atenção do leitor para a frase ou as frases seguintes. A vírgula indica pausa mais breve que a das outras e se emprega mais amplamente que elas.*

Esses três últimos gramáticos não fazem distinção entre o processo da fala e o processo da leitura. Do modo como eles colocam a questão, tem-se a impressão de que ler é falar o texto escrito.

De acordo com Said Ali (1964:228), *pontuação é o emprego dos sinais gráficos que se colocam entre as orações e as partes da oração para indicar pausas de diversas espécies, ou para denotar mudanças de tonalidade ou simplesmente chamar atenção.*

Athanasio & Poças (s/d:15) começam a tratar do assunto dizendo que *a língua escrita é a expressão gráfica da língua falada*. Os recursos rítmicos da fala (entoação da voz, pausas, ritmo) *se transformam em sinais gráficos* que favorecem a clareza da expressão e facilitam a leitura. Elas praticamente retomam a definição anterior: *pontuação é, portanto, a utilização de sinais gráficos para exprimir pausas (breves ou mais longas), para denotar mudança de tonalidade ou simplesmente para chamar atenção.*

As autoras acima, da mesma forma que Said Ali, têm uma visão de escrita como transcrição da fala e relacionam explicitamente os sinais de pontuação às pausas da realização oral da língua. Elas e ele consideram a linguagem como espelho do pensamento.

Para Luft (1979:181), trata-se de um *sistema de sinais com que se representam os fonemas supra-segmentais, principalmente as pausas*. Ele deixa transparecer, a princípio, a visão de escrita como representação da fala, mas demonstra, em seguida, ter uma posição tradicional de transposição da oralidade.

Dos autores até então analisados, Cunha (1971:420) é o primeiro a revelar uma concepção de escrita como representação da fala, ao postular que *a língua escrita não dispõe dos inumeráveis recursos rítmicos e melódicos da língua falada. Para suprir essa carência, ou melhor, para reconstituir aproximadamente o movimento vivo da elocução oral, serve-se da pontuação*<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Grifo da pesquisadora

Alguns gramáticos têm o cuidado de descrever as entoações específicas dos sinais de pontuação. Para exemplificar, será transcrito o que diz Bergo (1960:100) sobre a vírgula: *notação sintática com que se indica ligeira pausa na oração. Em geral o vocábulo seguido de vírgula é proferido em voz mais alta, a partir da sílaba tônica, excetuada a última palavra do vocativo.*

Também o autor português Fontinha (1960:291) tem esse cuidado: *a vírgula é o sinal que indica a menor das pausas e uma pequena inflexão da voz, que muitas vezes se abaixa e outras vezes se levanta.*

Kury (1982:65) afirma que, *na tentativa de reproduzir as pausas, as cadências, o ritmo, a entoação da linguagem falada, utiliza a escrita certos SINAIS DE PONTUAÇÃO.* O autor descreve detalhadamente a entoação dos sinais de pontuação mais empregados:

*A VÍRGULA assinala pausa ligeira, com o tom de voz geralmente em suspenso, ou mesmo nitidamente ascendente (p.65). O PONTO-E-VÍRGULA assinala uma pausa mais sensível que a vírgula, e com entoação descendente (p.72). Os DOIS-PONTOS assinalam uma pausa suspensiva da voz, mais forte que a da vírgula, a indicar, em princípio, que a frase não está concluída (p.73). O PONTO assinala a maior pausa da voz, com forte entoação descendente (p.74). O PONTO-DE-INTERROGAÇÃO assinala o tom de voz de uma interrogação direta. A interrogação indireta, que se faz em tom de voz descendente não deve terminar em ponto-de-interrogação (p.75). O PONTO-DE-EXCLAMAÇÃO se usa no fim da frase exclamativa, cujo tom de voz varia bastante conforme o contexto (p.75). Os PARÊNTESES (...) se proferem, de regra, em tom de voz mais baixo (p.79).*

Para todos esses autores, o nosso sistema de pontuação serve para reproduzir na língua escrita elementos da língua oral como pausa, entoação e intensidade. Ainda que, às vezes, não apareça explicitada de maneira clara, todos têm a mesma concepção de escrita: reprodução da fala; e mesma concepção de linguagem: expressão do pensamento.

#### **2.2.2.2. Pontuação e aspectos sintático-semânticos da frase**

Outros defendem que o papel dos sinais de pontuação não é representar as pausas e melodias da língua falada. Para esses, os sinais participam da organização lógica do texto escrito, assim como as pausas, entoações e melodias participam da organização lógica dos textos falados. Por isso, para se usar corretamente os sinais

de pontuação, deve-se partir da organização sintática e semântica do texto escrito e não das pausas e melodias na realização oral da língua.

Ao tratar do assunto, Almeida (1983:570) retoma de Júlio Ribeiro a definição, que considera ótima: *pontuação é a arte de dividir por meio de sinais gráficos, as partes do discurso que não têm entre si ligação íntima e de mostrar de modo claro as relações que existem entre essas partes.*

É necessário lembrar que, em sua época, a frase era considerada a unidade lingüística maior, mas o autor já fala em discurso e refere-se a aspectos coesivos do texto. Por essa definição, presume-se a existência de regras a serem seguidas para que a linguagem reflita a organização lógica do pensamento.

A seguir, o autor observa:

*1) Note bem o aluno na definição os dizeres “... dividir... partes do discurso que não têm entre si ligação íntima”; ora, têm ligação íntima entre si os termos da oração: o sujeito com verbo, o verbo com seu complemento ; entre o sujeito e o verbo, como entre este e seu complemento não pode, pois, haver vírgula.*

O autor observa também que a maioria dos gramáticos relacionam a pontuação à respiração, mas prefere a definição de Júlio Ribeiro, exatamente por não adotar tal critério, que considera muito falho e passível de muitos erros.

Especificamente sobre o emprego da vírgula, diz ser comum a doutrina: *A vírgula indica pequena pausa, com a qual concorda, mas lembra que a recíproca: Havendo pausa, há vírgula* (p.571), não deve ser aceita como certa. As pausas feitas na leitura ou em um discurso por ênfase, como por exemplo, separando o sujeito do verbo ou este do seu complemento, não podem ser representadas graficamente, conforme a observação acima. O que se pode afirmar é que **ONDE NÃO HÁ PAUSA NÃO HÁ VÍRGULA.**<sup>5</sup>

Passos (1955:13) considera a pontuação um dos fatos mais interessantes da linguagem. Segundo ele, *a pontuação destina-se a dar, imediatamente, ao leitor, a ordem lógica do pensamento. De outro modo, sem a pontuação, teria o leitor de reler e tresler, às vezes, para compreender o sentido da frase. E lá se iria o contexto geral do escrito.*

---

<sup>5</sup> Destaque do autor

De acordo com essa afirmativa, o autor relaciona pontuação à sintaxe da frase, mas logo adiante diz que *não há frase sem pontuação, ainda que ela venha oculta, porque a respiração obriga* e estabelece claramente uma relação com a fala. Isso é comprovado pela definição do autor: *pontuação é o emprego convencional de sinais que regulam as pausas do discurso pensado e escrito*. Aqui também depara-se com a primeira concepção de linguagem: espelho do mundo e do pensamento.

Para Ziller (1952), *mais difícil coisa é explicar as regras da pontuação do que o estudioso aprendê-las por si mesmo na leitura e meditação atenta de bons escritores após ter compreendido as regras da análise da oração*<sup>6</sup>.

É interessante observar que esses gramáticos fazem referência à estrutura da língua escrita e vêem na pontuação o papel de demarcar a relação entre as partes do discurso, frase ou oração, termos empregados como sinônimos. Deixam transparecer a visão de linguagem mais antiga, ou seja, reflexo do pensamento.

### 2.2.2.3. Pontuação e leitura

Alguns autores continuam a estabelecer uma relação estreita entre a escrita e a leitura e, em conseqüência, entre a pontuação e a leitura, principalmente a oral, postulando que a função da pontuação é orientá-la e assim promover a compreensão do texto. É interessante lembrar que, quando a escrita era um privilégio de poucos e os textos eram lidos, os primeiros sinais de pontuação eram símbolos de pausa respiratória na leitura em voz alta. Em Cunha (1971:438), há um conselho de Galichet e Chatelain para bem pontuar.

*Para saber onde se deve colocar os sinais de pontuação, habitue-se a ouvir a melodia da frase que escreve e, quando hesitar, leia a frase em voz alta: as pausas que será obrigado a observar e as mudanças de entoação lhe indicarão a escolha e o lugar dos sinais que nela terá de introduzir.*

Lima (1937:503) menciona a falta de uniformidade entre os autores no modo de pontuar e dá algumas regras *cujo fim é facilitar a leitura e tornar mais clara a dependência ou distinção de idéias*.

Chacon (1996:166) menciona, a respeito da construção de sentido também como atividade de leitura, a observação de Bueno (apud Chacon, op.cit.:166) de que *os sinais de pontuação eram colocados depois do manuscrito pronto, por um*

---

<sup>6</sup> Grifo da pesquisadora.

*revisor e nos primeiros tempos nunca foram usados. Isso quer dizer que a atividade da pontuação era desenvolvida como um produto de leitura. Segundo Chacon, a leitura era feita por um leitor que não era o próprio produtor, o que atribuía a essa atividade uma natureza essencialmente interpretativa.*

Atualmente pesquisadores do Centro de Pesquisas Lingüísticas da PUCRS têm investigado a relação entre leitura e pontuação. Ao tratar dos estudos atuais, essa questão será retomada.

#### **2.2.2.4. Pontuação e estilística**

Há ainda aqueles gramáticos que acreditam que o sistema de pontuação, além de ater-se a razões fono-sintáticas, prende-se a razões estilísticas. Para Cunha (1971:438), *pontuar é sinalizar gramatical e expressivamente um texto*. Rangel (1983:6) afirma que *a pontuação atinge a estilística exatamente quando, além de levar à compreensão, tenta transmitir as emoções, as paixões e o envolvimento afetivo do escritor- emissor da mensagem*.

Pode-se inferir que esse último tem uma visão de linguagem como espelho e instrumento de comunicação.

#### **2.2.2.5. Pontuação sob várias perspectivas**

A maioria dos autores pesquisados tratam da pontuação sob mais de uma dessas perspectivas. É o que se pode constatar a partir das definições abaixo.

Dos gramáticos portugueses, Barros (apud Gonçalves, 1992:229) é o primeiro a definir pontuação. No capítulo “Dos pontos e distinções da oraçã”, ele diz que *ua das cousas principaes da ortografia, pela qual entendemos a escritura, é o apontar das pártes e cláusulas (...) sendo cousa que importa muito, porque às vezes fica a òraçã anfibiológica sen eles, donde náçem dúvidas*.

O autor adota o critério lógico-formal e reconhece nesses sinais o valor semântico de evitar ambigüidade, mas, ao descrevê-los, utiliza o critério prosódico. Com relação à *coma* e ao *cólo* diz que *na coma parece que descansa a vóz mas nam fica o entendimento satisfeito porque deseja a outra párte com que a oraçã fica perfeita e remata - com este ponto, cólo*.

O sistema de pontuação proposto por Duarte Nunes de Leão, em *Orthografia* (1576), é, de certa maneira, o vigente até hoje. Segundo o autor, naquele tempo, usavam-se *no partir e dividir as cláusulas, assim na escritura de mão, como na estampa*, três sinais: vírgula, coma, cólon. Adota igualmente o critério prosódico e o sintático e a propósito dos dois pontos menciona a função enunciativa da pontuação, como no caso das citações, quando afirma que a coma *se põe sempre a sentença suspensa e não acabada ou quando fazemos referência a palavra de outrem, ou quando convertemos as palavras em alguém*. Pode-se concluir que o uso do ponto-e-vírgula era recente em sua época: *de outro ponto usão agora alguns modernos, que consta de hum colon, na parte superior, & hua vírgula na inferior assi ;.*

Soares Barbosa (1853:59), no capítulo que trata da “*Ortographia ou boa escriptura da língua portuguesa*”, descreve, de maneira detalhada, as funções e as regras de emprego dos sinais de pontuação e apresenta o seguinte conceito:

*a pontuação é a arte de distinguir na escriptura, com certas notas, as diferentes partes e membros da oração, e a subordinação de uns e outros, a fim de mostrar a quem lê as pausas menores e maiores que deve fazer, e o tom e inflexão da voz com que as deve pronunciar.*

Afirma que não se pode *perceber bem e executar regras da pontuação* sem conhecer a estrutura sintática da língua. Como se vê, o critério sintático-semântico preside o critério prosódico. É interessante observar que, para o autor, a extensão da frase determina o tipo de pontuação, chegando a recomendar o uso de sinais no início e no fim, *quando a frase interrogativa ou exclamativa é alguma coisa comprida para se poder abranger toda a uma vista d’olhos* (p.60).

Por sua vez, Chacon (1996:175) diz que essa maneira de Barboza conceber a pontuação *acompanha a tendência assinalada por Gruaz (op.cit.:1978) de que, numa época de leitura em voz alta, compreendida entre os séculos 18 e 19, a pontuação visava, sobretudo, assinalar na escrita lugares para pausas respiratórias na leitura.*

Os gramáticos citados abaixo também prendem-se à sintaxe e à semântica e aos aspectos prosódicos ao considerar esse assunto. Bergo (1952:298) mostra que:

*Servimo-nos de sinais próprios para separar, na escrita, partes da oração ou do discurso que não tenham entre si relação íntima, ou que devam ser postas em relevo, segundo o sentido que encerram. São os sinais de pontuação. A eles*

*correspondem, na leitura ou na fala, pausas ou entoações especiais, mutáveis em alguns casos segundo circunstâncias também especiais.*

Como Soares Barbosa, esse autor analisa a pontuação sob a perspectiva da oralidade, da escrita e da leitura. As *pausas ou entoações especiais servem* para marcar as relações sintáticas do enunciado.

Goes (1942:262) leva em consideração critérios prosódicos e sintático-semânticos, ao conceituar pontuação como *o emprego racional de sinais convencionais (denominados sinais de pontuação ou notações sintáticas) especialmente para: a - separar as partes de discursos, das outras; b - marcar as diversas pausas e inflexões da voz; c - aclarar pensamento e elucidar o sentido.*

Os autores em questão têm ainda a mesma concepção de linguagem e de escrita. A primeira é considerada uma expressão do pensamento e a segunda, uma transposição da fala.

Para Melo (1970:380), a pontuação *é direta consequência da sintaxe de ordem e a ela pertence.* Observa que, apesar desse *enquadramento gramatical*, a pontuação *é muito mais um problema de Estilística do que de Gramática*, mas, incoerentemente, utiliza apenas critérios prosódicos e sintáticos ao afirmar que os sinais de pontuação *servem para marcar as pausas do discurso, algumas entoações, certas mudanças de ritmo ou de altura e para deixar claros os relacionamentos sintáticos.*

Três razões fundamentais são apresentadas por Moisés (1967:74-75) para o uso dos sinais de pontuação: fisiológicas, lógicas e afetivas, que não se apresentam isoladas, porque, ao pontuar, as três agem simultaneamente.

Ao tratar especificamente das razões fisiológicas, afirma que *os sinais de pontuação indicam as pausas e as alterações sofridas pela continuidade do pensamento, a fim de que o leitor saiba quando é preciso fazer pausa, mudar a entoação, etc.* A partir dessa definição, pode-se inferir que o autor refere-se a exigências fisiológicas da fala para justificar o emprego desses sinais. Ele faz referência à *continuidade do pensamento*, que se pode interpretar como expressão de uma informação escrita que se relaciona com a pronúncia, um traço da linguagem oral.

Referindo-se às razões lógicas, postula que

*nosso pensamento se constrói segundo uma ordem lógica, isto é, em que os argumentos se vão acrescentando até permitir a conclusão que pretendemos considerar indefensável. Por isso vamos escrevendo, ou falando, de acordo com a preocupação de nos fazer claros e convencer a quem nos lê ou escuta.*

Essa observação sugere uma função argumentativa para a pontuação, uma vez que esses sinais da escrita auxiliam na expressão de pensamentos claros e convincentes. Na sua concepção de linguagem como forma de comunicação, a pontuação atua como auxiliar na decodificação da informação. O autor estabelece uma relação íntima entre a escrita e a leitura, em que a pontuação funciona como uma ajuda ao leitor para decifrar a intenção do autor.

Embora esses autores já tratem a pontuação relacionando-a com a sintaxe e a semântica, insistem na sua utilidade para reproduzir elementos da língua oral e para a expressividade do produtor do texto. É interessante observar que os três últimos gramáticos não fazem referência à escrita.

### **2.2.3. DO PONTO DE VISTA DOS ESTUDOS ATUAIS**

Em sua tese de mestrado, Análise de gramáticas, de textos e da permanência da pontuação no discurso de autores de áreas diversas de conhecimento, Borges (1986:1) considera a pontuação *fator de clareza, de inteligibilidade do texto e sujeita a grande variação, em decorrência do valor afetivo das pausas e das modificações diacrônicas dos usos da língua*. Verifica as regras de pontuação em quatorze gramáticas da língua portuguesa editadas entre 1881 e 1980 e analisa a manutenção dos padrões de pontuação em textos diversos.

Dacanal (1987:12) busca elaborar alguns conceitos de pontuação *que possuam um mínimo de rigor teórico que tenham aplicabilidade prática* na estrutura lógica do texto escrito.

*Tomando por pressuposto que toda língua é um sistema de símbolos sonoros convencionados e que a escrita é um sistema de sinais visuais diretamente - com exceção de algumas línguas orientais - vinculados aos referidos símbolos sonoros, é uma evidência que um sistema de pontuação só pode, por sua natureza, ser considerado decorrente e integrante do sistema de sinais visuais que é a escrita.*

Em outras palavras, a pontuação existe apenas em função da escrita. Isso significa que sua natureza é por ela, e somente por ela, determinada. Mas tem-se aqui a mesma visão de escrita dos estudos tradicionais: *um sistema de sinais visuais*

*diretamente vinculados aos referidos símbolos sonoros, o que implica transposição da fala.*

O autor considera absurda a afirmativa de que uma vírgula *indica* uma pausa, ou vice-versa, porque pausa e pontuação não têm qualquer ligação direta entre si, mas ligam-se, *cada qual por si e automaticamente*, à estrutura sintático-semântica da frase. *O máximo que se pode dizer é que a vírgula “corresponde”, na realização escrita da língua - o texto -, à pausa na realização oral - a fala (e da mesma maneira em relação a outros sinais visuais). E vice-versa (p.17).*

O autor enfatiza que a pontuação é um elemento auxiliar da escrita e não da língua genericamente tomada e que, em relação aos conceitos gramaticais tradicionais, está ligada de forma intrínseca à estrutura sintática e semântica da frase, isto é, *à lógica da língua como instrumento de transmissão de informações (p.14).*

*(...)a pontuação deve servir apenas e exclusivamente como elemento auxiliar dos componentes sintáticos semânticos da frase para que a estrutura lógica da mesma seja explicitada de maneira mais rigorosa possível, visando a atingir uma perfeita univocidade da informação - ou sentido - que se pretende transmitir (p. 27).*

Aqui se revela explicitamente a sua concepção de linguagem como código que deve ser decifrado.

Continuando com Dacanal (1987:24-25), uma possível teoria da pontuação só pode ter por base as unidades sintático-semânticas da frase, ou seja,

*toda palavra ou conjunto de palavras que, pela própria estrutura lógica da frase, é por sua natureza sempre indivisível, sendo - a unidade sintático-semântica - necessariamente autônoma e completa em si própria em termos sintáticos mas não necessariamente em termos semânticos.*

Ainda para o mesmo autor,

*a pontuação tem como objetivo único e exclusivo servir como elemento auxiliar e - bem rudimentar, aliás, se comparado com a versatilidade dos recursos da realização oral da língua - para iluminar a estrutura lógica da frase -. O que vale dizer: para a explicitação do sentido do texto, que é a materialização da língua escrita<sup>7</sup> (p.68).*

Por essa afirmativa de Dacanal, já se percebe uma concepção de escrita como representação da fala.

---

<sup>7</sup> - Grifo do autor.

Em sua dissertação de mestrado Rodrigues (1993:3) pretende

*demonstrar as discrepâncias entre o discurso oral e o escrito com as evidências de que as pausas no discurso oral são determinadas por fatores como o planejamento, a execução e a monitoria, enquanto a pontuação é determinada fundamentalmente por critérios sintáticos e textuais escritos, Portanto, o redator terá de desenvolver sua capacidade metalingüística para poder escrever, aplicando conhecimentos de sintaxe à pontuação.*

Essa autora vê a pontuação como um índice de ordenação da linguagem, utilizada a fim de assegurar a eficiência comunicativa, uma vez que, no texto escrito, há a necessidade de se explicitar mais as mensagens e, dependendo do gênero, verbalizar o contexto extralingüístico. Para ela, *saber pontuar tem por base os conhecimentos metalingüísticos sobre a sintaxe de superfície*. Diz também que *o texto escrito deve ser transparente e conter todas as informações de que o futuro leitor necessita para a compreensão*. Ressalta que o texto escrito deve ser auto-referenciado, para suprir as pistas extralingüísticas contextualizadoras da língua oral. Entre essas poucas pistas ela inclui a pontuação, *utilizada como recurso para representar, embora imperfeitamente, aspectos prosódicos e demarcar fronteiras sintático-semântico-textuais*.

Scliar-Cabral e Rodrigues (1994:64), ao se referirem aos estudos de Freitas, informam que ela compara o desempenho dos mesmos sujeitos em leitura em voz alta e fala espontânea e constata *a existência de uma porcentagem elevada de casos de não correspondência entre pausa e pontuação (...) e verifica-se, nas produções estudadas, um afastamento nítido entre a escrita e a oralidade*.

Vale a pena transcrever toda a parte do artigo em que Scliar-Cabral e Rodrigues tratam da função da pontuação, uma vez que elas defendem uma posição oposta à da maioria dos gramáticos tradicionais:

*A principal função da pontuação é ajudar o redator a ordenar as idéias de forma coesa e coerente e, no caso do leitor, possibilitar o rastreamento desta ordenação. Se, por um lado, a produção do texto oral é muito mais dependente da memória a curto e médio prazo, na do escrito será possível atingir uma complexidade sintático-semântica muito maior, não somente no que refere à extensão das orações, quanto aos tipos e formas, como, por exemplo, orações partidas, auto-encaixadas e ao maior número delas num mesmo período. A divisão em parágrafos e períodos guia redator e leitor para uma taxonomia lógica e hierárquica das idéias desenvolvidas, assim como assinala, pela ausência da vírgula, o elo entre tópico e comentário. Eis por que a pontuação se rege por normas que se baseiam, nem sempre de forma mais adequada, na sintaxe de superfície.*

*A pontuação tem a função contextualizadora, igualmente, de assinalar as linhas melódicas correspondentes às perguntas, afirmações, dúvidas e, de forma lacunar e imperfeita, alguns aspectos expressivos e apelativos, como a alternância dos falantes no diálogo e a topicalização.*

*Em virtude dessa diferença funcional, não existe, voltamos a repetir, isomorfismo, entre as pausas e a pontuação (p.65).*

Em resumo, enquanto na produção da fala, a partir de uma intencionalidade, traduz-se o pensamento em estruturas lingüísticas, para depois em gestos pelo aparelho fonador, voltados para um destinatário presente e, por isso, passível de retroalimentação, a escrita caracteriza-se pela permanência devido à ruptura do elo espaço-temporal entre redator e leitor..

Para as autoras, a escrita tem como função predominante o registro dos processos de pensamento, pois dizem que *a principal função da pontuação é ajudar o redator a ordenar as idéias de forma coesa e coerente e, no caso do leitor, possibilitar o rastreamento desta ordenação.* (p.65)

Quanto à concepção de escrita subjacente, surge como representação da fala, uma vez que, para elas, uma das funções da pontuação é assinalar linhas melódicas *de forma lacunar e imperfeita.*

Retomando Dacanal e Scliar-Cabral e Rodrigues, a pontuação é um traço particular da língua escrita e está diretamente relacionada à estruturação do texto escrito.

Por outro lado, Mollica (1993:101) considera que a relação entre sintaxe e pontuação é diretamente proporcional à díade modalidade oral/modalidade escrita da língua. Supõe também que *o ato de pontuar parece calcar-se em princípios gerais da Gramática Universal ao preservar as unidades constitutivas sentenciais.* Para ela, a principal função do sistema de pontuação é *parsear unidades sintáticas de sentenças simples e complexas.*

Entre as investigações nessa área, Smith (1993:55) destaca a linha de pesquisa que vem sendo desenvolvida no Centro de Pesquisas Lingüísticas da PUC/RS, de que resultaram duas dissertações de mestrado: Smith, 1991, Pontuação – uma questão de leitura; e Pasquetti, 1992, Leitura e escrita: como a conscientização da pontuação se reflete numa leitura mais compreensiva, e uma pesquisa de Poersch, 1992a e 1992b, Leitura em voz alta, pontuação e compreensão textual. Esses

estudiosos, conforme mencionado anteriormente, têm em comum o fato de considerarem a pontuação como ponto de convergência entre leitor e escritor.

Poersch & Muneroli (1993:10) acreditam que os leitores se beneficiam de todas as pistas inseridas pelo autor para a exata compreensão do texto. Para eles:

*os sinais de pontuação constituem, ao lado dos mecanismos coesivos da ordenação sintática, da própria disposição textual, e de outros, um exemplo típico dessas pistas. Esses sinais de pontuação funcionam como trilhas que conduzem o leitor ao verdadeiro sentido; a função primária da pontuação é guiar leituras. A leitura em voz alta favorece uma pontuação mais exata de um texto (Smith, 1991). Um texto devidamente pontuado facilita a compreensão; e a compreensão também é favorecida por uma conscientização do significado que os diversos sinais de pontuação representam na construção do sentido (Pasquetti, 1992).*

A partir do artigo “O leitor como intérprete das pistas que o escritor insere no texto: A leitura oral expressiva”, podem-se inferir as duas premissas em que os autores se baseiam. Primeiro, há uma conexão entre leitura e escrita. Segundo, na interpretação das pistas inseridas pelo autor há um ato de interação lingüística, ou seja, *escritor-leitor devem estabelecer entre si certas convenções*. Consideram a linguagem numa perspectiva interativa e concebem a escrita como transposição do oral. Ao tratar das funções dos sinais de pontuação, já revelam uma concepção de linguagem interativa ao afirmarem que, segundo Poersch & Amaral (op.cit.:11), a compreensão da leitura constitui

*um processo ativo de comunicação que leva o leitor a construir, intencionalmente, em sua própria mente, a partir da percepção de signos gráficos e da ajuda de dados não visuais, uma substância de conteúdo equivalente àquela que o autor quis expressar, através de uma mensagem verbal escrita.*

Na leitura, a construção do sentido se dá com base em dados explícitos, implícitos e metaplícitos. A compreensão constitui o fim imanente do ato de ler, mas este está integrado *por diversas atividades fisiopsicológicas, dentre as quais destacam-se a recodificação, a decodificação e a interpretação* (p.11).

Smith (1993:54) também encara pontuação como um fator importante de ligação entre leitor e escritor e propõe que a leitura oral de um texto seja entendida como instrumento que possibilite aflorar esta relação *pelas implicações prosódicas que a pontuação traz*. E considera que *a consciência da relação entre a leitura e a*

*escrita, intermediada pelos sinais de pontuação e explicitada na leitura em voz alta, pode ajudar o indivíduo a pontuar o texto de forma mais adequada.*

Criticando o tratamento da pontuação nos limites do período, a autora diz que

*a pontuação enquanto sistema, e cada sinal em particular, têm de ser analisados no espaço que é a razão e a consequência de sua existência - o texto. Fora dele, as funções podem ser apenas presumidas como virtualidades de um sistema a serviço de outro, mais amplo, de que faz parte, o código escrito, este também inserido em outro sistema, ainda mais abrangente, o comunicativo (op.cit.:56).*

Ela argumenta que, atualmente, considera-se ler e escrever como processos dinâmicos de construção de significados. A escrita tem assumido novas dimensões, pois o leitor não é mais visto como um receptor passivo e nem o texto como um produto acabado. Segundo a autora, em sentido lato, *é função da pontuação indicar leituras, orientar o leitor, dar-lhe subsídios para uma busca mais confortável dos significados.* Daí se pode inferir que a autora trabalha sob uma concepção de linguagem como processo de interação.

Em sua tese de doutorado, Junkes (1995:14) faz uma análise da plurifuncionalidade dos sinais de pontuação do ponto de vista discursivo, tratando-os como integrantes da formulação do texto e associando-os à leitura e à compreensão do mesmo. Destaca-lhes três funções: a segmentação sintática, a discriminação semântica e o desdobramento enunciativo/estilístico.

*No estudo aqui desenvolvido, vê-se a pontuação como um modo de atribuir sentido ao texto. A função mais específica da pontuação parece consistir, consensualmente, em imprimir maior clareza ao texto, critério indispensável para a apreensão do que é veiculado entre produtor e leitor, constituindo-se os sinais de pontuação, nesse processo de interação discursivo, em marcadores gráficos de enunciação (p.14).*

Deste trabalho, Trajectoria da pontuação: da frase ao interdiscurso, pode-se inferir que seu estudo está centrado nas funções dos sinais de pontuação em uma abordagem textual/discursiva.

*De acordo com experiências vividas em sala de aula, pode-se dizer que, de fato, não é função primordial da pontuação reproduzir a oralidade; ou melhor, a fala; mas considera-se a leitura elemento auxiliar na marcação gráfica (p.35).*

Existe um grupo de estudiosos em Campinas que tratam a pontuação como marca entonacional e rítmica. Para esses autores, o ritmo que se depreende de uma base articulatória e acústica, na manifestação lingüística oral, é desenvolvido na escrita sob uma base gráfico-visual. Dois deles dedicaram-se especificamente à pontuação:

O primeiro, Corrêa (1994), busca mostrar que a pontuação marca o modo de integração semântica da parte pontuada em relação ao texto como um todo, partindo da noção de movimento de texto. Assim, trata a pontuação como índice gráfico-visual, cuja função é estabelecer o vínculo entre o ritmo da frase e a coesão textual, na medida em que promove articulação entre as partes.

*(...)a partir da noção de movimento do texto, quando ligada à de “ritmo da escrita” - categoria que marca uma certa autonomia de texto escrito em relação à oralidade -, pudemos tratar a pontuação como índice gráfico-visual desse movimento. Pontuar consiste, portanto, em destacar um remissor/coesivo, à maneira de uma manifestação gestual incrustada no texto (aspecto dêitico da pontuação), o movimento do texto em função da direcionalidade: passagem que leva de um destaque espaço-temporal a outro, engate de sentidos (p.60).*

De acordo com esse autor, observar o uso dos sinais de pontuação na dimensão textual da linguagem ajuda a perceber o ritmo da escrita.

O segundo, Chacon (1996), procura responder como o ritmo da escrita opera na atividade de produção de texto. Entre outras observações do autor, a pontuação indicia a relação entre a escrita e a oralidade enquanto revela tentativas de reprodução da língua falada e enquanto funciona como um recurso de interpretação para o texto escrito. O autor diz trabalhar *fundamentalmente no campo das relações entre a escrita e a oralidade, buscando o modo pelo qual o ritmo da escrita se “congela” através de marcas gráficas*. Propõe-se responder como o ritmo da escrita opera na atividade de produção textual. Ao enfoque dado pelo autor, subjaz uma concepção de escrita como transposição da fala: *embora sejam marcas típicas da escrita, os sinais de pontuação trazem para a escrita não apenas características que lhe seriam próprias, mas também características da oralidade, ou, mais precisamente, a transcodificação de tais características (p.214).*

Chacon acredita que é importante assinalar as características da oralidade na escrita. Para ele, *a recuperação do oral que se pode fazer a partir do gráfico possibilita uma melhor compreensão do texto escrito. Defende também que uma*

*análise rítmica da prática da oralidade tem muito a ganhar com o reconhecimento da enunciação como lugar em que os fatos de linguagem se organizam e mostram sua organização.* Analisando o assunto sob várias perspectivas, Chacon procura demonstrar que os sinais de pontuação marcam na escrita, a todo momento, os vínculos entre essa modalidade da língua e a oral.

Rocha (1996:3) dedica-se ao estudo de um dos aspectos envolvidos na construção individual do sistema de pontuação pela criança. A autora procura mostrar *como o domínio da pontuação ocorre paralelamente ao domínio do formato gráfico do texto e como as crianças recorrem a esse conhecimento para orientar a distribuição da pontuação no texto.* A partir dos dados investigados, conclui que tanto na formatação externa, quanto nas diferenciações intratextuais entre narrativa/diálogos (formatação interna), há uma relação estrita entre o domínio da pontuação e a formatação gráfica do texto. Conclui, ainda, *que a pontuação infantil também é orientada por critérios gráfico-visuais.* A autora utilizou-se também do procedimento de eliminar a pontuação original de dois trechos de “O Chapeuzinho Vermelho” para que os alunos o repontuassem, respaldando-se teoricamente em Chafe (apud Rocha, op.cit.:6). Essa atividade *permitiria verificar a avaliação que os leitores fazem do modo como o autor pontua. E mais, daria pistas de como os leitores escolhem entre as imposições da gramática ou da prosódia.* A avaliação da repontuação reforçou a hipótese levantada pela autora de que as crianças usam estratégias gráfico-espaciais (distribuição do texto na página, alíneas e recursos para marcar diálogo X narrativa) para pontuar os textos.

Em outro artigo, “O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva”, Rocha (1997:83) analisa a pontuação no sistema gráfico do português e discute a complexidade e as contradições desse sistema *plantado na confluência do oral e do escrito.* A autora aborda também os aspectos gráficos espaciais da pontuação focalizando o problema da paginação no nível das palavras, da frase e do texto.

### **2.3. Considerações finais**

Da retrospectiva sobre pontuação, verifica-se que não há abordagem sistêmica e sistemática do assunto, ao contrário do que tem acontecido com o estudo de outros

aspectos da língua portuguesa. A literatura sobre pontuação, de um modo geral, não ultrapassa a prescrição, valorizando principalmente os aspectos normativos. Os gramáticos acabam dizendo para o que serve e não o que é a pontuação. Em suma, o que eles têm feito até agora é tentar explicitar o uso dos sinais de pontuação no nível da frase, geralmente baseando-se na língua literária de autores consagrados. Seguem alguns mais citados: João de Barros (1540), Soares Barbosa (1875), João Ribeiro (1938), Carlos Góis (1942), Carlos Carneiro (1955), Said Ali (1964), Almeida Torres (1967), Rocha Lima (1968), Evanildo Bechara (1968), Chaves de Mello (1970), Celso Cunha (1971), Odacir Beltrão (1976), Gama Kury (1982 e 1989), Mendes de Almeida (1983), entre outros.

Alguns estudiosos abordaram o assunto também de forma descritiva, tais como João Ribeiro (1938), Cintra e Leite (1953), Passos (1955), Cláudio Brandão (1963), Houassis (1967), Nascentes (1967), citando apenas aqueles que trataram da língua portuguesa.

Somente alguns lingüistas, em estudos mais recentes, têm abordado suas funções na macroestrutura do texto, partindo principalmente de produções de alunos. Entre eles podem-se citar Rodrigues (1993), Scliar-Cabral e Rodrigues (1994), Poersch & Muneroli (1993), Smith (1993), Corrêa (1994), Junkes (1995), Chacon (1996), Rocha (1996 e 1997), para se ater somente aos que produziram trabalhos no Brasil.

Considerando que a pontuação é um recurso da língua escrita, postula-se a necessidade de analisá-la como um conjunto de elementos do texto que contêm instruções de sentido, ou seja, como um conjunto de mecanismos utilizados para indicar a delimitação dos enunciados do texto. A pontuação não é um conjunto de marcas que se acrescentam ao texto já escrito, mas um recurso gráfico que tem a função de proceder à segmentação dos elementos constituintes dessa modalidade, com a finalidade de contribuir para a produção de sentido pelo alocutor. Trata-se de uma marca da organização do texto escrito. Muito pouca atenção foi dada até agora à sua função semântico-pragmática de segmentar a escrita.

É importante deixar bem claro que se está pensando em uma pontuação como elemento necessário à produção de sentido para o texto escrito, por parte do leitor, mostrando-lhe quais são os enunciados e quais são os elementos do enunciado e,

ainda, quais são as relações entre os enunciados e quais as relações entre os elementos constituintes do enunciado a serem necessariamente levados em conta na produção de sentido para o texto.

As regras de gramática encontradas na literatura tradicional não correspondem ao que acontece em determinados tipos de texto. Quando se tenta aplicar algumas delas, percebem-se as incoerências que elas contêm. Descobre-se, então, que tais regras não correspondem ao uso da língua porque não têm o compromisso descritivo que foi valorizado pelos transformacionistas. O propósito desta pesquisa é buscar para essas regras um compromisso com o funcionalismo da língua, com o funcionamento do discurso, uma fidedignidade para com o processo. Propõe-se um avanço na descrição do que vêm a ser as regras, ou a teoria, ou o sistema de pontuação tal como contido nas gramáticas e manuais.

O objeto desta análise é a língua como processo e nessa língua apenas um sistema, a pontuação e, dentro desse sistema, somente o uso do ponto-final.

Ora, a pontuação, na Gramática Tradicional, insere-se na função da linguagem como representação do pensamento, cumprindo bem seu papel de representar as relações referenciais. No entanto não é o bastante, se for levado em conta que a linguagem é representação não somente do nível da referência, como também daquele dos procedimentos e atitudes, graças a seu caráter interativo.

Constata-se que a pontuação usada em determinados tipos de texto afasta-se daquela normatizada pela Gramática Tradicional, e essa tendência apresenta-se de forma mais acentuada no que se refere ao emprego do ponto-final, em particular.

Observa-se que esse sinal tem sido usado atualmente no interior de enunciados simples e complexos, com a mesma configuração descrita pela Gramática Tradicional: seguido de um espaço em branco e de uma palavra iniciada por maiúscula. O texto abaixo, extraído da Folha de São Paulo do dia 23/12/97, exemplifica bem o tipo de objeto desta análise:

#### *TEMPO DE PANETONE*

*Natal. Tempo de panetone. Dona Isaura caprichava. O marido era o Ferreira. Tipo farrista. Passava as noites num bordel em Higienópolis. Lá, tinha quatro preferidas. A Sueli, a Jose, a Kárin e a Gilvanka. Olhos verdes,*

*azuis e pretos. Ceia de Natal. Ferreira exigiu o panetone. Isaura apareceu sorrindo. “Olha que tem muitas frutas cristalizadas.” Ferreira cortou. Viu quatro pares de olhos misturados na massa. Azuis e verdes. Ferreira chora. “Sueli. Jose. Kárin. Gilvanka. Adeus”. Um panetone com frutas nem sempre é doce. Que importa? No Natal, reencontra-se sempre o espírito da família.*

(Voltaire de Souza, FSP.23/12/97)

Nesse texto há uso abundante de pontos, em estilo telegráfico, como se autor estivesse fornecendo *flashes* e deixasse as cenas de ligação para o leitor. Nele, o ponto é usado no interior e no fim dos enunciados. No primeiro caso, não previsto pela Gramática Tradicional, ele “substitui” a vírgula, como em *O marido era o Ferreira. Tipo farrista. ; “Sueli. Jose. Kárin. Gilvanka. Adeus.”* “Substitui” também os dois-pontos em *Lá, tinha quatro preferidas. A Sueli, a Jose, a Kárin e a Gilvanka.*

Rocha (1997), retomando Perrot (apud Rocha, op.cit.110), diz que há os sinais obrigatórios: ponto-final ou interrogação, e os alternativos: travessões, parênteses, vírgulas, *que em certos contextos especialmente marcando efeitos da enunciação*, podem ser substituídos uns pelos outros. A autora ressalta que *a grande flutuação ou liberdade no uso de alguns sinais* é um dos aspectos mais característicos da pontuação, que, por essa razão, muito interfere na habilidade de pontuar.

Ao tratar da perspectiva histórica da pontuação, Borges (1986:20) conclui:

*Já no século XX, os autores passaram a pontuar com extrema liberdade, preferindo ora nenhuma pontuação, ora palavras cercadas de pontos, ora frases cortadas por inúmeras vírgulas. Assim sendo, a pontuação se tornou uma das características pessoais de cada autor e, por isso, deve ser associada às condições de produção de um texto.*

Por sua vez Lorenceau (1980:97), ao referir-se ao escritores contemporâneos diz que *Mais próximos de tradição oral do século XVIII que das imposições gramaticais dos impressores do século XIX, os escritores do século XX nos abrem perspectivas muito novas - e inesperadas - sobre a pontuação (...).*

Alguns gramáticos brasileiros abordaram essa tendência atual de uso do ponto e encontraram duas razões para esse fato: expressividade ou afetividade e ênfase ou realce. Traduzindo em termos de funções da linguagem, esses autores relacionam

esse uso peculiar do ponto à linguagem conativa ou apelativa, no dizer de Jakobson<sup>8</sup>. Cunha (1971:426) considera o emprego do ponto pelos escritores modernos, em lugar onde os antigos usavam o ponto-e-vírgula ou mesmo a vírgula, um eficiente recurso estilístico *quando usado adequada e sobriamente*. Com a segmentação, essas *orações adquirem um realce particular; ganham em afetividade e, não raro, passam a insinuar idéias e sentimentos, inexprimíveis numa pontuação normal e lógica*.

Também Kury (1982:74) atribui esse uso do ponto a um *reforço enfático* que se deseja dar ao texto. Lauria (1995:24-25) é da mesma opinião. Aqueles que usam o ponto no lugar da vírgula e do ponto-e-vírgula acham esses dois sinais insuficientes para expressar a ênfase que querem dar à mensagem. *Quando utilizado seguidas vezes, em frases curtas, o ponto dá um realce próprio ao ponto de vista do autor da mensagem, tornando-se um eficiente elemento expressivo*. Luft (1996:84-85) diz que uma das habilidades dos textos de propaganda é a colocação de pontos. *Falo dos pontos à moderna, sugerindo entoação descendente a enfatizar determinados segmentos da frase*. O autor acredita que esse recurso facilita a leitura, a visão dos blocos do texto, e permite que o enunciador destaque os elementos que ele quer evidenciar. *E que dá o tom de fala*. Dos autores pesquisados, Luft foi o primeiro a relacionar explicitamente o efeito de sentido do ponto segmentando enunciados à conversação.

Para Sandmann (1997), os textos de propaganda constituídos de frases ou períodos incompletos constituem um traço estilístico bastante freqüente e típico dessa linguagem. O autor concebe o estudo do estilo, objeto da estilística, de acordo com Duden (apud Sandmann:45): *maneira peculiar ou especial de nos expressarmos oralmente ou por escrito*, e de acordo com Ferreira (idem): *o estudo da expressividade dum língua, isto é, da sua capacidade de suggestionar e emocionar mediante determinados processos e efeitos de estilo*.

Sandmann (op.cit:45), ao destacar as características da linguagem da propaganda, cita Jakobson, quando esse autor observa com propriedade que *é sobre o pano de fundo da tradição que a ação é percebida*. Os estudos formalistas têm

---

<sup>8</sup> Cf.p.53-54.

*demonstrado que é essa simultaneidade entre a manutenção da tradição e a ruptura da tradição que forma a essência de toda inovação em arte.*

Em termos lingüísticos, essa ruptura de tradição se relacionaria com o desvio da norma culta padrão, e Sandmann ressalta que eles não devem ser gratuitos, mas ter um especial interesse comunicativo de chocar, de chamar a atenção do interlocutor. Só esse especial interesse comunicativo os justificará ou lhes dará legitimidade.

Esses autores vêm nesse uso do ponto-final um recurso valioso para atrair o leitor, para prender a sua atenção e até chocá-lo. Mas essas explicações não satisfazem, por não constituírem uma razão lingüística para o fenômeno em questão, embora nelas esteja implícita a idéia de que esse sinal de pontuação está sendo utilizado como pista para a produção de um sentido.

Por outro lado, Cunha (op.cit.: 426) diz que *com a segmentação dos períodos compostos em orações absolutas, ou com a transformação de termos destas em novas orações, obriga-se o leitor a ampliar as pausas entre os grupos fônicos de determinado texto, com o que lhe modifica a entoação e, conseqüentemente, o próprio sentido.* O autor considera a pontuação, marca da entoação, uma pista para interpretar uma inferência entre enunciados, o que significa usar um recurso da fala para explicar a escrita.

No quadro de uma noção da escrita como representação da fala utilizada para estabelecer uma interação à distância, em uma instância de enunciação, além da pergunta já colocada:

**- Qual o papel da pontuação na representação escrita da língua?,**

cabe, ainda, uma outra:

**- Qual a função do ponto final na construção da interação entre o enunciador e o enunciatário?**

É o que se pretende responder a partir da análise do *corpus* escolhido, o que será feito no capítulo 4.

## CAPÍTULO 3

### 3. QUADRO DE REFERÊNCIA

A linguagem humana é fundamentalmente dialógica, mesmo em sua modalidade escrita.  
(Castilho, 1998)

#### 3.1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Neste capítulo, será feito o levantamento de conceitos que servirão de embasamento teórico para se proceder à análise do *corpus*.

A teoria da pontuação, tal como está explicitada nas gramáticas tradicionais, não explica o uso dos sinais de pontuação em alguns textos escritos contemporâneos. A teoria vigente não prevê, por exemplo, o uso do ponto-final como foi utilizado nos textos abaixo:

1) (...) *Raiva, decepção e frustração, eis alguns sentimentos que rondam a Presidência da República no Brasil. Há fartura de exemplos.*

*Do suicídio de Getúlio à renúncia de Jânio. Da inapetência de Figueiredo à falta de jeito do Itamar.* (Josias de Souza. Folha de São Paulo. 28/4/97)

2) *Há 2.500 anos na Grécia antiga nasceu Hermes. Deus do vento, da velocidade e da liberdade. O único deus do Olimpo que não tinha templo. Porque, como tinha asas nos pés, Hermes nunca parava em casa. Na Grécia nasceu o desejo de liberdade.* (Publicidade da Honda. Veja. 23/7/97)

3) *Livros na íntegra toda sexta-feira. E se você não vai fazer nenhuma prova mas adora ler, não perca também.*

*É ótimo negócio. Estadão. Fazendo cada vez mais por você.* (Isto É. 23/7/97)

Poucos gramáticos, conforme se procurou mostrar no final do capítulo anterior, referem-se a esse uso do ponto-final no interior do enunciado e separando orações complexas. Os poucos que o fazem, atribuem-no a uma questão de estilo, a uma opção do escritor.

Mas esses exemplos induzem a algumas suposições: existe realmente uma teoria da pontuação? Se existe, por que não explica os textos acima? Como já foi exaustivamente tratado no capítulo anterior, a Gramática Tradicional explica muito bem a pontuação da frase. Mas por que não considera os usos acima?

Pode-se dizer que, nesses exemplos, há uma relativização da norma em proveito da expressividade e da interlocução. A pontuação usada está a serviço da função discursiva da linguagem. Trata-se de construções resultantes da segmentação do enunciado, que refletem o contexto da oralidade. E elas são cada vez mais comuns na mídia impressa.

É necessário que se formule, então, uma teoria da pontuação que explique a delimitação do enunciado. Tomar o enunciado como referência significa não tomá-lo isoladamente, ou seja, levar em conta o seu processo de produção, de construção. Essa teoria tem que ser construída com base

- na visão de língua escrita como processo de interação;
- no conceito de texto como conjunto articulado de enunciados;
- na concepção de que a forma de articulação se dá em função de suas condições de produção;
- na concepção de que na delimitação do enunciado atuam fatores de várias naturezas;
- na concepção de que o sentido é produzido na e pela instância de enunciação.

Tendo em vista a revisão crítica do capítulo anterior, um quadro de referência teórica para o estudo da pontuação deve levar em conta os processos acionados para a produção do enunciado, uma que vez, nesta dissertação, pretende-se mostrar que o mecanismo de delimitação do enunciado tem de ser explicado na enunciação.

### **3.2. A CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM**

A proposta de tratar a pontuação em uma perspectiva enunciativa/discursiva decorre da concepção de linguagem como lugar de interação humana, afeta à Lingüística da Enunciação. Nessa concepção, a interação verbal é considerada fonte primária de constituição da própria linguagem e também o caminho pelo qual se adquire a modalidade de língua oral e escrita.

Acreditando que a linguagem só tem existência efetiva na interação e que é através dela que os usuários se constituem como sujeitos, não se pode deixar de reconhecer essa concepção como sendo a mais apropriada para fundamentar a análise dos fatos lingüísticos.

É importante explicitar também a relação sujeito/linguagem e o conceito de dialogismo. A linguagem veicula a atividade mental do homem e funciona como articuladora de sua visão de mundo. As idéias construídas sobre o real se concretizam na linguagem, em um espaço social e histórico bem definido. Para que essa questão fique bem clara, é necessário compreender o dialogismo como elemento constitutivo e inseparável da linguagem e admitir que toda a sua prática, oral e escrita, mesmo o monólogo interior, tem como referência o outro. Fala-se e escreve-se sempre para o outro, para um interlocutor, virtual ou não, que condiciona o que e o como vai ser dito e escrito.

Nessa perspectiva, fica evidente a inter-relação entre linguagem e sociedade. Os interlocutores criam vínculos através da atividade verbal e o desenvolvimento da linguagem pelo sujeito se dá pelo processo de interação verbal. Entende-se por interação verbal a ação entre sujeitos historicamente situados que, através da linguagem, têm acesso ao conhecimento social, historicamente acumulado.

Nessa concepção sócio-interacionista, que parte da interlocução como espaço de produção da linguagem e de constituição dos sujeitos, o texto torna-se relevante, pois, segundo Travaglia (1996:109), *a língua funciona em textos que atuam em situações específicas de interação comunicativa e não em palavras e frases isoladas e abstraídas de qualquer situação ou contexto de comunicação.*

Ao falar ou escrever, os atos lingüísticos produzidos pelo falante/autor exercem uma certa influência no meio em que foram produzidos, pois as pessoas falam/escrevem para ser ouvidas/lidas. Por isso pode-se dizer que falar/escrever é interagir e que a linguagem é uma forma de interação humana.

**Texto** será entendido, de acordo com Nascimento(1996:21),

*como uma realização concreta da atividade interacional; um produto lingüístico marcado pela dinâmica da atuação interacional, que deve ser analisado dentro do contexto sociocomunicativo de onde emergiu, a partir das marcas concretas que a situação discursiva imprime aos enunciados.*

De acordo com Travaglia e Nascimento (autores acima citados), a comunicação verbal é feita através de palavras, ligadas umas às outras e ao contexto em que são produzidas, visando a um objetivo.

Concluindo, a tendência dos estudos lingüísticos atuais é focar a linguagem como um estímulo à ação. Nessa perspectiva, há várias contribuições, algumas das quais são apresentadas a seguir, dada sua relevância teórica.

### **3.3. A TEORIA DA ENUNCIÇÃO**

De acordo com Castilho (1993:8), *a consideração da língua como atividade social levou à formulação da Teoria da Enunção, que, por assim dizer, “interdisciplinarizou” a Lingüística.*

O autor enumera uma série de cinco teorias auxiliares que *se acolhe no enunciado acima: a língua como comunicação, a língua como um conjunto de funções socialmente definidas, a língua como um conjunto de atos de fala, a variação e a mudança como fenômenos inerentes à heterogeneidade da língua, e a língua como discurso* (p.8).

Nessa concepção de linguagem, a gramática da língua, denominada gramática funcional, *é um conjunto de regras em que se procura correlacionar as classes, as relações e as funções com as situações sociais concretas em que elas foram geradas.* O autor diz ainda que, *para situar a língua em seu contexto social, deve-se levar em conta que ela ultrapassa os limites da sentença, e avança na análise de sentenças contextualizadas em textos extensos* (p.9).

Todas as cinco teorias, consideradas por Castilho como decorrentes da visão de língua como atividade social, oferecem subsídios para a perspectiva adotada na proposta de análise desta pesquisa. Por isso torna-se necessário esclarecê-las.

#### **3.3.1 A língua como comunicação**

Ao estabelecer o emissor, o receptor, o tema, o código, o canal e a mensagem como fatores da comunicação, Jakobson (apud Castilho, op.cit.) enfatiza o lado social da língua. Castilho (1990:113) parte desses fatores para formular o conceito de enunção: *o conjunto das circunstâncias que cercam a produção da linguagem, tais como o locutor, o interlocutor, o assunto, o código lingüístico, o canal utilizado e a mensagem.* Com efeito, as funções da linguagem e os atos de fala tornam-se mais evidentes quando se consideram as condições de produção da linguagem.

Para se ter uma visão dessa teoria, desde o início de sua formulação, será vista também a contribuição de Mathesius e outros lingüistas da Escola de Praga, que incorporaram uma teoria da comunicação na argumentação sintática, ao desenvolverem hipóteses sobre a “articulação tema e rema”<sup>1</sup>.

### 3.3.2 A língua como um conjunto de funções socialmente definidas

Quanto à seleção das funções das línguas naturais feita por Castilho, interessam-nos as idéias de Bühler (1934), Jakobson (1969) e Halliday (1970-1973).

Ao discutir o conceito de funções da linguagem da Escola de Praga, Garvin (1972:238) considera ter sido o psicólogo austríaco Karl Bühler quem apresentou, nos anos 30, a discussão mais completa e avançada da teoria funcional da linguagem. Bühler (apud Garvin, op.cit.:238) denomina sua concepção básica de *o modelo “organon” de linguagem* e usa o termo grego para instrumento como termo técnico, *para indicar uma visão de linguagem segundo a qual a linguagem, que é um sistema de sinais, funciona como instrumento por meio do qual uma pessoa se comunica com a outra*. Essa concepção destaca a importância da situação quando se considera um objeto de estudo. Em se tratando da linguagem, significa que ela deve ser analisada em função dos três fatores básicos da situação da fala em que é usada: o falante, o ouvinte e as coisas das quais se fala - o que, na terminologia de Bühler, seriam os objetos e os “estados de fato”. Para esse autor, o signo lingüístico se correlaciona com esses três fatores. *“Correlação” aqui significa que se houver qualquer modificação introduzida no falante, (...) qualquer modificação introduzida no ouvinte, (...), qualquer variação nos objetos e estados de fato sobre os quais se fala, o signo lingüístico variará com ela* (p.239). Essas correlações são consideradas por Bühler como sendo as funções básicas da linguagem – a função expressiva: correlação entre o signo e o falante; a função apelativa: correlação entre signo e ouvinte; a função representativa: correlação entre signo e estados de fato sobre os quais se fala.

Para Bühler, as línguas naturais codificaram de diversos modos estas três funções sociais:

---

<sup>1</sup>Essa teoria será melhor explicitada em 3.6.1.

*(i) informar, ordenando e representando a realidade circunstante, donde a função representativa em que predomina o assunto; (ii) manifestar estados da alma, exteriorizando nosso psiquismo, donde a função emotiva, em que predomina o falante; (iii) influir no comportamento do interlocutor, atuando sobre ele, donde a função apelativa, que ressalta o ouvinte. (apud Castilho,1993:10).*

Jakobson parte dessas três funções propostas por Bühler e desdobra-as em seis, pois destaca, além do destinador, do destinatário e do referente, os fatores “canal”, “código” e “mensagem” no processo de interação social. Segundo sua proposta, estas são as funções da linguagem:

*(i) referencial, que corresponde à função representativa de Buhler; (ii) emotiva, que corresponde à função de mesma designação; (iii) conativa, que corresponde à função apelativa; (iv) fática, pela qual avaliamos continuamente se o canal utilizado está sendo eficiente; (v) metalingüística, que enfatiza o código, e que é acionada toda vez que damos explicações sobre o sentido de uma palavra ou expressão; (vi) poética, que põe a mensagem em relevo, exemplificada pela concentração de nossa atenção sobre os elementos da linguagem, adensando seu conteúdo significativo e levando-o a uma polivalência que ultrapassa a dimensão meramente referencial. (Castilho, op.cit.:16)*

Raramente essas seis funções são encontradas em estado puro, mas aparecem hierarquizadas de acordo com as diferentes mensagens. Para determinar tais funções, é necessário recorrer ao critério lingüístico, ao contexto e à situação do falante.

Castilho (1990:118), ao tratar das definições de língua como um conjunto de usos, destaca a teoria proposta por Halliday, que estabelece três funções da linguagem:

*(1) Função ideacional: é a capacidade de informar e obter coisas informando. Halliday acredita que o falante representa na língua “diferentes tipos de processos do mundo exterior, incluindo os processos materiais (ação, acontecimento, criação, operação), mentais (percepção, reação, cognição) e abstratos (relação) de todo tipo”.*

*(2) Função interpessoal: “abrange todos os usos da língua para expressar relações sociais e pessoais, incluindo todas as formas de intervenção do falante na situação da fala e no ato de fala”.*

*(3) Função textual: Essas duas funções praticamente esgotam as situações de uso da língua. Entretanto precisaríamos postular a função textual, “que preenche a exigência de que a língua seja operacionalmente relevante, que tenha textura, em contextos situacionais concretos, que distinga uma mensagem viva de um mero item numa gramática ou dicionário”.*

Esse item será melhor explicitado no capítulo subsequente, dado seu interesse para o desenvolvimento desta pesquisa.

### 3.3.3 A Teoria dos Atos de Fala

Essa foi a contribuição dos filósofos Austin (1962) e Searle (1969) com os estudos do funcionamento da linguagem. Segundo essa teoria, um ato de fala é qualquer *ação realizada por um falante, através de um enunciado, considerando as intenções de sua realização e os efeitos que visa alcançar no alocutário* (apud Castilho, op.cit.:17).

Costa Val (1992:24) resume, *muito simplificada*mente, mas de maneira bastante clara e objetiva, a teoria básica dos atos de fala, conceituando os três atos que se realizam na produção de qualquer enunciado: a) o ato locutório, que gera gramaticalmente o enunciado com sua estruturação fonológica, morfossintática e semântica; b) o ato ilocutório, de realizar uma ação *na/pela linguagem* que não seria possível fora da linguagem e *que acarreta transformações nas relações entre os interlocutores*; c) o ato perlocutório *de produzir, com a fala, determinado efeito no interlocutor*. Assim a autora resume os três atos: *o ato ilocutório tem a ver com o que se diz; o ato ilocutório com o que se faz quando se diz, e o perlocutório tem a ver com o por quê e para quê se diz*. Segundo ela, a compreensão de um texto tem relação estreita com a compreensão de seus valores ilocutório e perlocutório, que se referem aos *objetivos comunicacionais de seu autor*.

A teoria de Austin foi reformulada por Searle, que identificou quatro atos de fala: ato de enunciação, ato ilocutório, ato perlocutório, ato proposicional.

O ato da enunciação ou ato locutório abrange a parte fonológica e morfológica e estrutura sintática do respectivo ato de fala.

O ato ilocutório – que constitui o centro da análise de Searle – refere-se à função do enunciado como ‘pedido’, ‘ordem’, ‘asserção’, ‘pergunta’, ‘permissão’, etc.

O ato perlocutório compreende as intenções do falante de, por exemplo, ‘irritar’, ‘informar’, ‘advertir’, ‘repreender’, ‘assustar’, ‘agradar’, etc., o ouvinte. Koch (1995:20) lembra que esses efeitos podem realizar-se ou não, ao contrário do ato ilocutório que *pelo simples fato de ser enunciado, realiza a ação que nomeia*. A autora observa que *sempre que se interage através da língua, profere-se um enunciado lingüístico dotado de certa força que irá produzir no interlocutor determinado(s) efeito(s), ainda que não aqueles que o locutor tem em mira*. Onde

se conclui que *todo* ato de fala é, a uma só vez, locucionário, ilocucionário e perlocucionário, ou não seria *ato* de fala.

De acordo com Vilela (1995:347), o ato proposicional *diz respeito ao estado de coisas subjacente: isto é, o que pode ser verdadeiro ou falso, na medida em que a proposição se encontra ligada com a ilocução (“asserção”)*.

Para Searle (apud Vilela, op.cit.:347), *uma proposição não é realizada normalmente sem a função ilocutiva e por sua vez uma ilocução encontra-se ligada ao ato proposicional*, encontrando-se, então, interligadas e inseparáveis.

Koch (op. cit.:23) diz que *mais recentemente, a Teoria dos Atos de Fala tem sido alvo de críticas*, entre elas por ser uma teoria unilateral *colocando uma ênfase quase exclusiva no locutor - isto é, que trata da ação, mas não da interação*. Outra crítica é o fato de esses autores não levarem em conta o contexto real de uso, examinando os enunciados basicamente de forma isolada. Em consequência dessas críticas a Teoria dos Atos de Fala tem recebido algumas reformulações.

### **3.3.4 A Teoria da Variação e Mudança**

Segundo Castilho, essa teoria *sistematizou muitas das intuições contidas nas teorias acima*. (op.cit.:17). Por considerar a língua um fenômeno intrinsecamente heterogêneo, desdobra-se em outras duas: teoria da variação e teoria da mudança.

#### **3.3.4.1. Teoria da Variação**

O locutor e o interlocutor atuam no espaço geográfico, no espaço social e no espaço temático *concretamente configurados, os quais deixam marcas formais em sua produção*.

Castilho (op.cit.:19) ressalta que essa teoria tem tido grande repercussão na análise gramatical.

*Admite-se hoje que os falantes de uma língua operam com uma variedade de gramáticas, de acordo com a situação lingüística particular em que estão envolvidos. Labov (1972) diz que é possível estudar a língua em situações reais de uso, porque a heterogeneidade da língua é estruturada.*

Esse modelo proposto por Labov, de acordo com Tarallo (apud Castilho, op.cit.:19) *apresenta-se como uma reação contra a ausência do componente social no modelo gerativo*.

#### **3.3.4.2. Teoria da Mudança**

O locutor e o interlocutor atuam em determinado espaço ou tempo, e a época de que procedem reflete-se no material lingüístico selecionado. O conjunto desses materiais, que é o objeto de estudo da Lingüística Histórica, configura a variação diacrônica.

### 3.3.5 Teorias do Discurso

Castilho (1994:20) diz que não há uma, mas diversas teorias do discurso e que não há nenhuma uniformidade metodológica entre elas. Segundo esse autor, o único ponto de encontro entre os teóricos deve ser a *determinação de ultrapassar a sentença como limite máximo da análise lingüística*.

O autor relaciona as várias significações do termo “discurso”:

(i) *Discurso é a execução individual do sistema lingüístico, é o mesmo que fala e corresponde à parole de Saussure*. Tornou-se objeto de estudo da Estilística e tem continuação em certas modalidades contemporâneas da Análise do Discurso.

(ii) *Discurso ou enunciado (“utterance”) é uma combinatória de sentenças sujeitas a uma regularidade*. A descrição desse objeto, sobretudo em línguas ágrafas, foi empreendida por alguns teóricos estruturalistas, tais como Harris, Pike e Grimes.

(iii) *Discurso é o mesmo que texto, entendido como uma estrutura acabada, de que se podem identificar as unidades*. Esse é o ponto de vista dos formalistas russos, como Propp, e de alguns sociolingüistas, como Labov-Waletzki.

(iv) *Discurso é o mesmo que interação lingüística em presença, discurso é conversação*. Esse sentido implica todo um “aparato enunciativo”, que inclui o locutor, o interlocutor, o assunto e a rede de imagens que os falantes fazem de si mesmos e das pressuposições com relação ao assunto.

(v) *Discurso é a articulação ideológica contida nos textos*. Nessa acepção, a Análise do Discurso é vista como uma espécie de nova Filologia, ou de nova Retórica, que procura depreender do texto suas “*formações discursivas*”. Os “*intérpretes do conteúdo*” ocupam-se do discurso político, religioso, jurídico, missionário, etc.

Castilho identifica duas tendências maiores que unificam a área e compensam, em parte, a difícil tarefa de apreender um objeto tão aberto:

*“Análise do Discurso Anglo-Saxã”, que considera as conversações do dia-a-dia, com o objetivo de descrever suas propriedades formais.*

*“Análise do Discurso Francesa”, que parte de textos inscritos num quadro institucionalizado, com o objetivo de interpretá-los.*

Embora esta investigação esteja centrada em um traço da língua escrita, é a primeira vertente, a anglo-saxã, que parte da fala, que irá subsidiá-la, pois considera o **discurso** como interação lingüística. Os “*analistas da forma*” aproximam o discurso da sintaxe e ocupam-se de temas como o modo, o tempo, os pronomes, os advérbios e os dêiticos como coesivos textuais, a definitude e indefinitude e, também se ocupam de dois aspectos lingüísticos que serão retomados no capítulo seguinte: o tópico sentencial e o tópico discursivo. Segundo Castilho, essa corrente foi precedida, nos anos 60, por Jakobson, que analisou as classes de palavras dependentes de uma ancoragem na enunciação, e por Benveniste, que levou em consideração a pessoa, o tempo e o aparato formal da enunciação.

A Teoria da Enunciação, a Análise do Discurso e a Teoria dos Atos de Fala valorizam o caráter funcional e pragmático da linguagem e, por isso, supõem a referência a uma situação, a um contexto específico que cria a instância de enunciação. Todas elas baseiam-se, então, na concepção de que a forma de articulação do texto se dá em função de suas condições de produção.

É importante registrar que, nesta pesquisa, os conceitos de enunciação e de discurso serão considerados no mesmo plano por aquilo que têm em comum: originarem-se de uma concepção de língua como atividade social e conceberem o texto como materialidade, como unidade de produto dos dois conceitos. A palavra discurso será usada para indicar o lugar onde se concretiza a enunciação.

### 3.4. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Como foi tratado anteriormente, nessa perspectiva teórica da enunciação, o texto falado e escrito é definido em função de suas condições de produção.

É importante esclarecer aqui o que se entende por condições de produção, isto é, esclarecer quais são os elementos essenciais que condicionam o processo que envolve os interlocutores na recepção e produção de textos. São eles:

- o **objetivo**: aquilo que se busca alcançar na interação lingüística;

- a **situação** concreta de interação, as circunstâncias de enunciação que cercam a produção da linguagem: o ambiente, o suporte ou veículo, a circulação prevista para o texto, o grau de formalidade, as representações mentais do produtor com relação aos interesses, expectativas e conhecimentos de seu interlocutor, etc.;

- o **conhecimento de mundo** do usuário da língua, que lhe permite receber e produzir textos;

- o **conhecimento lingüístico**, que envolve o conhecimento gramatical e o conhecimento pragmático. O conhecimento gramatical diz respeito aos recursos formais da língua nos níveis fonológico, morfossintático e textual, utilizados pelo usuário. Essa utilização é determinada pelo seu conhecimento pragmático, que leva em consideração a relação do texto com o contexto, como, por exemplo, a relação entre recursos gramaticais de uma língua e a situação de seu uso, etc.

Esses são os elementos essenciais que condicionam o processo que envolve os interlocutores na recepção e produção de texto. Esses elementos são aqui analisados separadamente apenas para efeitos didáticos, mas aparecem intrincados no processamento textual.

### 3.4.1. As condições de produção do texto escrito

O texto escrito obriga o interlocutor a agenciar certos significados para produzir o sentido. Nessa perspectiva, a escrita não é língua, mas é pura e simplesmente uma das maneiras determinadas pelas condições de produção de representar um processo de interação lingüística. Não entra em questão nenhum juízo de valor. A fala e a escrita são dois sistemas de produção de textos diferenciados, com regras de organização, processamentos e representações próprias, cada uma desempenhando papéis diferentes e variando segundo a situação social, histórica, geográfica que cerca o usuário e segundo a imagem que este faz de seu interlocutor.

No capítulo intitulado “*Linguagem: falada e escrita*”, mais precisamente na seção “*Uma diferença diferente na linguagem*”, Smith (1991:53) trata do modo como as palavras faladas ou escritas são selecionadas e organizadas. Segundo ele, a razão para se empregar cada palavra e a seleção do veículo lingüístico colocam restrições consideráveis àquilo que é dito ou escrito. E ressalta uma terceira e

importante restrição – o ambiente onde a linguagem é usada. Utiliza o termo *situação* para referir-se ao ambiente físico em que as palavras são produzidas – *a posição na qual você está quando diz algo ou o local no qual as palavras escritas estão impressas*. E utiliza a palavra **contexto** para referir-se ao ambiente da linguagem em que as palavras faladas ou escritas ocorrem (p.56). Assim, num processo de interação verbal, o que se diz e como é dito está de algum modo condicionado pelo que foi anteriormente dito e pela forma como foi dito.

O autor faz distinção entre linguagem dependente de situação e dependente de contexto. *Por dependente da situação quero dizer que a fala está diretamente relacionada à situação na qual é expedida* (p.56). Ou seja, é a linguagem produzida a partir da relação entre a situação física e as intenções do falante. Por estar intimamente relacionada à situação em que ocorre, não pode ser arbitrariamente transferida para situações diferentes. *Além do mais, uma vez que a maior parte do significado e da verificação repousa na situação específica na qual é vocalizada, a linguagem tende a ser elíptica e breve - “Café?”, “Obrigado”*.

Segundo o autor, assim como existe grande parte da linguagem falada dependente da situação, também existe a linguagem escrita dependente da maioria dos ambientes. O autor chama tal escrita de *impresso* e exemplifica com aquela usada em sinais, rótulos, letreiros de lojas, sacolas de roupas, comerciais de TV etc. *A situação proporciona o indício de significado aos aprendizes e não pode ser arbitrariamente modificada ou removida sem perder o sentido* (p.57).

Conforme acontece na fala dependente da situação, essa linguagem impressa não pode ser removida ou trocada e tende a ser elíptica e dependente da gramática. *A situação toma o lugar da complexidade da linguagem* (p.58).

A linguagem escrita contínua dos textos é bastante diferente daquela tratada anteriormente: *Não extrai nem transmite seu significado a partir da situação na qual ocorre; não existem indícios para seu sentido no lugar em que se encontra* (p.58). Por isso Smith chama-a de dependente do contexto. O significado apropriado do texto permanece constante, independe da hora ou do local em que seja lido. É um texto que não pode ser elíptico e que necessita de uma gramática de estrutura aparente, ou seja, uma gramática do enunciado. Mas também existem limitações para utilização das palavras na linguagem escrita dos textos. O autor menciona duas:

*o assunto sobre o qual o escritor está falando - “o que quer dizer” e a linguagem que está empregando - “como deseja fazer isto” (p.58). Isto é, o contexto da própria linguagem limita o que está sendo escrito.*

Smith trata também da relação entre a organização dos textos e sua compreensão e diz que *cada espécie de texto possui seus próprios esquemas de gênero - convenção de apresentação, tipografia e estilo - que o distinguem de outros gêneros ou espécies de texto (p.59).*

Esses esquemas de gênero facilitam a comunicação e auxiliam tanto os leitores, quanto os escritores. Aos leitores, as formas características de gênero proporcionam bases para prever como o texto será construído. Aos escritores, proporcionam uma estrutura de trabalho para a organização daquilo que têm a dizer e para antecipar aos leitores o que tendem a esperar.

Todos os tipos de texto possuem relações internas características, a que o autor chama *estruturas de discurso*, amplamente arbitrárias e acidentais, mas que, por serem convencionais, servem às suas finalidades. Na conversação, elas indicam quando se pode ou não interromper o outro falante. Na linguagem escrita, *os leitores podem esperar que os escritores observem as estruturas convencionais do discurso e os escritores podem esperar que os leitores o compreendam. As estruturas formam a base da previsão (p.60).* O modo de organizar os capítulos e organizar os parágrafos, as saudações usadas no início e final das cartas são exemplos de estruturas de discurso. As estruturas são base para a compreensão e recordação dos textos. Quanto mais o leitor antecipa e emprega estruturas formais utilizadas pelo autor, melhor compreenderá e recordará o que foi lido. E quanto mais o autor conhece e explicita as formas que o leitor irá prever, mais facilmente o texto será lido e recordado. Trabalhos experimentais demonstram que *a significação requer uma associação íntima entre o modo como um texto é construído e a organização da mente do leitor (p.62).*

Smith enfatiza uma característica da linguagem falada ou escrita, dependente da situação ou do contexto: toda ela é convencional. Explica que *a palavra “convencional” significa formas arbitrárias que poderiam ser diferentes, funcionando do modo que o fazem porque sua forma é mutuamente concordada (p.63).* Desde os sons ao significado das palavras utilizadas pelo falante, cada

aspecto da linguagem é convencional. Mais adiante diz que *as palavras são convencionais, assim como a gramática.*

Entre a vasta gama de convenções da linguagem estão as convenções do idioma, o qual define como sendo *a maneira pela qual as palavras do vocabulário e as forma da gramática são realmente utilizadas em uma determinada comunidade de linguagem, e esta utilização é um sistema mutável e complexo de convenções* (p.64).

Há também convenções de coesão, responsáveis pelo entrelaçamento das declarações e das sentenças. As convenções de linguagem determinam a seleção e a colocação de palavras, de acordo com o tema sobre o qual se está falando, da pessoa com quem se está falando e das circunstâncias nas quais se está falando.

Pode-se concluir que falar uma língua é empregar as fórmulas de vocabulário, gramática, expressões idiomáticas e coesão apropriadas à expressão relevante. O autor afirma que *todas as diferenças de expressão são convencionais, não existe uma lógica intrínseca acerca da forma específica apropriada em determinado momento* (op.cit.:64).

Na linguagem escrita, há um conjunto substancial de convenções: de ortografia, de pontuação, de formato de letras, de dimensão de letra manuscrita ou impressa, de colocação de maiúsculas, de parágrafo, de encadernação de livros, que são diferentes de uma língua para outra, de uma cultura para outra.

Como as convenções da linguagem são a base para a compreensão e a comunicação, o conhecimento delas, quando se trata da linguagem escrita, é essencial para o autor e o leitor do texto. Elas fazem com que a previsão seja possível.

As formas de previsão variam com o tempo, pelo acaso ou por acidente histórico de uma língua para outra, elas não podem ser previstas. *Mas o conhecimento dessas formas torna previsíveis as convenções que serão utilizadas em ocasiões determinadas* (p.65). Ser capaz de ler um texto implica ser capaz de antecipar as convenções utilizadas pelo escritor. *Esta compreensão das convenções apropriadas, juntamente com o conhecimento anterior relacionado ao tema, é a informação não-visual. Mas a compreensão deve ser compartilhada* (idem).

O fato de a linguagem ser convencional significa que ela é social. Fala-se e escreve-se do mesmo modo como o fazem as outras pessoas com quem se convive. O autor conclui que, acima e além de todos os aspectos técnicos, *a leitura é uma atividade social, aprendida (ou não) em um contexto social, em vez de intelectual.*

#### **3.4.1.1. A pontuação no texto escrito**

Para tratar do que representa a pontuação na escrita, retomando Emília Ferreiro (1990), vê-se que essa modalidade de língua não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado de um esforço coletivo da humanidade. Conseqüentemente, a aquisição da pontuação envolve uma aprendizagem de convenções, pois se trata de um conhecimento específico da linguagem escrita, que só pode ser adquirido através de outros informantes.

O texto escrito tem como função registrar uma fala dentro das condições de produção da linguagem<sup>2</sup>. A sua forma decorre da articulação das estratégias de ajuste às instâncias de produção, que diferem totalmente daquelas do texto oral. A primeira diferença determinante entre fala e escrita é a forma de aquisição.

Não existe uma convenção oral, natural. Aprende-se a língua no convívio familiar e por imitação. Já a escrita é uma convenção social, trata-se de uma aquisição cultural, por isso não é considerada língua, mas representação da fala. Segundo Nascimento (1996:21):

*Todo sistema da escrita é, na verdade, uma representação e não uma transcrição da fala. E, como representação, qualquer escrita é bastante diferente da língua falada que representa, pois sempre retrata apenas alguns de seus aspectos. Identificar a escrita com a língua falada é algo como confundir o retrato com a coisa representada.*

Há de se considerar também a especificidade material de cada uma delas: a configuração oral é sonora; na interlocução face a face, há um interlocutor real e presente; há troca imediata de papéis e os falantes ocupam o mesmo espaço e tempo. Por outro lado, na interação através da escrita, a configuração é gráfico-visual; o interlocutor é representado virtualmente; o diálogo se dá à distância e em espaço e tempo distintos, que precisam ser explicitados pela representação escrita, etc.

---

<sup>2</sup> Cf.3.4.1.

Entre as inúmeras diferenças, há uma que interessa especificamente a essa pesquisa: o tipo de delimitação dos enunciados. As duas modalidades textuais são delimitadas, mas o fato de uma ter suporte sonoro e a outra ter suporte visual interfere no tipo de delimitação. Pode-se observar que há mecanismos de delimitação no texto oral que têm correspondentes no texto escrito. Mas, de um modo geral, o começo e o fim dos enunciados, bem como a fronteira de seus constituintes, são marcados de formas diferentes.

Essas diferenças, à primeira vista, podem parecer irrelevantes porque são óbvias, mas são elas que determinam as condições de produção diferentes para cada uma dessas duas modalidades, que, por sua vez, irão determinar a construção de sentido pelo alocutário (em outras palavras, pelo leitor/ouvinte).

Sampson (1996) defende que a escrita é uma das formas assumidas pela língua, ou seja, é um instrumento para representá-la e que merece o mesmo tratamento dispensado à forma falada pelos métodos do moderno estudo lingüístico científico. A lingüística histórica da língua falada e a de sua representação escrita são bastante diferentes.

Enquanto existem várias teorias sobre a evolução do sistema da língua falada, o traçado histórico da escrita é muito mais breve, sendo possível, inclusive retroceder até mesmo ao nascimento de seu mais antigo sistema.

Os sistemas de escritas são considerados instrumentos idealizados para execução de uma tarefa. *De uma maneira geral, a escrita é vista como um aspecto da tecnologia, algo que as pessoas usam, não fazendo parte de suas personalidades* (op. cit.:15).

Para esse autor

*é uma questão crucial no estudo dos sistemas escritos ter sempre em mente que uma escrita é apenas um instrumento para tornar visíveis exemplos de uma língua; a escrita não é, em si mesma, a língua. Uma língua pode ser registrada por diferentes escritas, e a mesma escrita pode ser empregada para o registro de línguas diferentes* (idem).

Exemplifica-se essa afirmativa pela existência de uma separação entre as línguas e as escritas. Existe uma língua hebraica, uma inglesa e uma escrita hebraica ou sistema de escrita inglês; por outro lado, a língua registrada pelo sistema “han’gül”, é chamada “coreano”.

No capítulo II, Geoffrey Sampson procura chegar a uma definição de escrita. É interessante acompanhar seu raciocínio. A princípio, conceitua “escrever” como *a comunicação de idéias, relativamente específicas, por meio de marcas permanentes e visíveis* (op. cit.:24).

A inclusão do termo “específicas” elimina casos em que as idéias são expressas, através de desenhos e pinturas artísticas, embora sejam meios duráveis e visíveis de expressão de idéias. Já o termo “permanente” inclui a linguagem de sinais dos surdos e mudos, entre os exemplos de “escrita”.

Para ele, é difícil determinar *o que torna um meio de comunicação visível suficientemente explícito para ser descrito como escrita* (p.24). E sugere inicialmente que *a propriedade característica da escrita não é o fato de ela comunicar idéias específicas, mas de comunicar idéias de maneira convencional* (p.24). No entanto lembra que a obra de arte gráfica, que à primeira vista poderia parecer independente de convenções, na verdade está repleta delas. Em vista disso, reformula seu raciocínio e afirma que *a definição mais adequada de “escrita” é que ela constitui um sistema para se representar enunciados da língua falada por meio de marcas permanentes e visíveis*.

Porém o próprio autor enumera os problemas dessa definição. *Em primeiro lugar, sabe-se que a língua não é uma transcrição exata da língua falada* (p.25). E cita alguns fatos: as mensagens escritas são em geral produzidas no papel, em vez de reproduzidas a partir do ditado oral; a língua que registra as mensagens escritas é bastante diferente da língua oral. E à pergunta:- *se a língua escrita e a oral podem divergir tanto, será correto definir a escrita em geral como um sistema para representar a língua falada* - o autor responde que sim, somente se a expressão “língua falada”, paradoxalmente, não for entendida, apenas, como algo que seja falado. E conclui:

*se pensarmos uma “língua” (como fazem os lingüistas) como um sistema de relações de significados e sons da fala, então uma escrita será um instrumento para se representar a língua neste sentido, embora com freqüência ocorra o fato de as línguas ou as variedades lingüísticas que são normalmente escritas não serem faladas (exceto em situações artificiais como a leitura em voz alta), e as línguas ou as variedades lingüísticas faladas não serem escritas (exceto, por exemplo, como gravações em fitas são transcritas)* (p.26).

Ao tratar da língua falada e escrita, Paul (1980:393) antecipa os estudos lingüísticos científicos atuais:

*É importante para todos os investigadores da língua nunca esquecerem que o que se escreve não é a língua propriamente dita, que a língua convertida em escrita precisa sempre, primeiro, de uma conversão em sentido inverso, antes de podermos contar com ela. Esta conversão só é possível incompletamente (...)* ( p.393).

Afirma também que *a escrita não só não é a própria língua como de modo nenhum se lhe adapta* (p.394). Quanto à relação entre as duas modalidades de linguagem, postula que *a escrita está para a falada mais ou menos como um esboço está para uma pintura a cores, executada com o máximo de cuidado.*

Para esse autor, há ainda outro aspecto importante:

*Uma decomposição real da palavra nos seus elementos não só é difícil como é francamente impossível. A palavra não é um conjunto de determinado número de sons autônomos, cada um dos quais poderia ser expresso, por sinal alfabético, antes é, no fundo, uma “série contínua dum número indefinido de sons”, e através das letras conseguimos indicar de forma incompleta pontos característicos isolados desta série. O resto, o que fica por indicar, resulta aliás, até certo ponto, necessariamente, da determinação destes pontos, mas só em certa medida.* (p.61)

É interessante registrar o que Sampson diz sobre isso. Para ele, o termo “letras”, utilizado para designar as unidades da escrita, não é adequado como nome genérico, porque *as marcas da pontuação e (para as línguas em alfabeto latino) as marcas diacríticas, ou acentos, não são chamadas de letras, embora constituam parte tão integrante do sistema de escrita quanto as letras* (p.19).

Para ele *as escritas historicamente antigas são bastante incompletas* (p.34), mas os sistemas de escrita atuais também não são totalmente completos. Há um aspecto que considera relevante – a entoação. Sobre ela, afirma que

*a pontuação, em parte, dá indicações da entoação: mas é fácil demonstrar que as indicações propiciadas pela pontuação (que na ortografia do inglês moderno, está mais relacionada com a estrutura lógica do texto do que com qualquer aspecto de pronúncia) não conseguem oferecer uma representação completa das nuances da entoação inglesa* (p.35).

Embora o autor se refira especificamente à língua inglesa, é oportuno citá-lo porque o mesmo fato acontece na representação escrita da língua portuguesa, cujo sistema de pontuação também não consegue estabelecer distinção de significado produzida por distinção de pronúncia.

Toda a argumentação desses autores consolida a hipótese de que, ao se analisar um texto, seja ele oral ou escrito, há que se considerar todo o processo de sua articulação em função de suas condições de produção.

Como já foi mencionado na introdução, para explicar as funções da pontuação que está a serviço da língua em seu funcionamento discursivo, é necessário a fundamentação em uma teoria que tenha por base o discurso<sup>3</sup>. Da mesma forma, conforme já foi tratado<sup>4</sup>, as condições de produção da macro-organização do texto<sup>5</sup>, no seu processo de enunciação<sup>6</sup>, muitas vezes determinam a sintaxe de “base”, priorizando certos elementos. Em outras palavras, para se definir o papel da pontuação, há que se levar em conta a construção do enunciado não isoladamente, mas como parte constituinte do processo de produção.

Sabe-se que um dos fatores que garantem a continuidade de um texto é a progressão, decorrente da articulação de seus enunciados, no processo de sua produção. Ora, compreender a dinâmica textual implica, pois, perceber como se dá a transformação de informações<sup>7</sup> novas<sup>8</sup> em informações adquiridas, através da entrada de novos elementos. Isso significa que, na análise de um enunciado, deve-se considerar, além de suas condições de produção, as dimensões lexical, sintática e semântica que o constituem. Para isso, é necessário trabalhar com a perspectiva teórica de que, na delimitação do enunciado, atuam fatores de variadas naturezas.

### 3.5. TEORIA MODULAR DO DISCURSO

As teorias sobre a língua como objeto científico têm um traço comum: reconhecem que a língua é um conjunto de signos. Castilho (1990:118) lembra que os signos lingüísticos vêm sendo estudados sob três ângulos distintos: *(1) relação dos signos com os usuários: dimensão pragmática da linguagem; (2) relação dos signos com os referentes: dimensão semântica da linguagem; (3) relação dos signos com outros signos: dimensão sintática da linguagem.*

Ao prefaciá-lo livro Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa, do Prof. Rodolfo Ilari (1992), Castilho formula algumas indagações suscitadas pelas diversas direções da pesquisa lingüística: *qual é a relação entre a face estrutural e a face*

<sup>3</sup> Nesta dissertação, entende-se por **discurso** a atividade comunicativa do falante, em uma situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor e evento de sua enunciação.

<sup>4</sup> Cf. 3.4.

<sup>5</sup> **Texto** entendido como suporte lingüístico do discurso.

<sup>6</sup> Nesta dissertação, a atividade lingüística, o evento único e jamais repetido de produção do enunciado.

<sup>7</sup> O termo **informação** está sendo entendido como uma unidade informativa significativa um conjunto organizado de pistas materiais que possibilitem a construção de sentido naquilo que se poderia chamar de um esquema mental.

*funcional da língua? O sintático, o semântico e o pragmático ordenam-se em alguma hierarquia visível ou constituem-se em esferas autônomas de organização da linguagem? Como as línguas naturais processam a informação, e que importância tem isso em sua articulação gramatical?*

Essas indagações, na verdade, acenam para a necessidade de uma teoria que explique como os processos cognitivos gerenciam os módulos lingüísticos.

Para não perder de vista o objeto desta dissertação, vale lembrar que a escrita representa um processo resultante da operação de vários módulos. Esse é o ponto a partir do qual se busca a resposta para a pergunta: **tendo em vista a função da pontuação no processamento da escrita, deve-se considerá-la a serviço de qual/quais dos módulos?**

Para isso, pode-se partir da concepção de Eddy Roulet, lingüista suíço da escola de Genebra, que vem se dedicando à sistematização da teoria modular desde os anos oitenta, como também da concepção de Castilho (1997-1988), que será tomada como referência teórica.

É importante deixar claro que a teoria de Roulet será aqui abordada de forma bastante seletiva, enfatizando-se somente os pontos que interessam a esta pesquisa, com o auxílio do estudo de Pires (1997:23-45) sobre essa concepção modular do discurso.

### **3.5.1. A VISÃO DE ROULET**

Roulet (1996:4) insiste em mostrar que adota a abordagem modular somente como hipótese metodológica, como procedimento de análise.

Propõe a construção de um modelo modular que permita simular a complexidade de organização do discurso, para explicar o funcionamento da interação verbal, sem pretender explicar a maneira pela qual o espírito humano trata efetivamente disso.

Emprega “discurso” como um termo genérico, para designar todo acontecimento de comunicação verbal, seja dialógico ou monológico, oral ou escrito, literário ou não literário, nas suas dimensões lingüísticas, textuais e situacionais.

---

<sup>8</sup> **Informações novas** são aquelas pressupostas como não partilhadas pelos interlocutores.

O autor distingue o que chama de **dimensões** do discurso, que correspondem aos diferentes módulos do sistema (sintático, hierárquico, referencial) daquilo que chama de **formas de organização** (polifônica, informacional, periódica, etc.). Essas são estruturas compostas, resultantes da combinação de informações dependentes de dimensões diferentes, assegurada pelas regras de acoplagem, que têm globalmente a forma de *se x e se y, então z* e que permitem, pois, definir tipos constituintes discursivos e categorias discursivas complexas, e, por outro lado, derivar formas de organização discursivas complexas.

As diferentes dimensões são regidas por princípios independentes e podem, por isso, ser estudadas separadamente, mas as estruturas que elas produzem combinam-se na produção e na interpretação de um discurso particular. Por essa razão, somente a descrição sistemática das articulações entre os diferentes níveis permite chegar a uma interpretação adequada do enunciado.

Roulet diz admitir, como Charaudeau (apud Roulet, 1991:58), que a interação verbal se desenvolve no ponto de encontro entre duas entidades: um repertório verbal e uma situação de interação. A partir daí, levanta a hipótese de que a construção e a interpretação da interação são submetidas a três tipos de restrições:

- a) **situacionais**, ligadas ao universo de referência, ao contexto social, à situação de interação e ao contexto psicológico;
- b) **lingüísticas**, ligadas à sintaxe, ao léxico, à semântica e à fonologia ou à ortografia da ou das variedade(s) de língua utilizada(s);
- c) **discursivas**, ligadas aos diferentes planos de organização do discurso: hierárquico, relacional, enunciativo, polifônico, informacional, periódico e composicional.

Após essa apresentação sucinta da hipótese metodológica de Roulet, serão tratadas as dimensões e formas de organização às quais, de certa forma, a pontuação no texto escrito está relacionada.

### 3.5.1.1. A dimensão hierárquica

A dimensão hierárquica resulta das ligações de dependência entre os constituintes de base da estrutura das interações verbais: a troca, as intervenções e

os atos. Segundo Pires (op.cit.:28), *com base no princípio da recursividade*<sup>9</sup>, *é possível descrever todas as estruturas dialógicas a partir desses três constituintes. As trocas (T) são constituídas de intervenções (I), que, por sua vez, são constituídas de atos discursivos (A).* Essa autora elabora duas definições para troca: (1) *um conjunto de intervenções regido por princípios de completude interativa (monológica) e interacional (dialógica).* (2) *uma unidade discursiva centrada em, ao menos um tópico, que representa o objeto de negociação entre os participantes.*

A estrutura hierárquica é o resultado de um processo dinâmico de negociação. Para Roulet, essa dimensão ocupa lugar central no sistema modular, em virtude de sua relação com os módulos sintático e fonográfico (na delimitação dos constituintes discursivos) e com os módulos social e interacional (na determinação de certas estruturas dialógicas).

### 3.5.1.2. A organização periódica

Essa organização trata dos procedimentos de composição de que dispõem os locutores para organizar as informações em etapas ao longo do tempo, ou em outras palavras, das questões ligadas ao desenvolvimento do discurso no tempo, sinalizadas por numerosos traços lingüísticos tais como os marcadores de reformulação e retificação, os marcadores discursivos, **lá, bem, etc** e o emprego dos sinais de pontuação.

Pires (op.cit.:107) trata, nessa organização, dos aspectos dinâmicos do discurso, como as trocas de turno e as condições de (des)continuidade das intervenções e focaliza algumas condições sob as quais se dá a completude monológica e dialógica. Procura averiguar principalmente as estratégias de gestão do turno conversacional ao longo do tempo, os fatores que determinam as interrupções e as retomadas nos limites de cada intervenção, os conflitos de estruturação e as interferências do interlocutor nas intervenções do seu parceiro como estratégias de gestão.

Pires (idem:39) destaca outro aspecto importante desta organização:

*o estoque de informação no que Berrendonner(1983) chama de memória discursiva. Roulet formula a hipótese de que é necessário distinguir duas fases ou modos de registro: uma, intermediária e transitória que implica*

<sup>9</sup> Entende-se por recursividade a propriedade comum a todas as línguas de colocar estruturas dentro de outras estruturas da mesma classe.

*simplesmente o processamento cumulativo de informações ao fim de cada ato discursivo; outra, definitiva, que implica a totalização das informações ao final de cada movimento discursivo.*

Assim sendo, o locutor tem a opção de condensar em um único ato discursivo, as informações que, em princípio, poderiam constar de movimentos discursivos distintos. *Opções como essa trazem implicações importantes para a interpretação da seqüência e podem interferir decisivamente em cada uma das etapas de negociação* (ibidem).

De acordo com Roulet, a organização periódica é uma linearização. Marca a linearidade do produto na hierarquia. O que aparece na organização periódica como produto é um processo hierárquico. Desse modo, o processo de hierarquização é que produz o fenômeno de periodicidade.

### **3.5.1.3. A organização informacional**

Roulet (1996:17) diz que a estrutura organizacional visa a apreender a continuidade do fluxo informacional (retomando expressão de Chafe), isto é, os encadeamentos entre as informações ativadas sucessivamente no texto. Trata da organização do discurso, mais precisamente da maneira como os interlocutores mantêm, desenvolvem ou abandonam seus objetos de discurso.

Ao tratar dessa organização, o autor fala da progressão temática do discurso e suscita algumas questões sobre a relação que geralmente se estabelece entre os constituintes do discurso, tema e rema, e informações dada e nova. Essa questão será retomada adiante.

A estrutura informacional está ligada à estrutura hierárquica, relacional, periódica e referencial.

### **3.5.1.4. A organização tópica**

Para Roulet, um tópico tem uma função cognitiva. Valendo-se das idéias de Chafe (apud Roulet, 1966:18) sobre a distinção entre as informações inativas, semi-ativas e ativadas e de sua hipótese de que uma única idéia pode ser ativada a cada vez, Roulet postula que cada ato introduz uma informação, a que chama de ativada.

A introdução dessa informação implica ao menos um ponto de ancoragem na memória discursiva, sob a forma de uma informação semi-ativa, que pode ser verbalizada ou não. O ponto de ancoragem pode ser indicado ou não por um traço (anáfora, expressão definida, etc.) no ato que introduz a informação ativada. Ele pode ser idêntico ao ponto de ancoragem de constituinte precedente e, se ele for novo, terá sua origem no co-texto, no contexto ou em uma inferência de um ou de outro. Por essa razão, pode-se observar a presença, no ato, de vários traços de pontos de ancoragem na memória discursiva que se situam em níveis diferentes. Roulet utiliza o termo **objeto do discurso** para designar a informação ativada no ato e usa o termo **tópico** para a informação semi-ativada, que constitui o ponto de ancoragem.

A organização tópica complexa de um diálogo resulta da combinação das dimensões hierárquica e referencial e da forma de organização elementar enunciativa.

### 3.5.2. A VISÃO DE CASTILHO

Em 1988, lingüistas de várias universidades do Brasil juntaram-se em um projeto de âmbito nacional, o da Gramática do Português Falado. O objetivo primordial do grupo é descobrir os mecanismos de funcionamento da língua oral e verificar até que ponto se diferenciam da escrita.

Esses pesquisadores brasileiros inovaram tanto na definição do objeto da lingüística, quanto na metodologia. O foco da investigação deslocou-se do texto escrito – perspectiva que privilegia o enunciado, sem levar em conta os mecanismos envolvidos em sua produção – para a fala espontânea gravada com diferentes falantes – perspectiva que procura identificar os processos acionados para a produção do enunciado.

Segundo Castilho (1997:5), a modalidade de língua falada *é maiormente caracterizável pelos processos de criação lingüística que ela documenta. Há quase uma unanimidade em torno desta equação: língua falada é o mesmo que um conjunto de processos.*

Dessa maneira, caracterizados os processos acionados pelos falantes, chega-se aos produtos, ao enunciado. Ou seja, partindo-se do texto oral, examinam-se os

processos de criação desse texto, tais como sua organização tópica, os parênteses, as repetições, as reformulações, etc.

Nascimento (apud Castilho 1997:6) formulou alguns postulados nessa perspectiva da língua falada como o lugar dos processos:

a) *Uma concepção de linguagem como uma atividade, uma forma de ação, a verbal, que não pode ser estudada sem se considerar suas principais condições de efetivação.*

b) *A pressuposição de que, na contingência da efetivação da atividade lingüística do falante/ouvinte [na produção e recepção de textos] temos a manifestação de sua competência comunicativa, caracterizável a partir de regularidades que evidenciam um sistema de desempenho lingüístico constituído de vários subsistemas.*

c) *A pressuposição de que cada um desses subsistemas constituintes do sistema de desempenho lingüístico [o Discursivo, o Semântico, o Morfossintático, o Fonológico...] é caracterizável em termos de “regularidades” definíveis em função de sua respectiva natureza.*

d) *A pressuposição de que cada um dos subsistemas constituintes desse sistema de desempenho lingüístico é o subsistema Computacional, [entendido como uma noção mais ampla que a de Língua I], definível em termos de regras e/ou princípios envolvidos na organização morfossintática e fonológica dos enunciados que se articulam na elaboração de qualquer texto.*

e) *A pressuposição de que o Texto é o lugar onde é possível identificar as pistas indicadoras das regularidades que caracterizam os referido sistema de desempenho lingüístico.*

Essa concepção sistêmica da língua implica considerar escolhas entre os termos do paradigma e aceitar que escolhas se fazem em função da produção do sentido pretendido.

Foram destacadas as partes que reforçam a necessidade de se levar em consideração uma teoria modular. Essas idéias foram assim parafraseadas por Castilho (op.cit:7):

*Ao desempenhar a atividade lingüística, o falante/ouvinte opera sobre sistemas e sub-sistemas, caracterizáveis por suas regularidades. Em outros termos,, ele se desloca das motivações discursivas que desencadearam essa atividade para as estruturas lingüísticas que as representaram, indo da produção para o produto, da enunciação para o enunciado.*

E esse é o movimento que essa teoria lingüística – a teoria modular da língua – procura acompanhar.

Morris (apud Castilho, 1997:7) é considerado o primeiro lingüista a fazer semelhante postulação. Para ele, uma língua natural é constituída de três módulos:

a) Sintaxe: estudo do signo na sua relação com outro signo.

b) Semântica: estudo do signo na sua relação com o referente.

c) Pragmática: estudo do signo na sua relação com o usuário.

Castilho (op.cit:8) admite que cada módulo caracteriza-se por *um conjunto de propriedades, inscritas nos itens que integram o Léxico*. Em outras palavras, qualquer língua natural tem um componente central, que é o Léxico, entendido como o conjunto dos itens lexicais armazenados na memória que interliga os três módulos constituintes de qualquer língua natural. O autor lembra que aquela não é uma afirmação muito original, pois o Léxico é reconhecido como uma espécie de componente central por várias teorias lingüísticas. *Quer dizer, o ofício de criar um texto é um ofício de reunir palavras*. Mas insiste em deixar claro que o Léxico não é apenas uma lista de palavras. *É um conjunto de itens dotados de propriedades semânticas e gramaticais, alteradas ou confirmadas no momento de interação discursiva* (1998:37). Cada item lexical tem, então, uma propriedade discursiva, uma propriedade semântica e uma propriedade gramatical. Ele ressalta que esses módulos são uma divisão artificial da língua – necessária para *pôr as idéias no lugar* (1997:8).

Assim esse lingüista caracteriza cada módulo (1998:9-10):

*O módulo discursivo abriga as negociações intersubjetivas que se encadeiam no momento da enunciação: a constituição do locutor e do interlocutor, a seleção e elaboração de um tópico conversacional e as rotinas da conversação. Da conversação resultam os textos.*

*O módulo semântico se define como diferentes processos de criação de sentidos lexicais (denotação, conotação, sinonímia, antonímia, hiperonímia, etc) dos significados componenciais (referenciação, predicação, dêixis, foricidade, etc) e das significações interacionais (inferências, pressuposições, etc).*

*O módulo gramatical se ocupa das classes, das relações que podemos estabelecer entre elas e das funções que as classes desempenham no enunciado. Esse módulo compreende a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe. O fonema, o morfema, o sintagma e a sentença, como unidades de cada um desses subsistemas, dispõem cada um de propriedades descritivas.*

Esses processos cognitivos são simultâneos, pois as propriedades semânticas e gramaticais dos itens léxicos são ativadas num mesmo ato discursivo. Isso acontece em consequência das análises da situação lingüística pelos interlocutores, ao selecionarem estratégias para sua abertura, manutenção ou encerramento de turno e/ou de tópico.

Partindo da intuição de lingüistas que investigam a oralidade, Castilho (op.cit.:10) propõe dois processos: um elenco de processos pré-verbais e um elenco de processos verbais.

Para explicar a divisão artificial da língua, o referido autor (1998:38) diz que *no coração da capacidade lingüística está alojado um programa computacional, pré-verbal, alimentado por continuada análise da situação discursiva em que o falante/ouvinte está operando*. Ele destaca o estatuto diferenciado que o módulo do Discurso tem em relação à Semântica e à Gramática. Admite que *o programa discursivo-computacional faz mediação entre o Léxico, concebido como um ponto de partida da língua, e a Semântica e a Gramática concebidas como pontos de chegada*. Ao interagir, o usuário da língua decide como irá administrar o Léxico, ou seja, escolherá as palavras e as propriedades a serem ativadas. *Essa administração configura um conjunto de momentos mentais, no sentido etimológico de “movimento”*. O autor identifica três conjuntos simultâneos de instrução, três momentos ou processos discursivo-computacionais: **a ativação, a reativação e a desativação**.

Castilho postula que deles decorre a construção de textos e de sentenças e insiste em que esses momentos não acontecem de forma linear, ao contrário, são simultâneos, e que separação é apenas um esforço de clareza.

*Se esta hipótese for verdadeira, teremos de admitir que nosso cérebro não processa a língua num ritmo unilinear, aplicando instruções sequenciadas. Ao contrário, ele deve ativar **ao mesmo tempo** conjuntos de regras semânticas e gramaticais, avançando, voltando atrás, e até mesmo abandonando atividades de processamento que estavam em pleno curso (1998:38).*

A **construção por ativação** é o processo central de construção da língua falada e escrita. Através dele, o usuário organiza o texto e suas unidades, as sentenças e suas estruturas sintagmática, funcional, semântica e informacional, *dando-lhes uma representação fonológica, administrando assim, uma bateria de regras* (p.38).

A **reativação** se manifesta através da repetição ou recorrência de expressões, e de paráfrase ou recorrência de conteúdos.

O processo de **construção por desativação** ocorre quando há uma ruptura na elaboração do texto e, por conseqüência, o abandono de segmentos textuais, as digressões, os parênteses. No domínio da sentença dá-se a ruptura da adjacência

por meio de pausas, de hesitações, de inserção de elementos discursivos, etc. No domínio da sintaxe, atribuem-se à descontinuação os fenômenos da elipse e do anacoluto.

Do elenco de processos verbais constam o processo de *Discursivização* (que opera com categorias discursivas); *Gramaticalização* (que opera com categorias gramaticais) e a *Semantização* (que opera com categorias semânticas) (Castilho.1997:10).

### 3.6. A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DISCURSIVO

Para analisar-se a pontuação em uma perspectiva discursiva será necessário dar-se atenção especial à constituição do enunciado. E, de acordo com esses dois teóricos da Teoria Modular, a Articulação Tema-Rema possui importância primordial na construção do processo discursivo. Essas unidades lingüísticas podem atuar de várias formas em relação às outras, assumindo, por conseguinte, diferentes graus de importância no processo da interlocução. Dada a importância desse processo de articulação para a análise do *corpus*, é necessário abrir espaço para tratar especificamente dessa questão.

#### 3.6.1. A ARTICULAÇÃO TEMA-REMA

A partir das *definições intercambiáveis de sujeito* usadas pela tradição escolar: “quem faz a ação”, “ termo com o qual concorda o verbo” e “o assunto da oração”, Ilari (1992:10) reconhece que *os critérios distintos que as fundamentam apresentam três áreas independentes de investigação* a que o autor chama *provisoriamente* de articulação gramatical, articulação nocional e articulação em *tema e rema*.

Esse estudioso tem como objetivo *levantar e organizar no tocante ao português os principais fatos referentes à articulação em tema e rema (...)* apontando os principais problemas teóricos envolvidos em sua análise (p.10). Tendo em vista a distinção entre os conceitos de frase e enunciado com que se opera nesta dissertação<sup>10</sup>, é interessante observar que, mesmo restringindo-se aos limites de enunciados que manifestam a organização frasal, Ilari já faz análise de enunciados.

---

<sup>10</sup> Cf. nota 2, p.5

### 3.6.1.1. A origem da Articulação Tema-Rema

Segundo o autor em questão (op.cit.:10), em vários textos, desde a Antigüidade, podem-se verificar *observações esparsas sobre a não-coincidência do sujeito gramatical com o tema da oração*, mas algumas escolas lingüísticas desses últimos cem anos acreditam que a Articulação Tema-Rema (resumida pelo autor em ATR, como será indicada também neste trabalho) seja uma categoria processual, uma categoria de atividade, que opera com fatores estruturais e fatores funcionais.

Em “Temas em funcionalismo: da organização temática ao processamento cognitivo” (in Abralim.Boletim19.Dez.96), Ilari registra a importância dos trabalhos da Escola Lingüística de Londres e da Escola Lingüística de Praga, que considera as mais importantes formas de funcionalismo, porque procuram ligar a língua a seu contexto de uso, *mas a contribuição mais fundamental destes últimos (os praguenses) é a maneira até certo ponto revolucionária como conceberam a função comunicativa da língua* (p.43). Insatisfeitos com a noção saussuriana de comunicação, esses lingüistas recuperaram para a língua o caráter pragmático.

Em lugar de considerar Saussure *responsável por dar à comunicação um papel preponderante, quando não exclusivo em relação às demais funções*, Ilari acha mais exato dizer que Saussure *introduziu uma imagem distorcida do fenômeno da comunicação ao explorar apenas uma de suas condições necessárias - a existência de um quadro paradigmático em que as oposições justificam a existência dos signos* (op.cit.:43). Essa noção resolve a questão da articulação entre língua e fala, mas diz pouco a respeito da comunicação lingüística em uma situação real de interação verbal entre interlocutores. Como oposição às idéias estruturalistas, Ilari cita os escritos de W. Mathesius, em que se explora a *Perspectiva Funcional da Sentença*, ou seja, *o conjunto de características estruturais presentes na sentença pelo fato de ela ser uma unidade comunicativa real, que transmite informações capazes de alterar o conhecimento do interlocutor, num contexto que é ao mesmo tempo extralingüístico e lingüístico* (op.cit.:43).

Os praguenses denominaram “consituação” a mistura de condições lingüísticas e extralingüísticas que delineiam o quadro histórico da comunicação. Diante do fato de que nem tudo que é dito numa sentença é apresentado como novo para o

interlocutor, toda sentença deveria conter duas informações, uma parte nova, obrigatória, e uma parte não nova, facultativa. A esse fenômeno dá-se o nome de articulação “(tema) rema”.

Para Mathesius (apud Garvin, op.cit.:240), há dois tipos de estruturação do ato de fala, através das quais uma língua manifesta suas funções: uma dada pelo padrão gramatical da oração e outra a que chama *a estrutura portadora de informação do enunciado*. A diferença entre os dois tipos de informação é assim descrita:

*a estrutura portadora de informação da oração deve ser considerada em oposição à sua estrutura formal. Enquanto que a estrutura formal diz respeito à maneira pela qual uma oração se compõe de elementos gramaticais, a estrutura portadora de informação diz respeito à maneira pela qual uma oração se integra na situação factual durante a qual foi produzida. Os elementos básicos da estrutura formal da oração são o sujeito gramatical e o predicado gramatical, os elementos básicos da estrutura portadora de informação são a base do enunciado - tudo o que, em uma situação dada seja conhecido, ou, pelo menos, óbvio, e, assim, forme um ponto de partida para o falante - o cerne do enunciado, isto é, tudo o que o falante afirme sobre a base do enunciado ou em função dele.*

É interessante ressaltar que o autor usa o termo oração para referir-se à estrutura formal e à estrutura portadora de informação, ou seja, no mesmo sentido em que se usa o termo enunciado nesta dissertação e utiliza o termo enunciado no sentido de informação, portanto ligado à idéia de referência, ou seja, à Semântica. Sua concepção de oração está, pois, ligada à Sintaxe. Confrontando a proposta de Mathesius e a de Castilho, pode-se dizer que, na proposta daquele, estão presentes dois tipos de operação: a Semantização e a Gramaticalização.

Garvin observa que os termos *base* e *cerne* são substituídos, respectivamente, pelos termos clássicos “tema” e “rema”, nas obras atuais dos lingüistas de Praga. Grosso modo, o estudo da perspectiva oracional funcional trata da forma como a linguagem manifesta as três funções postuladas por Karl Bühler. A proposta de Mathesius teve grande repercussão entre os funcionalistas.

Os trabalhos da Escola de Praga, desenvolvidos intensamente na década de 30 e início da década de 40, tratam de uma quarta função da linguagem: a estética. Conforme descreve Garvin (op.cit.:242), na concepção de Mukarovský *a cada objeto ou ação, inclusive a linguagem, pode-se atribuir uma função prática - utilitária para os instrumentos, comunicativa para a linguagem, e assim por diante.*

No entanto um objeto ou ação tem função estética se se torna foco de atenção por si mesmo e não por causa da função prática que desempenha, *isto é, provoca uma reação pelo que é, e não por aquilo a que serve*. Nessa perspectiva, a função estética não se limita a obras de arte e de literatura, mas pode aparecer em relação a qualquer objeto ou ação. Ela se realiza em função do que Garvin traduz como *foregrounding* - em tcheco - *zdravstvuyte*, que significa transporte a primeiro plano, em oposição a automatização.

A automatização corresponde ao estímulo normalmente esperado numa situação social e *foregrounding* corresponde, ao contrário, *a um estímulo não antecipado culturalmente em uma situação social, e, por isso mesmo, capaz de provocar atenção especial*.

Garvin acha importante que essa afirmação de Mukarovsky seja avaliada na perspectiva da concepção saussuriana de *langue* - ao mesmo tempo um sistema de signos e um conjunto de normas sociais. *A “distorção” de Mukarovsky é assim distorção do padrão como norma social, embora ainda dentro dos limites de padrão como sistema de signos, uma vez que as unidades distorcidas e foregrounding (trazidas a primeiro plano) derivam do mesmo sistema que seus correspondentes automatizados, ou são emprestadas a ele ou em função dele*.

A função estética pode, então, ser vista como um conjunto de operações discursivas que externa forte apelo ao alocutário, como uma pista utilizada pelo enunciador com o objetivo de sinalizar o sentido desejado, para trazer para o primeiro plano aquilo que ele acha mais importante. Nesse sentido, a função estética de Mukarovsky relaciona-se com a função conativa de Jakobson e com a função interpessoal de Halliday<sup>11</sup>.

Em termos de Articulação Tema-Rema, *as unidades distorcidas trazidas a primeiro plano* podem ser entendidas como utilização de estratégias de deslocamento dos constituintes do enunciado, ou seja, estratégias de tematização e rematização, de que trata Koch (1997:73). Segundo essa autora, há duas grandes modalidades de seqüenciação tema - rema:

1. *seqüências em que ocorre plena integração sintática entre os elementos temáticos e remáticos, sem qualquer tipo de segmentação (construções não marcadas), que constituem o padrão, sendo comuns à oralidade e à escrita;*

---

<sup>11</sup> Cf.p.54

2. *construções com tema ou rema marcados (em consequência do emprego de estratégias de tematização e rematização), com graus mais reduzidos de integração sintática, devidos à ocorrência de segmentação(...).*

Para a referida autora, a segmentação é definida como toda espécie de *alteração da ordem não- marcada, devida a uma cisão ou modificação na ordem não-marcada dos constituintes, com vistas à extração ou “mise-en-relief” de um constituinte do enunciado, dando origem a construções de tema ou rema marcados.*

Danes (apud Koch, op.cit.:73) já afirmava que razões de ordem funcional freqüentemente levam a infringir-se a expectativa da ordem sintática dos constituintes.

No capítulo “Principais contribuições para a análise da Articulação Tema-Rema”, Ilari (op.cit.:12) faz uma resenha dos trabalhos de Herman Paul, Halliday e Sgall (e seus colaboradores) *autores que, pela diversidade de suas posições ilustram de maneira exemplar a latitude do debate.*

### **3.6.1.2. Os principais teóricos**

3.6.1.2.1 HERMAN PAUL (apud Ilari, op.cit.:12), considerado o precursor da história moderna da ATR, refere-se à análise dessa articulação como sendo uma análise em sujeito e predicado psicológicos. Ele afirma categoricamente que uma oração pode ser psicologicamente impecável, mesmo quando é mal formada do ponto de vista sintático. Ilari considera essa posição excepcional, pois ela pressupõe que uma análise da ATR deve-se aplicar não a expressões lingüísticas, mas a conteúdos mentais, que podem estar ou não verbalizados na oração. A partir da proposta de ver os fenômenos lingüísticos sob uma perspectiva modular, pode-se inferir que a excepcionalidade da situação percebida por Ilari deve-se ao fato de que as operações do módulo “Discursivização” devem levar em conta as restrições do módulo sintático. Desse modo, a sintaxe funciona como uma espécie de filtro para as operações do módulo Discursivização.

Embora considere a linguagem utilizada por Paul bastante vaga e comprometida com a Psicologia, para Ilari suas definições denotam uma concepção bastante clara do papel desempenhado pela linguagem no processo de comunicação. Por considerar outras idéias de Paul, além daquelas discutidas por Ilari, importantes para esse trabalho, torna-se necessário ir direto à fonte.

No capítulo VI, em que trata dos “Fundamentos Sintáticos da Língua”, Paul (1980:131) diz que *toda atividade da fala consiste na construção de orações*, e assim define esse último termo: *a oração é a expressão lingüística, o símbolo de se terem associado na alma do que fala várias idéias ou grupos de idéias e o meio para criar na alma do que ouve a referida associação das referidas idéias*. Como se pode notar, essa formulação está muito mais próxima da visão atual de enunciação. Adaptada à nomenclatura atual, ela aponta para o fato de que o sentido é criado na interlocução. Conforme nota 2, página 5, o termo *oração* pode ser substituído por enunciado, termo utilizado na nomenclatura atual para se referir a unidades do texto.

O autor explica sua opção por essa definição tão geral como instrumento para abranger todas as diferentes espécies de oração e para opor-se a muitas definições estreitas, *por exemplo o erro tão espalhado que a oração tem de conter um verbo numa forma finita*. Na verdade, essa afirmação de Paul pode ser vista como um convite a analisar o texto em termos de organização dos enunciados e não em termos da organização da frase.

Esse conceito é negado por Wundt, para quem *uma oração baseia-se antes na decomposição em partes dum todo existente no consciente, é a expressão da divisão arbitrária duma idéia total nos seus elementos, relacionados logicamente uns com os outros* (apud Paul, 1980:131) Ele nega, principalmente, que a oração seja uma associação de idéias.

Mas Paul insiste na importância do ouvinte:

*(...) se realmente se deu em primeiro lugar a decomposição dum todo alma daquele que fala, fazendo-se sempre em seguida uma associação, então à minha definição, por este lado, nada há que se lhe objecte. Além disso esta é justa do ponto de vista do ouvinte, o qual Wundt toma aqui tão pouco em consideração como em qualquer outro lado (pág. 131).*

Nessa afirmação, pode-se perceber a visão discursiva do autor com relação às funções linguagem. Para ele, *todas as orações* (confrontando, enunciados) *se compõem de pelo menos dois elementos*, a que denomina sujeito e predicado, que *não se comportam um em relação ao outro de forma idêntica, mas diferenciam-se segundo a sua função*. (...). *Estas categorias gramaticais baseiam-se numa relação psicológica*. Há necessidade de se distinguir entre sujeito *psicológico* e *gramatical*,

ou *predicado*, pois ambos nem sempre coincidem, embora isso não signifique que a relação gramatical não se baseie na psicológica.

*O sujeito psicológico é a primeira quantidade de idéias existente no consciente da fala, do que pensa, e a ela associa-se uma segunda, o predicado psicológico. O sujeito é, para falar como Steinthal, aquele que apercebe, o predicado é o apercebido. É com razão que Gabelentz designa ambos os elementos do ponto de vista do ouvinte. O sujeito psicológico é, segundo ele, aquilo sobre que aquele que fala quer fazer o ouvinte pensar, para onde ele quer dirigir-lhe a atenção, o predicado psicológico é o que ele deve pensar sobre isso. Contudo esta espécie de determinação do predicado pode levar facilmente a uma opinião tão limitada como a que encontramos a cada passo nas nossas gramáticas. Temos que insistir em que só interessa que uma idéia seja ligada à outra no consciente (p.133)*

Observando o fato de que Paul fala de idéias e não de palavras, Ilari (op.cit.:13) diz que não é difícil admitir que *uma idéia seja ativada por percepções concomitantes ao próprio ato comunicativo ou por alusões verbais do discurso anterior*. Por isso o sujeito psicológico pode ser suprido pela situação (cita como exemplo a oração *Fogo!*). Esse autor acha também compreensível que torneios frásicos considerados por qualquer gramático como mal formados, tais como frases de uma palavra só (*Fogo! Chuva!*), construções nominais utilizadas pela criança (*Mama Baba*), expressões em que se omite o conectivo que estabelece relações entre juízos (*Cedo selado, tarde montado*) constituam orações. Embora Paul apresente uma conceituação de oração mais ampla que as definições gramaticais da época, colocando-se mais próximo ao conceito atual de enunciado, Ilari reconhece que em um grande número de casos, a análise gramatical e a análise psicológica, por ele preconizadas, aplicam-se aos mesmos objetos: *a forma da oração e o sentido das expressões que a compõem fornecem então à análise psicológica um suporte útil e confiável*. Essa concepção fica evidente no grande número de relações entre as funções psicológicas e a forma da oração estabelecidas por Paul, algumas das quais relacionadas por Ilari (op.cit.:14):

- a. *Um demonstrativo referente ao que se disse antes, colocado no princípio da frase é, em regra, o sujeito psicológico ou parte dele;*
- b. *O interrogativo é regularmente predicado (psicológico) ou parte do mesmo;*
- c. *é sempre predicado psicológico a parte da oração cuja ligação com as restantes é rejeitada por uma partícula de negação. Ver “Não (foi) a ele (que) eu chamei”. A negação é verdade que nem sempre pertence ao predicado psicológico, ou melhor, refere-se sempre à ligação do sujeito psicológico com o predicado;*

d. *Predicado (psicológico) é naturalmente sempre também o contraste posto em paralelo com a parte negada da oração como “não é de manhã mas à tarde que quero partir;*

e. *Além disso (correspondem os predicados psicológicos) a todas as partes da oração realçadas por um “só, apenas, exclusivamente”, etc. porque podem substituir-se por “não outro mas, sobretudo, ao máximo”.*

Para Ilari, embora essas observações sejam bastante assistemáticas, têm em comum características importantes e uma delas interessa particularmente a essa fundamentação teórica: *revelam a necessidade de analisar a oração em níveis distintos: quanto à forma, quanto ao sentido e quanto à sua segmentação “psicológica”.* Ele esclarece essa afirmativa retomando a observação: *distinguir um termo como “demonstrativo referente ao que se disse antes” é qualificá-lo semanticamente;* levar em conta sua localização no início da oração *é estabelecer uma condição sintática;* conceituá-lo como sujeito psicológico significa definir um nível de análise independente das anteriores. Essa observação aponta para a necessidade de se avaliar um fato lingüístico sob vários módulos, uma das hipóteses deste trabalho.

3.6.1.2.2 HALLIDAY adere a uma atitude “funcionalista” de forma explícita, segundo Ilari (1992:15). Ele censura os funcionalistas clássicos (Malinowaki, Firth e Bühler) por *terem sido apenas programáticos, apresentando somente alguns aspectos avulsos da estrutura da língua como expoentes de funções.* Ao contrário deles, esse lingüista procura explicar, através das funções, o porquê da estrutura das línguas, ou seja, *apreender simultaneamente<sup>12</sup> e numa relação de explicação o conjunto das funções que uma língua realiza, e o conjunto de suas características estruturais.* Por *simultaneamente* entende-se que Halliday defende que os módulos operam concomitantemente.

Halliday distingue três grandes componentes na gramática da linguagem adulta, que podem ser relacionados aos três processos verbais propostos por Castilho: **ideacional** - que corresponde à representação do mundo e relaciona-se à Semantização; **interpessoal** - que corresponde ao tipo de relação estabelecida com os outros usuários, na interlocução, e relaciona-se à Discursivização, e **textual** - que

---

<sup>12</sup> Grifo da pesquisadora.

corresponde à maneira como as informações se organizam para fins de comunicação e relaciona-se à Gramaticalização.

Neves (1996:31) mostra que, em seu modelo de análise, Halliday estabelece uma relação sistemática entre a análise lingüística e o contexto de ocorrência dos enunciados. Os três componentes metafuncionais do sistema lingüístico associam-se às três variáveis situacionais de registro:

*o “campo” do discurso (a atividade social implicada) ligado ao componente experiencial: o “teor” do discurso (a distância social entre os participantes), ligado ao componente interpessoal: o “modo” do discurso (o canal entre os participantes), ligado ao componente textual.*

Esse lingüista postula que uma análise da ATR deve aplicar-se a unidades lingüísticas; nos termos desta dissertação, aos enunciados. Essa concepção implica considerar que a unidade que se analisa em tema e rema não tem que ser obrigatoriamente uma oração.

Nos escritos de Halliday (apud Ilari, op.cit.:17), *tema é uma palavra propositalmente ambígua, que diz respeito ora ao conjunto de opções estruturais referentes à função textual que se realiza no nível da oração, ora a uma categoria que intervém na descrição de uma opção específica.* No primeiro caso, a palavra tema abrange seis conjuntos de opções textualmente relevantes: informação, tematização, predicação, identificação, substituição, referência. No outro sentido, tema é o nome dado à expressão inicial de toda oração, aquilo que vem primeiro, o ponto de partida da mensagem.

6.1.2.3. SGALL E SEUS COLABORADORES (Jan Firbas, Franticek, Danes e Ivan Poldauf), que pertencem à chamada segunda geração da “Escola Lingüística de Praga”, segundo Ilari (1992:24-25), *retomam e endossam muitas das idéias elaboradas pelos autores da década de 30 em particular as que dizem respeito à forma que uma teoria lingüística deve adotar.* Avançaram, entre outras, na hipótese de que é impossível separar diacronia e sincronia e incluíram entre os objetos de análise os fenômenos da fala e a estilística.

Ilari ressalta uma outra diferença dessa escola, que *desenvolve em suma uma lingüística da fala (em oposição à língua da antinomia saussuriana) e insiste no fato de que se podem encontrar regularidades, que autorizam tentativas de*

*organização e descrição no mesmo nível da oração realizada (utterance).* Analisando orações<sup>13</sup> efetivamente realizadas e não apenas as consideradas como exemplo de boa formação sintática, pode-se constatar que a oração, como unidade comunicativa, serve para que se realizem duas funções: estabelecer um elo com a situação de fala, ou com o texto lingüístico precedente, e veicular informações novas. *Usando uma terminologia que reflete um enfoque parcialmente diferente, todo ato de comunicação bem sucedido consiste em duas realizações: 1) destacar um objeto de predicação; 2) predicar sobre esse objeto.* Em outras palavras, Sgall sugere que *toda oração (cf. enunciado) serve para realizar duas operações básicas e irreduzíveis, que descrevemos na linguagem de todos os dias mediante os predicados “falar de” e “dizer que”.* Ao primeiro desses predicados dá-se o nome de tópico e ao segundo, o papel de foco. *Toda frase envolveria, em suma, dois “atos de fala”, cada um dos quais obedece a condições específicas.*

Ilari (1992:34) diz que todos os autores acima tratados atribuem à ATR um papel “discursivo”. *Segundo essa concepção, conteúdos formulados e articulados inicialmente num nível de “representação do mundo” são reformulados pela ATR de modo a constituírem unidades apropriadas para a comunicação numa situação real.* Assim, a ATR deve ser encarada como uma forma de articulação de enunciados, com função determinada, e não simplesmente como um conjunto de características prosódicas ou sintáticas.

Como se pode observar, os vários autores não utilizam a mesma terminologia. Desse modo, o que é tópico para Sgall é o dado – segmento que veicula informações recuperáveis – segundo Halliday, para quem o segmento é dado ou recuperável quando é simultaneamente o tema, isto é, quando se trata do segmento inicial do enunciado, a respeito do qual o resto do enunciado se constrói.

### **3.6.1.3. A Articulação Tema-Rema na perspectiva textual**

Ilari (1992) limita-se a considerar a ATR nos períodos simples, não elípticos, e com uma única unidade informativa, embora reconheça que, na comunicação efetiva, ela constitui a exceção e não a regra. Quanto aos períodos complexos, não fica claro que as observações permitidas pela análise da ATR sobre o período

---

<sup>13</sup> Leiam-se enunciados.

simples se apliquem a eles. Ilari coloca uma questão, que ultrapassa o seu propósito: *Deve-se entender que a ATR se superpõe a períodos complexos sem sofrer qualquer determinação por parte de sua estrutura sintática e semântica, ou, ao contrário, ela reflete de algum modo o encaixamento de orações em orações, aplicando-se hierarquicamente - como parece bem esclarecido a propósito das pressuposições?* Essa questão é bem respondida por Castilho, ao tratar dos processos constitutivos do texto, quando sustenta que *a Teoria da Articulação Tema-Rema explica **também** a construção do texto.*

#### **3.6.1.4. A articulação Tema- Rema na visão modular**

Para Ilari (1992:9), *a linearidade das frases da língua não é incompatível com a possibilidade de analisá-las em vários níveis, e de aplicar-lhes critérios que dão origem a segmentações diferentes.* Esse postulado resulta de uma visão modular do processamento discursivo, presente na literatura desde a lingüística da Escola de Praga e já ventilado por Herman Paul<sup>14</sup>. É o próprio Ilari (1996:44) quem observa a *extrema originalidade* da proposta de alguns lingüistas da segunda geração dessa escola, que *conceberam a língua como um "sistema de sistemas" (hoje, usando uma linguagem que faz pensar na arquitetura dos computadores e remete a uma possível modularidade da mente, falaríamos talvez em "componentes" ou "módulos")*.

Vale lembrar que a visão modular recente, como a de Roulet e Castilho, não enfoca demasiadamente a questão dos níveis, mas de operações que, atuando plurissistemicamente na intersecção de vários módulos, produzem enunciados que são "epifenômenos", isto é, fenômenos resultantes de operações modulares.

Ao se referir às propostas inovadoras da segunda geração dos lingüistas de Praga, Ilari (1996:45) mostra que

*Quando os praguenses falam que a teoria lingüística precisa ser polissistêmica, eles não pretendem apenas insistir na pluralidade das análises que se aplicam a uma mesma unidade lingüística: pretendem também deixar aberta a possibilidade de que entre esses níveis haja interferências e repercussões, o que reforça uma outra idéia: entre as funções e sua expressão as relações não são normalmente bi-unívocas.*

---

<sup>14</sup> Cf.p.79.

Essa proposta traduz uma visão modular da linguagem. No enunciado, já estão “materializadas” uma série de operações de vários módulos. A organização do enunciado não reflete biunivocamente as operações de nenhum módulo. Em outras palavras, as expressões, ou enunciados, não refletem diretamente as funções: operações dos vários módulos a que os praguenses chamam de sistemas.

Ilari (1996:49), ao concluir esse artigo, diz constatar, na prática de muitos lingüistas a partir da década de setenta,

*a) o uso de dados reais, b) a tentativa de compreender as motivações que estão por trás da estrutura, c) a idéia de um sistema de sistemas que, ao invés de serem mapeados “conversam entre si, d) a idéia de que a organização desses sistemas pode vir das funções a que servem, e não de uma estrutura matemática que os abrange e representa são valores respeitados e produtivos.*

Por sua vez, Castilho (1998:37-38), mencionado entre os lingüistas a que Ilari se refere acima, postula que os processos de ativação, reativação e descontinuação revelam a maquinaria de constituição do texto e da sentença. Para avançar, detalha o que concebe como Léxico e se utiliza da teoria da ATR para *dar conta do mecanismo de construção dos arranjos discursivos encontrados nos textos, dos arranjos gramaticais encontrados na sentença, e dos arranjos semânticos encontrados nos dois.* Pode-se concluir que irá operar com a ATR na interface da sintaxe e da semântica.

O autor sustenta que a ATR desenvolvida pelos lingüistas da escola de Praga, para explicar a estrutura informacional da sentença, pode ser utilizada também para explicar a construção do texto.

*Isto é, também no texto temos um Tema, ou ponto de partida que é dado pelos Marcadores Conversacionais orientados para o texto, na LF, (língua falada) (e pelo parágrafo de abertura, na LE (língua escrita)), e um Rema, ou exploração desse ponto de partida, por meio de sentenças, “tematicamente centradas”, isto é, aquelas que contribuem para o andamento do assunto. (p.39-40)*

Está, então, reformulando a percepção de Tema e Rema. Considera que *o Tema da sentença é o ponto de partida sintático, geralmente preenchido por uma expressão referencial, ou por um verbo apresentacional. O Tema do texto é um ponto de partida discursivo, vale dizer, interacional, assumindo uma dimensão pragmática.*

Quanto ao Rema da sentença, *é uma expressão predicativa por meio da qual atribuímos propriedades ao Tema. O Rema do texto é um conjunto das sentenças tematicamente centradas.* Essa perspectiva investe Tema e Rema de propriedades recursivas *suficientemente fortes para constituir expressões lingüísticas de vários níveis.* O autor conclui sua argumentação afirmando que *nada melhor que a recursividade para comprovar que determinado princípio se revestiu da necessária generalidade para assumir um papel explanatório nas reflexões lingüísticas.*

### **3.6.2. A CONSTRUÇÃO DO TEXTO POR ATIVAÇÃO**

Castilho denomina Unidade Discursiva (UD) a unidade de texto falado, a qual considera correspondente ao parágrafo da LE. O autor lista algumas designações diferentes dessa unidade: Gumperz fala de *pedaços do enunciado*. Halliday, de *unidade da informação*; Chafe menciona *unidades de idéia*; Gülich, Rath e Marcuschi (apud Castilho, op.cit.:43) preferem *unidades comunicativas*. Roulet utiliza *échange* (troca).

#### **3.6.2.1 A unidade discursiva**

A UD é entendida como um *segmento do texto caracterizado (i) semanticamente por preservar a propriedade de coerência temática da unidade maior, atendo-se como arranjo temático secundário a um processamento de um subtema, e (ii) formalmente por se compor de um núcleo e duas margens.*

Assim, a UD é a manifestação formal de cada assunto ou tópico conversacional da LF e de cada parágrafo da LE. O autor ressalta que essa definição da UD corresponde a uma dentre outras tantas possíveis, pois trata-se de uma *unidade problemática, não categórica, e não pode ser assimilada às unidades do sistema gramatical e fonológico, tais como os morfemas e os fonemas concebidos por contrastes e oposições com outras unidades, sujeitos, portanto, a uma identificação mais controlada.*

À pergunta *qual é o papel das UD's na construção e organização do texto*, Castilho responde que, *se cada UD é um Tópico Conversacional, isto é, aquilo de que se está falando, segue-se que um texto é um somatório de Uds.* Observando-se a

seqüência de uma fala, pode-se descobrir a hierarquia do arranjo tópico adotado pelo falante.

Pires (1997:89) tem uma concepção de tópico relacionada às UD's: *proponho aqui, ao lado da dimensão hierárquica e funcional das trocas, defini-las como uma unidade discursiva centrada em, ao menos, um tópico, que representa o objeto de negociação entre os participantes*. A autora admite, corolariamente, o fato de toda troca ser dotada *de princípios de organização tópica específicos*. Isso contribui para defini-la como uma unidade textual de nível superior, conforme descreve Roulet (apud Pires:89)

### 3.6.2.2. A Articulação Tema-Rema e a hierarquia tópica

Quanto à maneira de veicular a informação, Castilho distingue as UD's *Frásticas* (do grego *phrázo*, “informar, emitir sinais verbais, fazer compreender”), que têm relevância tópica, e as *Parafrásticas* (do grego *paraphrázo*, “parafrasear, alterar o sentido, comentar”) que têm relevância interacional.

A partir dessas observações, esse lingüista trata da hierarquia tópica do discurso, asseverando que, na intervenção verbal, as UD's não se sucedem de modo linear, pois são, de alguma forma, desencadeadas por aquelas que as antecedem. Esse encadeamento, além de estruturar a conversação, possibilita compreender-se uma unidade de análise, nem sempre restrita ao turno, e observarem-se que segmentos discursivos articulados em torno de um tópico, que se manifesta, na conversação, através de enunciados formulados pelos interlocutores. Esses enunciados agrupam-se em torno de referentes concernentes entre si.

Jubran-Urbano et alli (apud Castilho, 1998:47) configuram o Tópico a partir das propriedades de centração e organicidade.

A centração apresenta os seguintes traços:

a) *concernência: relação de interdependência semântica entre os enunciados - implicativa, associativa, exemplificativa, ou de outra ordem - pela qual se dá sua integração no referido conjunto de referentes explícitos ou inferíveis;*

b) *relevância: proeminência desse conjunto decorrente da posição focal assumida pelos seus elementos;*

c) *pontualização: localização desse conjunto tido como focal em determinado momento da mensagem.*

Essa propriedade refere-se ao conteúdo e, através de seus três traços, aponta para o assunto ou tema.

Para Aquino (op.cit.:72), a centração está associada tanto aos princípios da Semântica quanto aos da Pragmática, *pois os elementos suprasegmentais acham-se intimamente ligados aos referentes lingüísticos*. Detectados os referentes semânticos, isto é, *a partir da enquadrabilidade e uma vez estabelecida a centração, é possível demarcar os contornos tópicos*.

Os estudos lingüísticos atuais não desvinculam “aquilo de que se fala” - a centração - “do modo como se fala”, fato que dá origem à propriedade da organicidade, que

*é manifestada por relações de interdependência que se estabelecem simultaneamente em dois planos:*

*a) no plano hierárquico, conforme as dependências de super-ordenação e sub-ordenação entre os tópicos que se implicam pelo grau de abrangência do assunto.*

*b) no plano seqüencial, de acordo com as articulações intertópicas em termos de adjacências ou interposições na linha discursiva.*

A hierarquia da organização tópica remete à noção de verticalidade, graças às relações de interdependência estabelecidas entre os tópicos. Está relacionada à distribuição espacial.

A seqüencialidade da organização tópica remete à noção de horizontalidade e linearidade, pois se refere à extensão física, ao nível fônico. Está relacionada à distribuição temporal.

Segundo Castilho, a organicidade tem importância central para o entendimento da hierarquia tópica do discurso falado, que é considerada de forma problemática, pois há *subdivisões sucessivas no interior de cada tópico co-constituente, de forma que um tópico pode vir a ser ao mesmo tempo Supertópico ou Subtópico, se mediar uma relação de interdependência entre dois níveis não imediatos* (Jubran et alli. apud Castilho, 1998:48).

Aquino (op.cit.:75-76) salienta que essa propriedade complementa a da centração, coordenando e subordinando o tópico num sistema de relações de relevância e unidade.

A partir do momento em que um tópico é introduzido no texto, passa a funcionar como centro em torno do qual se organizam os elementos cognitivos

fornecidos pelas seqüências seguintes, as quais especificam e enriquecem o espaço cognitivo centrado no tópico.

Os elementos cognitivos veiculados pelo comentário devem ser relevantes para garantir a coerência da estrutura temática do texto. Segundo Mira Matteus (1994:149):

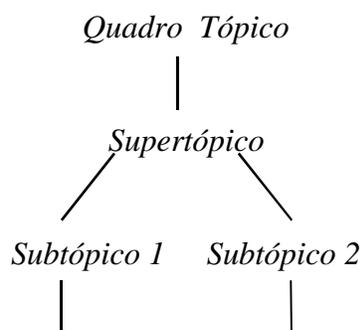
*A relevância recobre uma grande variedade de relações conceptuais que o comentário deve manter com o tópico, e envolve a escolha de um entre vários comentários possíveis acerca do tópico que satisfaçam a conectividade conceptual, apenas daqueles que, num determinado momento preciso do desenvolvimento do texto, e na situação concreta da sua produção- interpretação, são considerados pelo locutor como contributos para a progressão temática do texto.*

Assim, os elementos cognitivos pressupostos de conhecimento de mundo, as informações apresentadas no discurso anterior e os elementos inferíveis a partir do discurso anterior, geralmente não ocorrem na superfície textual,

É interessante observar que o conceito de relevância de Mira Matteus confunde-se com o conceito de concernência apresentado por Jubran.

Continuando sua peregrinação da UD para a organização hierárquica do texto, Castilho (op.cit.:48) diz que Danes *parece ter correlacionado a organização tópica dos textos com a Articulação Tema-Rema das sentenças*. Compara essa posição com a de Jubran-Urbano et alli e constata que *se pode estabelecer um espécie de ponte entre o Quadro Tópico e o Tema sentencial, vale dizer, entre o Texto e a Sintaxe, estratégia didática que estou sustentando neste livro*. Para melhor se fazer entender, propõe uma hierarquia implicacional, que dispõe nos dois extremos o texto e a sentença:

*Texto > Quadro Tópico > Supertópico > Subtópico > Tema sentencial*



### 3.6.3. A CONSTRUÇÃO DO TEXTO POR REATIVAÇÃO

Castilho considera a construção do texto por reativação como uma espécie de *momento parafrástico* (*e, portanto, anafórico*) do discurso. Trata de dois processos, ambos ligados ao funcionamento da memória: **a repetição**, quando se repetem os segmentos textuais palavra por palavra, e a **paráfrase**, quando se repete o conteúdo com palavras diferentes.

#### 3.6.3.1. A repetição

Jânia Ramos (apud Castilho, op.cit.:52) descobriu as seguintes motivações discursivas da repetição:

- 1) Repetições de uma expressão matriz para *explicitar o tópico de uma nova seqüência e assegurar a coesão das seqüências do discurso*.
- 2) Repetições para enfatizar elementos da sentença.
- 3) Repetição sintetizadora.
- 4) Repetição para recolocar no foco detalhes de uma narrativa, que auxiliarão os interlocutores a recompor o fio central da conversa.

#### 3.6.3.2. A paráfrase

Quanto à paráfrase, Castilho considera que seu velho sentido aristotélico foi recuperado pela Lingüística do Texto, que a entende como *a transformação progressiva do 'mesmo' (sentido idêntico) no 'outro' (sentido diferente)*. Para *redizer a 'mesma' coisa acaba-se por dizer 'outra' coisa, no termo de um processo contínuo de deformações negligenciáveis, imperceptíveis*. (Fuchs, apud Castilho, op.cit.:53). No dizer de Beaugrande-Dressler (idem), a paráfrase é a *recorrência do conteúdo com uma mudança da expressão*.

Castilho ressalta que o paradoxo da paráfrase está no fato de ela ser uma repetição de conteúdos *que, precisamente por terem sido repetidos, se acrescentaram semanticamente, e nesse sentido, mudaram*.

Esse processo pode ser encarado como um mecanismo de manutenção ou ataque de turno (as auto e as heterocorreções) pelos analistas da conversação ou

como um aspecto textual. Nessa perspectiva textual, Wenzel (apud Castilho:53) identificou os seguintes tipos de paráfrase:

- 1) Paráfrase concretizadora/desconcretizadora.
- 2) Paráfrase expansiva/sintetizadora.
- 3) Paráfrase enfatizadora/atenuadora.
- 4) Paráfrase epilingüística
  - (i) explicitação do sentido de uma palavra
  - (ii) justificação do uso de uma palavra
  - (iii) produção de uma escala sinonímica

#### 3.6.4. A CONSTRUÇÃO DO TEXTO POR DESATIVAÇÃO

Para Castilho (op.cit:56) *a desativação de palavras principais e imediata ativação de outras dá lugar a dois fenômenos: **digressão e parênteses.***

Segundo Dascal e Katriel (apud Castilho,1998:56), há três tipos de digressão:

- 1) Digressão baseada no enunciado (*desvio tópico sem motivação interacional*)
- 2) Digressão baseada na interação (*desvio motivado por comentários feitos a uma nova situação surgida na interação*)
- 3) Seqüências inseridas (*categoria intermediária que guarda relações tanto com o que vinha sendo dito, quanto com a situação que circunda os locutores*).

Os parênteses não são considerados um Tópico desviante, como é o caso da digressão, *pois não dispõem das propriedades de contração e organicidade* (Castilho, op.cit.:57) Por isso têm menor extensão textual.

Segundo Jubran (apud Castilho, op.cit.:58), os parênteses têm as seguintes propriedades formais:

*(1) pausas inicial e final, (2) entonação descendente no final, em contraste com a ascendente na retomada tópica, (3) incompletude sintática de enunciado anterior ao parêntese, (4) marcas de reintrodução tópica como agora, porque, entre outras.*

Castilho considera que o estudo dos parênteses faz uma ponte entre o Texto e a Sentença. Como se trata de uma porção de um texto, às vezes ficam reduzidos a

uma ou a poucas sentenças e exibem propriedades sintáticas em relação ao co-texto em que estão inseridos.

À luz da hipótese de análise proposta por Roulet, os processos de ativação, reativação e desativação estão ligados à memória discursiva e, por isso, fazem parte da organização periódica do texto, que por sua vez está ligada às dimensões hierárquica e referencial e às organizações relacional e psicológica.

São esses três processos que fazem o ‘movimento’ do texto, marcado, no texto escrito, entre outros recursos, pela pontuação, como será mostrado na análise do *corpus*.

### **3.7. Considerações finais**

Considerando que a pontuação é um recurso da língua escrita, postula-se a necessidade de analisá-la como um conjunto de elementos do texto que contêm instruções de sentido, ou seja, como um conjunto de mecanismos utilizados para indicar a delimitação dos enunciados do texto. A pontuação não é uma marca que se acrescenta ao texto já escrito, mas um recurso gráfico cuja função é proceder à segmentação dos elementos constituintes dessa modalidade textual. Trata-se de uma marca da organização do texto escrito. Nesse sentido, a pontuação será avaliada como uma atividade lingüística, que envolve processos pré-verbais e verbais na construção do texto.

Para analisar a estrutura do enunciado, em função do seu processamento visando à produção de sentido, há que se levar em conta que

- a organização do(s) enunciado(s) deve ser analisada em função de seu papel no processo discursivo;
- essa análise não pode ser feita apenas com categorias utilizadas para a análise da frase (que consiste em separar sujeitos, verbos, objetos, etc.);
- essa análise deve ser estabelecida a partir de categorias processuais, que indiquem operações realizadas na construção de enunciados e de articulação de enunciados, visando a possibilitar a produção de sentido pretendida.

Desse modo, esta análise envolve operações no nível do discurso, mas tais operações, por sua vez, envolvem mecanismos e estratégias definidas no âmbito do léxico, da sintaxe, da semântica. Por isso o enunciado deve ser analisado à luz de uma teoria que leve em conta a simultaneidade dessas operações ativadas na

instância de enunciação. Tais operações privilegiam o módulo da Discursivização, da Semantização e da Gramaticalização, na visão de Castilho, e as dimensões e formas de organização, de acordo com Roulet.

Trata-se agora de buscar a resposta também para a pergunta formulada na página 70: **Tendo em vista a função da pontuação no processamento da escrita, deve-se considerá-la a serviço de qual/quais dos módulos?**

## CAPÍTULO 4

### 4. ANÁLISE DO CORPUS

*Escreve-se sozinho, mas escreve-se para o outro, e, na composição do texto, é preciso deslocar-se para o lugar do outro e avaliar se as pistas a ele fornecidas pelo texto são suficientes para viabilizar a interpretação que se deseja que ele produza.*

(Costa Val, 1992)

#### 4.1. O PROCESSO DA ENUNCIÇÃO NA PERSPECTIVA MODULAR

##### 4.1.1. A enunciação

Nesta análise, parte-se da hipótese de que os sinais de pontuação são portadores de instruções específicas de pistas para a construção de sentido e pretende-se mostrar quais são os diferentes efeitos de sentido ligados ao uso dessas marcas gráficas.

O paradigma funcional, no qual se baseia esta análise, concebe a língua<sup>1</sup> como atividade interativa que estabelece relações comunicativas entre os usuários, e a expressão lingüística como mediação entre a intenção do locutário e a interpretação do alocutário. Desse modo, a expressão lingüística só pode ser analisada levando-se em consideração que, de um lado, é função da intenção e da informação pragmática<sup>2</sup> do locutário e, de outro lado, é função da informação pragmática do alocutário e de sua suposição sobre qual tenha sido a intenção comunicativa do locutário.

Quando se diz algo, há uma intenção comunicativa, *um plano mental relativo a alguma modificação na informação pragmática do destinatário, e isso vai determinar escolhas na formulação lingüística*, de acordo com Neves (1996:27). Essa formulação deve ser capaz de provocar, no destinatário, o desejo de modificar a informação pragmática *tal como a pretendeu o falante, que, por sua vez, tem de ter sido capaz de antecipar a interpretação que sua formulação poderia obter daquele destinatário, naquele momento, naquele determinado estado de informação pragmática* (idem:28). Em outras palavras, a seleção pelo falante do que deve constituir a expressão lingüística, apesar de atender a sua expressão comunicativa,

<sup>1</sup> Recordando, nesta dissertação, **linguagem** é o lugar de interação e **língua** um dos componentes da linguagem, uma das condições de produção da linguagem.

<sup>2</sup> Nesta dissertação, este termo está sendo empregado de acordo como Ilari (1996:45). *Lembro que um dos usos mais respeitáveis que se pode fazer da **pragmática** remete a imagem que faço do meu interlocutor, o que exige que a minha atuação seja coordenada com o que espero dele.*

depende do conhecimento que ele possui sobre a informação pragmática de seu destinatário naquele momento e a interpretação desse material lingüístico pelo destinatário é feita basicamente segundo a informação pragmática que ele possui.

Neves (op.cit.:27) diz que *a noção de que a gramática é sensível às pressões do uso não pode ser negada*. Há uma integração de sintaxe e semântica dentro de uma teoria pragmática, conforme postula a Teoria Modular<sup>3</sup>.

As escolhas feitas pelos falantes, para organizar os enunciados em função da informação pretendida, relacionam padrões discursivos a padrões gramaticais. Assim, segundo Chafe (apud Neves, op.cit.:34), *o fluxo de informação determina a ordenação linear dos sintagmas nominais na frase, que se faz na seqüência que o falante considera adequada para obter a atenção do ouvinte, mas alterações da ordem podem atuar no sentido de controlar o fluxo de atenção*. Considerar o fluxo de atenção é então uma forma de investigar a organização do fluxo de informação.

Para De Lancey (apud Neves, op.cit.:34), os acontecimentos descritos no discurso e as entidades neles envolvidas não possuem a mesma importância comunicativa, *dispondo a organização discursiva de mecanismos capazes de marcar a relevância relativa dos eventos e entidades que se seguem no discurso*. Isso vem confirmar o que disseram Mukarovsky<sup>4</sup> e Koch<sup>5</sup> a respeito da estratégia de se trazer para o primeiro plano aquilo que se deseja destacar. De Lancey distingue um fluxo de atenção natural, que tem por base a ordenação temporal dos “acontecimentos”, e um fluxo de atenção lingüístico, *referente aos mecanismos lingüísticos pelos quais esses valores são marcados nas frases*. Sobre o fluxo de atenção lingüístico, o autor diz que, *segundo a ordem natural, ele parte da Origem (Agente, Experimentador) para a Meta, e que ele se situa na posição mais à esquerda, na frase*. Essa concepção coincide com a concepção de Tema e Rema, de Halliday, e de tópico e foco, de Sgall<sup>6</sup>.

#### 4.1.2. A Discursivização

---

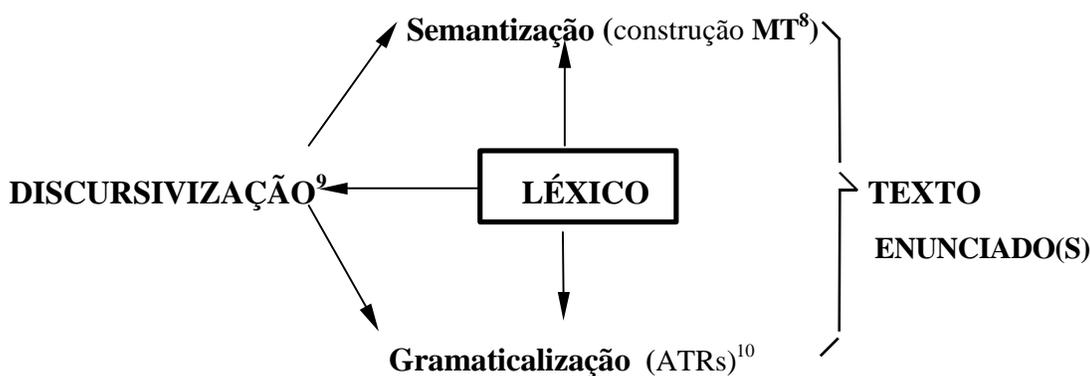
<sup>3</sup> Cf. 3.5

<sup>4</sup> Cf. p.78

<sup>5</sup> Cf. p.79

<sup>6</sup> Cf. p. 84

Retomando o que foi tratado em 3.5.2, de acordo com Castilho, para interagir através de textos, o falante/ouvinte opera sobre os módulos discursivo, semântico e gramatical, mediados pelo Léxico. Como já foi visto, o Léxico<sup>7</sup> é o ponto de cruzamento dos componentes da gramática. Isso significa que cada palavra do Léxico de uma língua tem propriedades fonológicas, semânticas e gramaticais, que são exploradas pelo falante/locutário e pelo ouvinte/alocutário na produção e recepção de textos. Essa operação sobre os módulos pode ser assim esquematizada:



A **Discursivização**, como está sendo interpretada neste trabalho, praticamente se reduz a operações de ativação do processo discursivo. Tais operações implicam a construção do texto por **ativação, reativação e desativação** no momento em que o usuário organiza o texto. Organizar um texto implica eleger um assunto, aquilo sobre o que se escolheu falar, e criar referências a partir dele.

Castilho (1998:37) propõe que se desenvolvam as reflexões sobre o sistema gramatical de uma língua a partir do sistema discursivo-textual, indo (i) *da identificação dos processos conversacionais* (ii) *para a identificação dos processos de construção do texto, e destes* (iii) *para a identificação dos processos de construção das sentenças*. Sua proposta é partir do processo para explicar o produto.

O desenvolvimento deste trabalho tomará um caminho semelhante. Partindo das razões de ordem pragmática que ativam o processo de Semantização e de

<sup>7</sup> Cf. p. 73

<sup>8</sup> MT= Malha Tópica, Cf. p. 105

<sup>9</sup> Note-se que esse módulo implica, ainda, além da constituição da malha tópica, operações de constituição do locutor, do interlocutor, etc.

<sup>10</sup> ATR = Articulação Tema(s)-Rema(s).

Gramaticalização, chegar-se-á ao enunciado. Do ponto de vista da modalidade escrita como representação da atividade lingüística, propõe-se rever a pontuação a partir da observação do processo de Discursivização para o seu produto: Discursivização → aspectos da Semantização/aspectos da Gramaticalização → produto (texto em sua materialidade lingüística).

Como se trata de texto escrito, o *corpus* constitui-se de textos integrais e, no mínimo, de parágrafos, considerados, por Castilho (op.cit.:42), as unidades discursivas da representação escrita da língua. *A unidade do texto falado é a Unidade Discursiva a que corresponde o parágrafo na língua escrita.*

Garcia (1972:185) conceitua *um tipo de parágrafo considerado padrão* como (...) *unidade de composição constituída por um ou mais períodos*, nesta dissertação, enunciados, *em que se desenvolve ou se explana determinada idéia central*, entendida aqui como Tópico, *a que geralmente se agregam outras, secundárias mas intimamente relacionadas pelo sentido*, ou seja, o Subtópico e o Segmento de Tópico. Assim o parágrafo, nesta dissertação denominado Unidade Discursiva, é uma unidade semântica e gramatical. Semanticamente, para Castilho<sup>11</sup>, ela tem a propriedade de manter a coerência temática daquilo de que se está falando, que é organizado, gramaticalmente, pela ATR. O autor considera a UD a manifestação formal de um tópico

Formalmente, de modo geral, a unidade discursiva é indicada, na escrita, por um ligeiro afastamento da margem esquerda da folha e encerrada por um sinal de pontuação a que se denomina ponto parágrafo. Grosso modo, portanto, uma das funções do ponto é delimitar Unidades Discursivas.

Do ponto de vista cognitivo, o **texto** será entendido, de acordo com Mira Matteus (1994:148), como um **processo de ativação** de elementos cognitivos pertencentes ao conjunto de conhecimentos e suposições partilhados pelos interlocutores na produção e interpretação desse texto e, simultaneamente, como **um processo de introdução e armazenagem** de elementos cognitivos novos<sup>12</sup>.

Nessa perspectiva, o texto trata sempre de um ou mais assuntos – o(s) **tópico(s)** – e, geralmente, aquilo que se fala a respeito dele, o **comentário**, que adiciona elementos cognitivos aos conhecimentos anteriores que se tinha sobre esse

---

<sup>11</sup> Cf.3.6.2.1

objeto. Na análise da estrutura textual, observa-se que a **estrutura temática** (modo como os tópicos são selecionados e apresentados através do texto) e a **estrutura informacional** (modo como a informação apresentada se distribui)<sup>13</sup> estão intimamente ligadas.

Por tudo que foi visto até aqui, a construção de um **tópico** supõe um conjunto de operações de:

1) **Semantização** - a eleição do que se vai falar, a escolha dos itens lexicais, do conteúdo da interlocução, em suma, do **tópico discursivo** que, por sua vez, torna-se o fio que conduz a organização do discurso ou a construção da Malha Tópica (MT).

2) **Gramaticalização** - a ativação das relações sintáticas, o como se vai falar, ou seja, a escolha de uma entre as várias possibilidades de efetivar a ATR.

Assim, tais operações envolvem mecanismos e estratégias de escolhas de itens lexicais e de articulação desses itens.

Do ponto de vista do processamento discursivo, ou da **Discursivização**, a sintaxe e a semântica são autônomas: criam-se estruturas sintáticas para possibilitar a produção de sentidos. A semântica só se constrói através da sintaxe, e vice-versa. Não ocorrem Tópico e Subtópico sem uma construção sintática. Por essa razão, a sintaxe pode ser considerada um filtro do discurso. Para interagir através de textos, o falante-locutário/ouvinte-alocutário faz uma operação simultânea de Discursivização, Semantização e Gramaticalização, mediada pelo Léxico. É importante deixar claro que a interação é uma propriedade da língua e não de um tipo específico de discurso.

#### 4.2. A CONSTRUÇÃO DA MALHA TÓPICA E DA ATR

Mira Matteus (1994:149) apresenta um conceito de **tópico** no qual se pode perceber uma certa integração do processo pré-verbal de que trata Castilho<sup>14</sup> com o módulo periódico de que trata Roulet<sup>15</sup>. Segundo a autora, *em geral um tópico tem a função cognitiva de **selecionar** e **ativar***<sup>16</sup> *um elemento existente na memória*

---

<sup>12</sup> Destaque da autora

<sup>13</sup> Nesta dissertação, através das ATRs.

<sup>14</sup> Cf. p. 74

<sup>15</sup> Cf. p. 70

<sup>16</sup> grifo da autora

*passiva do alocutário, transferindo-o para a memória ativa em que possa ser combinado com novos elementos cognitivos introduzidos pelo comentário. A função cognitiva dos tópicos determina que os referentes já tenham sido apresentados no discurso, ou estejam presentes na situação em que o texto está sendo produzido e interpretado, ou seja, os tópicos são em geral, **co(n)-textualmente dependentes**.*

Berthoud & Mondada (1995:206) apresentam uma abordagem enunciativa e interacional do tópico, em uma perspectiva construtivista. Consideram a proposição de um tópico, da parte do enunciador, como um modo de construir e estruturar discursivamente um mundo num espaço intersubjetivo. Cada palavra institui, no momento em que é enunciada, o universo do qual ela fala; ela propõe objetos de discurso, que não preexistem a ela, mas que emergem no ato de enunciação e se transformam à medida que o processo da enunciação se desdobra, ou que outros se encadeiam a ele. Sua abordagem assemelha-se ao módulo de Semantização proposto por Castilho.

A concepção de Tópico e Subtópico que norteará esta análise é extraída de Jubran et alli (1992):

*O **tópico** decorre de um processo que envolve colaborativamente os participantes do ato interacional da conversação, assentada num complexo de fatores contextuais, entre os quais as circunstâncias em que ocorre o intercâmbio verbal, o conhecimento recíproco dos interlocutores, os conhecimentos partilhados entre eles, sua visão de mundo, o “background” de cada um em relação ao que falam, bem como suas pressuposições (p.361).*

Nesta análise, será considerado **Subtópico** o que os autores acima chamam *segmento tópico*: (p.377) “conjunto” de produção lingüística recoberto por um *tópico*. São assim consideradas as porções menores, que se identificam *fundamentalmente pelo princípio de centração*<sup>17</sup> e que se delimitam, *eventual e complementarmente, por marcas lingüísticas discursivas*.

Neste trabalho, adota-se um modelo em que essas noções pertencem a sistemas e subsistemas distintos na organização hierárquica, o que não impede que elas recaiam sobre o mesmo enunciado. Construir um **Tópico** é, portanto, operar com a Semantização e a Gramaticalização. A ativação de Tópicos/Subtópicos e da ATR implica a “produção” de uma organização hierárquica nos dois módulos. Assim, tem-se uma organização hierárquica produzida/lida pela Semantização

(Tópico, Subtópico, etc.) e uma organização hierárquica produzida/lida pela Gramaticalização (subordinação de instâncias enunciativas, de sentenças, etc.)

Portanto o falante elege um Tópico e, a partir dele, vai produzindo ATRs e os temas instituídos nessas ATRs podem ou não coincidir com Tópicos/Subtópicos. É oportuno retomar, aqui, a citação de Ilari<sup>18</sup> sobre as propostas inovadoras da segunda geração dos lingüistas de Praga, na qual o autor observa que há interferências e repercussões entre constructos do módulo semântico e gramatical o que reforça a idéia de que (...) *entre as funções e a sua expressão as relações não são normalmente biunívocas.*

Mira Matteus (op.cit.:149) denomina **tópico discursivo** expressões que funcionam como tópico de seqüências textuais e **tópicos frásicos**<sup>19</sup> àquelas que funcionam como tópico de uma frase<sup>20</sup>.

Para a autora, a dependência co(n)-textual dos tópicos é uma conseqüência natural de como a informação é fornecida: na posição de locutário, seleciona-se para assunto um elemento cognitivo que se supõe existente na memória do interlocutor e, a partir dele, são construídas proposições acerca desse assunto, que contém elementos cognitivos considerados novos e relevantes. Ao mesmo tempo, quando se processa a informação na posição de alocutário, procura-se o elemento cognitivo que funciona como centro do espaço cognitivo, apresentado por um dado texto como referência ao conjunto de conhecimentos e suposições de que se dispõe. Assim, é natural o Tópico coincidir com a informação de que já dispõem o locutário e o alocutário, e o comentário conter informação nova; *dada a linearidade da cadeia significativa, é também natural que o tópico preceda o comentário*<sup>21</sup>.

Em se tratando da estrutura do enunciado, em uma frase declarativa não marcada, geralmente, a estrutura temática tópico-comentário corresponde à estrutura sintática sujeito-predicado. Para Mira Matteus (op.cit.:151), ainda que não seja contingente a determinação da estrutura temática de uma frase se considerada isoladamente do seu co(n)-texto, *nas frases marcadas o sujeito tem, em geral, a*

---

<sup>17</sup> Cf. p. 88

<sup>18</sup> Cf. p. 86

<sup>19</sup> Nesta dissertação = Tema

<sup>20</sup> Leia-se enunciado

<sup>21</sup> Grifo da autora

*função pragmática (ou textual), de tópico e o predicado constitui o comentário acerca desse tópico*<sup>22</sup>.

Em consequência da função cognitiva do Tópico, os **tópicos frásicos** são em geral, expressões suficientemente determinadas para que o seu referente possa ser identificado tanto pelo locutário quanto pelo alocutário, tais como nomes próprios e descrições definidas com especificadores de valor dêitico.

Ainda de acordo com Mira Matteus, se o Tópico é um constituinte distinto do sujeito e ocorre em posição inicial de frase, é considerado tópico marcado.

A autora trata também do **tópico contrastivo**, que retoma um objeto apresentado pelo discurso anterior em uma proposição, descrevendo um dado estado de coisas, e faz um comentário que contrasta com o conteúdo da referida proposição. Cita, como exemplo: *O João nem sequer leu esse livro que eu lhe dei*.

Quando somente um dos constituintes do comentário contém um elemento cognitivo novo, atribui-se a ele a função pragmática de foco. Um **foco** é, *do ponto de vista cognitivo, o alvo da atenção dos intervenientes na produção e interpretação de um texto, dado que é ele que apresenta elementos novos ao espaço cognitivo já apresentado pelo texto*. A autora mostra que a frase<sup>23</sup> *A Ana foi ontem para o Porto* pode ser interpretada como resposta para as seguintes perguntas:

*Quem é que foi ontem para o Porto? Quando é que a Ana foi para o Porto? Para onde é que a Ana foi?* A cada resposta, uma parte do enunciado receberá um acento de intensidade e lhe será atribuída a função de foco.

Outra forma de assinalar o constituinte foco é dar-lhe determinada posição na frase.<sup>24</sup> Tendo em vista sua função cognitiva, é natural que o foco ocorra em posição final de frase; *assim, um dos processos de marcar um dado enunciado é deslocar um constituinte que tenha essa função para posição final de frase* (Mira Matteus.op.cit.:154). E exemplifica: *Telefonou o João*.

Por sua vez, Junkes (1995:109-116) procura distinguir sujeito e tópico. Segundo a autora, um dos motivos de os estudos sobre tópico apresentarem-se ainda bastante confusos é o fato de “tópico” ser uma palavra “guarda-chuva”. Alguns

---

<sup>22</sup> Grifo da autora

<sup>23</sup> Leia-se enunciado

<sup>24</sup> idem

lingüistas definem tópico da sentença e outros distinguem tópico como elemento da sentença e tópico como elemento do discurso.

A autora passa a utilizar, então, no lugar de tópico, o termo *topicalização*, que tenta mostrar essa perspectiva discursiva na linguagem, justificando a ocorrência da vírgula, em alguns casos, entre sujeito e predicado - configurando-se, na cadeia, um elemento prosódico-topicalizado (p.109).

Junkes (1995) tece algumas considerações sobre “Tópico ou Sujeito”, a partir do estudo feito por Pontes (apud Junkes:110), que questiona *por que, então os dois termos*, se historicamente as definições de tópico e sujeito são as mesmas, pois ambas correspondem a “*aquilo ou aquele de quem se declara alguma coisa*”.

Para Lyons (apud Junkes:110)

*o sujeito seria o termo sintático que indica o tópico do enunciado. O enunciado é que se constitui em tópico e comentário; a sentença, em sujeito e predicado. Acrescente-se que tópico e comentário são conceitos da teoria do discurso; designam realidades comunicacionais, distintas, portanto, daquelas apontadas pelos conceitos de sujeito e predicado<sup>25</sup>.*

Segundo Pontes (idem), há, em português, sentenças em que um tópico é enunciado seguido de um comentário expresso por uma (S)<sup>26</sup> completa. Nessas construções, percebe-se claramente que o tópico é um elemento independente, e não se confunde com o sujeito. Ao contrário do que se poderia deduzir das colocações propostas por Lyons, também para Chomsky (apud Junkes:110) o tópico é um elemento independente do sujeito.

Para Pontes (ibidem:113) sujeito e predicado aparecem cada vez mais separados por vírgula, dada a influência da oralidade em que coexistem as estruturas sujeito/predicado e tópico/comentário, no português falado do Brasil. Junkes diz que tal ocorrência não é regra, *ao contrário, evidencia uma ruptura da norma (que privilegia o critério sintático) obedecendo à subjetividade do estilo*. A autora justifica-se dizendo que esse uso é *aceito pela motivação da escrita de hoje em diminuir o distanciamento com a modalidade oral e não mais espelhar-se em modelos fixos e descontextualizados*. Esse fato explica o uso da vírgula nos dois exemplos abaixo:

<sup>25</sup> A distinção feita nesta análise, entre os processos de Semantização (que constroem a MT) e o de Gramaticalização (responsável pela ATR), coaduna-se com a concepção de Lyons.

<sup>26</sup> S = sentença

(1) – *Pai, é quem cuida.* (Charge de Oldack Esteves, publicada no EM.<sup>27</sup>, em 21/02/98, sobre o Real.)

(2) *A Diamond & Iraws, Transformou a Natureza em Presente. Só para você.* (Publicidade de uma loja de jóias. EM. 20/12/97)

Levando-se em conta os eixos linear e hierárquico, a análise dos dados aqui apresentada será feita através da articulação entre a organização da **Malha Tópica** e a Articulação Tema-Rema, partindo-se do princípio de que Tópico (ou um Subtópico) pode motivar um Tema e de que uma instância de subordinação pode subordinar outras, em ambos os módulos, em razão do princípio da recursividade<sup>28</sup>. Há todo um processo de distribuição dos enunciados em termos de ATRs que visualizam a organização da Malha Tópica de um texto.

O termo Malha Tópica foi proposto por Pires (op.cit.:105) em substituição a quadro tópico. Como a autora, considero o termo malha mais preciso, porque remete ao sentido etimológico de texto, do latim *textum*, que significa “tecido, entrelaçamento”. O texto é resultado de uma ação de tecer, e a malha se coloca na sua composição, como o sintagma se coloca na direção do paradigma: em ambos existe o entrelaçamento do vertical com o horizontal, da trama com a urdidura.

Vale lembrar que, a partir do momento em que se propõe trabalhar com a noção de Malha Tópica, já não se está mais no nível da frase e sim no nível do discurso, proposta de análise desta dissertação. Segundo Jubran et alli (1992:362), o Tópico, visto como Unidade Discursiva, não se confunde com o da estrutura da sentença<sup>29</sup> e pode assumir uma extensão que ultrapassa o nível sentencial. Isso se dá em virtude de poder considerar-se que fragmentos de uma conversação podem ser mantidos no mesmo tópico discursivo, ainda que ocorram mudanças normais nos tópicos dos enunciados sentenciais, *contanto que as contribuições conversacionais desses fragmentos se amoldem à mesma estrutura de relevância tópica.*

Quanto à construção da ATR, nesta dissertação ela é concebida como uma categoria de atividade que articula duas funções que se manifestam na articulação de partes do enunciado ou, mesmo, na inter-relação de enunciados na organização textual. É interessante não perder de vista que se está adotando uma perspectiva em

<sup>27</sup> EM.=Jornal Estado de Minas

<sup>28</sup> Cf. p. 69, nota 9.

<sup>29</sup> Cf. p. 5, nota 2.

que os enunciados, em sua materialidade, são apenas pistas para a construção de sentido.

Vale lembrar também que a noção de texto que embasa esta dissertação pressupõe a constituição de uma interlocução e de que é no esforço de estabelecê-la que o enunciador deixa pista para o alocutário, durante o processo de produção textual.

De acordo com Rocha (1997:110):

*A riqueza e a variedade ideovisuais da pontuação atual continua aumentando com o desenvolvimento e a padronização dos impressos. Símbolos de elementos não repetidos, substitutos de morfemas, marcando relativas explicativas e a estruturação do discurso, opondo o mais ao menos importante, separando o principal do secundário, o “eu” do “tu” ou “ele”, o tema do rema, muito há a explorar a respeito da pontuação.*

Nesta dissertação, pretende-se explorar a função da pontuação no processo de **Semantização** e **Gramaticalização**, com o objetivo de mostrar que tais processos estão a serviço da **Discursivização**.

Formulam-se, então, duas questões:

- 1) **Qual o papel do ponto na construção hierárquica da Malha Tópica?**
- 2) **Qual o papel da pontuação na articulação Tema-Rema?**

### **4.3. A PONTUAÇÃO A SERVIÇO DA SEMANTIZAÇÃO E DA GRAMATICALIZAÇÃO**

Com o emprego do ponto, cria-se uma fronteira de segmentos. Essa é uma explicação lingüística para aquilo que gramáticos tradicionais intuíram como sendo expressividade e ênfase<sup>30</sup> e vai também ao encontro de uma das hipóteses com que se trabalha nessa análise: o emprego dos sinais de pontuação se dá em função da marcação dos limites tópicos do enunciado. Por essa razão, há que se encontrar uma explicação estrutural para esse uso do ponto.

Para isso, será elaborada a Malha Tópica de alguns exemplos, tomados como modelos do tipo de texto que constitui este *corpus*, para verificar o papel do ponto a serviço da Semantização e, em seguida, será feita a análise da articulação Tema-Rema, para verificar o papel do ponto a serviço da Gramaticalização. Cumpre

---

<sup>30</sup> Cf p. 47

lembrar que essa separação deve-se apenas a razões didáticas e que a leitura apresentada é uma das leituras possíveis para os textos analisados.

Ao tratar das várias possibilidades de segmentação e descrição da frase<sup>31</sup>, Vilela (1995:264) diz que há uma segmentação linear e uma segmentação hierárquica. Na língua falada, *a frase tem uma extensão temporal e seus elementos sucedem-se uns após os outros*. A essa linearização temporal da fala corresponde a linearização espacial na sua representação escrita. Assim, determinadas representações gráficas como os espaços entre palavras, a pontuação, o lugar dos elementos na frase fariam o papel que, na língua falada, fazem as cesuras e as pausas. *Pode realizar-se uma segmentação tomando como base a linearização temporal e expressão gráfica, o que normalmente é feito de modo parcial pela pontuação*. Embora não se concorde com a concepção do autor de que a pontuação tenha a função de representar as pausas da língua falada na modalidade escrita, nesta dissertação trabalha-se com a hipótese de que ela tem uma função na articulação/segmentação da estrutura do enunciado.

Quanto à segmentação hierárquica, a recepção e reconstrução do conteúdo semântico, por parte do ouvinte/leitor, é feita a partir da ordenação linear das formas lingüísticas processadas em forma de árvore: *esta arborescência, ou antes, a estrutura hierárquica das frases é aquilo que a gramática de dependências procura compreender e descrever. Esta gramática determina e constitui um centro sintático semântico de que dependem os demais elementos da frase*. Esse postulado de Vilela coincide com a proposta de Roulet no que diz respeito à construção hierárquica do texto. Hipotetiza-se que a pontuação é usada para delimitar os enunciados de forma a permitir a construção e/ou reconstrução da organização hierárquica. É o que se pretende mostrar através da análise que segue. Os enunciados objeto da análise – os segmentados pelo ponto final – serão destacados em negrito<sup>32</sup>.

### **4.3.1. O ponto na articulação dos enunciados e na segmentação da Malha Tópica**

#### **4.3.1.1. O ponto na segmentação Tema-Rema**

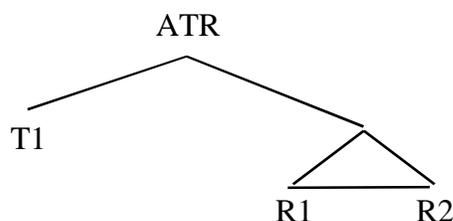
---

<sup>31</sup> Nesta dissertação, leia-se enunciado.

(3) *Gasolina BR Premium. A primeira Premium do Brasil. A partir de hoje nos postos Petrobras.* (EM. 21/10/97)

Do ponto de vista da Semantização, o texto é construído em torno de um Tópico “gasolina”. Trata-se de uma Unidade Discursiva delimitada por um ponto parágrafo, no interior da qual ocorrem dois outros pontos que segmentam informações concernentes ao mesmo Tópico. O ponto foi utilizado para destacar cada uma delas.

Do ponto de vista da Gramaticalização, os enunciados se articulam de acordo com o seguinte esquema:



T1 *Gasolina BR Premium.*

R1 *A primeira Premium do Brasil.*

R2 *A partir de hoje nos postos Petrobras.*

A ativação da ATR resultou em um T e dois Rs. O ponto separa unidades lingüísticas que funcionam ao mesmo tempo como informações a respeito do tópico e da forma como o autor processa a articulação Tema-Rema.

Para ilustrar o exemplo (3), podem citar-se os textos (4), (5) e (6) em que o ponto exerce a dupla função de delimitar Unidades Discursivas e as unidades que as compõem.

(4) **EMBRATEL**

*Diante de você. Adiante no tempo.* (Veja.3/10/97)

(5) **Technos**

**Titanium 98.**

*Tão leve que só pesa na qualidade.*

*Mais resistente que o aço. À prova d'água. Antialérgico. Anticorrosivo. Tecnologia e ciência de última geração. E, acima de tudo, Technos.* (Veja.17/12/97)

<sup>32</sup> Os textos originais encontram-se em anexo, no final desta dissertação.

(6) *No meu tempo (ali pela Renascença) namorar era como uma lenta conquista de territórios hostis. Avançávamos no desconhecido como desbravadores do Novo Mundo. Centímetro por centímetro, mentira a mentira.* (Veríssimo. JB<sup>33</sup>.2/04/95)

Nos textos acima há uma Unidade Discursiva com um Tópico, um Tema e vários Remas ligados a esse Tema. Assim tem-se seguintes funções do ponto:

- 1) delimitar Unidades Discursivas.
- 2) delimitar Rema(s) que se coordenam em torno de um mesmo Tema.

Nos exemplos abaixo, também ocorre um tipo de segmentação semelhante a (3):

(7) *Denize Reinaldo. Milionésima cliente do Cartão Fininvest Especial.* (Veja.24/12/97)

(8) *Data Control Franchising. A única que dá garantia de investimento.* (Veja. 24/12/97)

(9) *Clássico Jóias. Preços tão pequenos que mereciam aparecer enormes nesta revista.* (Veja.24/12/1997)

(10) *Brasil. O país de agora.*  
(Publicidade do Ministério do Planejamento e Orçamento)

(11) *3 Corações. A marca do Coração da gente.*  
(Publicidade de uma marca de café)

(12) *Rede Shop. O dinheiro eletrônico.* (Publicidade do cartão Federal Card)

(13) *Belo Horizonte 100 anos. Uma data que sai do calendário para entrar na vida de todos nós.* (Veja.24/12/97)

(14) *Brasil. O país de agora.* (Publicidade do Planejamento e Orçamento)

(15) *Imóvel. O investimento mais seguro, inclusive para a família.* (EM.03/01/98)

(16) *CMI. Porque investir em imóveis é sempre a melhor opção.* (EM.03/01/98)

(17) *Linhas de celulares Gradiente. Porque você tem todo o direito de escolher, desde que seja um dos nossos.* (Veja.10/12/97)

(18) *Muitas pessoas tem um nome ótimo, mas não sabem usá-lo. Porque assinam errado atraindo para si lutas, desencontros, acidentes, ou seja, a própria infelicidade.* (FSP<sup>34</sup>.20/07/97)

(19) *Jacques Cousteau. O único diretor que fez sucesso com filmes que vão por água abaixo.* (Super Interessante. 07/97)

---

<sup>33</sup> JB.= Jornal do Brasil

<sup>34</sup> FSP.=Folha de São Paulo

É interessante observar que, contrariando o que dizem os manuais de redação de jornal, tem sido prática comum o uso de sinais de pontuação no título da matéria, a maioria deles segmentando a Articulação Tema-Rema, conforme esquematizado acima, como se pode constatar nos exemplos abaixo:

- (20) *Cruzeiro, liderança e vaga* (EM.18/11/1996)
- (21) *Vestibular, página virada* (EM. 28/11/96)
- (22) *Cuidar do lixo, uma boa ação* (EM. 28/11/96)
- (23) *Privatização, um tema em debate* (EM.28/11/96)
- (24) *Glauber, trágico e nacional* (FSP.13/09/96)
- (25) *Esperança, que poeira leve!* (EM.12/01/98)
- (26) *Gustavo, em busca da medalha* (EM.11/01/98)
- (27) *Nova lei, uma incógnita* (EM.15/01/98)
- (28) *EUA: planos ridículos para eliminar Fidel Castro* (EM.12/01/98)
- (29) *Gasolina aditivada: vale a pena?* (EM.27/11/96)

Em todos esses exemplos, os sinais de pontuação estabelecem nexos coesivos entre o Tema e o Rema, numa instanciação do esquema acima considerado, em que um Tema é rematizado por um ou mais Remas.

Embora a proposta desta dissertação seja avaliar o uso do ponto, é oportuno registrar os exemplos acima em que ocorrem outros sinais de pontuação também usados para articular Tema/Rema. Tal uso ilustra a propriedade paradigmática da pontuação, conforme Perrot (apud Rocha.op.cit.:100).

Entre as propriedades da pontuação apresentadas pelo autor, interessa a esta análise o fato de os signos de pontuação, como os signos lingüísticos em geral, *funcionarem sobre um eixo sintagmático e um paradigmático*.

A propriedade sintagmática não é apresentada como um sistema de combinações entre os signos de pontuação para formarem unidade de signo superior, *mas assume uma 'função delimitadora' em níveis gradativos*. Dito de outro modo, tem uma função delimitativa, ocorrendo nas extremidades de seqüências gráficas: *membros de frases dentro de frases, frases dentro de*

*parágrafos, párrafos dentro de textos* (idem). Nos termos desta dissertação, a pontuação delimita Tópicos e Subtópicos, no âmbito da Semantização, e Tema/Rema, no domínio da Gramaticalização.

Ao tratar do segundo eixo, o autor diz que *já o caráter paradigmático dos signos de pontuação se revela na possibilidade de o usuário poder selecionar um entre os vários signos coexistentes* (ibidem:101). Em todos os exemplos acima, os sinais usados (a vírgula e os dois-pontos) podem ser substituídos pelo ponto-final, conforme ocorreu no exemplo seguinte:

(30) *Praia. É prá lá que eu vou.* (EM.01/11/97)

#### 4.3.1.2. O ponto na segmentação de Remas

Já no exemplo (31), o Tópico coincide com o Tema e o Rema divide-se em duas partes sinalizadas pelo ponto. Esquemáticamente tem-se:

$$UD = \frac{\text{Tópico}}{\text{Tema} | \text{Rema}} \\ r1+r2$$

#### (31) *HomeSupply*

*Qualidade e exclusividade com entrega imediata. Porque não é de bom gosto fazer você esperar.* (EM.13/10/97)

**Tópico/Tema** *HomeSupply*

**Rema** *Qualidade e exclusividade com entrega imediata. Porque não é de bom gosto fazer você esperar.*

**r1** *Qualidade e exclusividade com entrega imediata.*

**r2** *Porque não é de bom gosto fazer você esperar*

Tem-se então:

- 1) uma UD (com um Tópico)
- 2) um Tema (gramaticalizando esse Tópico)
- 3) um Rema (seccionado em duas partes)

Pode-se concluir que outra função do ponto é segmentar Remas. Essa mesma forma de estruturação é utilizada em:

(32) *Pode ser um teclado de computador. Mas é ouro puro.* (Veja.24/12/97)

(33) *É eletricidade estática. Mas pode chamar de emoção.* (Veja.24/12/97)

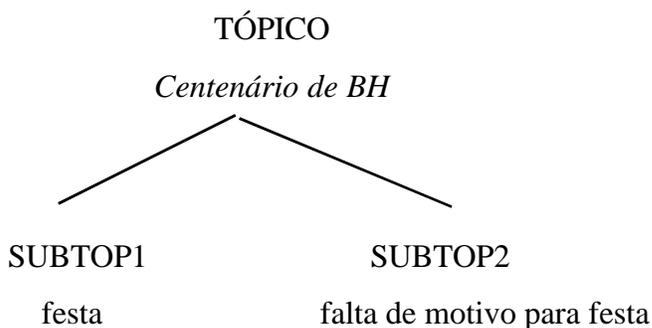
#### 4.3.1.3. O ponto na rematização da hierarquia temática

Em (34) foi utilizada uma outra forma de sinalização do processo de rematização:

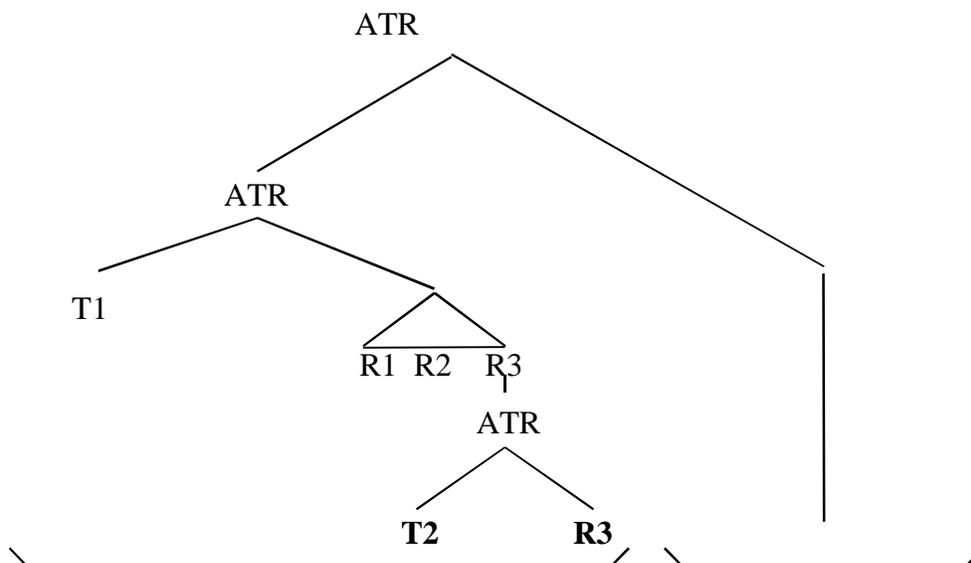
(34) *1997. Centenário de Belo Horizonte. Ano de Festa. Festa que seria da população, mas não há motivos para comemorar.*

(Câmara Dirigentes Lojistas. EM.29/12/96)

O texto acima apresenta dois Subtópicos, conforme a configuração abaixo:



Quanto ao processo de Gramaticalização, há uma ATR, que se constitui de todo o texto, e que domina outra ATR: *Festa que seria da população*. Dentro de R3, há uma nova ATR.



---

**T3**


---

**R4**

**T1** 1997

**R1** *Centenário de Belo Horizonte*

**R2** *Ano de Festa*

**T2** *Festa*

**R3** *que seria da população*

**T3** 1997. *Centenário de Belo Horizonte. Ano de Festa. Festa que seria da população,*

**R4** *mas não há motivos para comemorar*

Em (34), semantizou-se a articulação de dois Subtópicos, articulados por vírgula, que poderia ser ponto. O primeiro Subtópico é gramaticalizado como Tema (T3), o que mostra que um Tema pode constituir-se de uma hierarquia temática complexa (uma ATR complexa), rematizada por um Rema (R4) que, na verdade, rematiza um Tema (T3), que gramaticaliza o SUBT1. Pode-se observar que a estrutura sintática é linear somente na construção externa do produto. É por essa razão que uma visão da ATR construída com base apenas na linearidade do texto não explica o engendramento de enunciados. As ATRs organizam o processamento dos textos em termos de relações hierárquicas.

Outros exemplos podem ser apresentados como evidências a favor dessa análise:

(35) *O ex- prefeito de São Paulo já disse várias vezes que deseja ser candidato a presidente. É isso que interessa para os, vamos dizer, pragmáticos do Congresso. **Sim, porque em política você não precisa necessariamente ganhar.*** (Luiz Felipe de Alencastro. Veja.17/12/97)

(36) *Não ficou claro, entretanto, se nossa injustiça é de tipo ocidental, a exemplo de nossa democracia, ou como a injustiça do Resto, onde não há exemplos de democracia. **Porque esse, no fundo, é o nosso problema central, desde a Independência: não dá para vivermos como em Roma no meio do Resto.*** (idem)

(37) *A operação a que se submeteu ontem Paulo Maluf teve e continuará a ter fortes reflexos em Brasília. **Ainda que ele tenha alta do hospital em alguns dias e diga que continuará trabalhando pelo telefone.*** (Fernando Rodrigues.FSP. 3/01/97)

(38) *No Brasil, tudo é culpa do governo. Pois nós fazemos questão de assumir a culpa por obras assim.* (Propaganda do Ministério do Planejamento. (FSP/10/10/97)

(39) *Ex-governador do Paraná, senador eleito com folga em seu estado, está fazendo um teste.*

**Um teste de exposição.**

*Neste fim de semana, sozinho, desembarcou no Rio para três dias de descanso estratégico. (...)*

*Na sexta-feira à tarde caminhou pelo calçadão de Ipanema e colecionou elogios e palavras de solidariedade à sua atuação como relator da CPI.* (JB. 20/07/97)

(40) *Esta lição essencial (e tantas outras) aprendi com um jornalista chamado Emir Nogueira. Emir era um jornalista superior - ainda que em sua humildade inexpugnável ele jamais concordasse com uma afirmação dessas.. E era um homem superior.*

*Emir Nogueira era meu pai. Modéstia à parte.* ( Exame.20/7/97)

(41) *As promessas de iniciarmos uma comunicação avançada, via telefone e computador, criaram expectativas de que o início de nosso relacionamento seria muito rápido. Ledo engano.* (Exame.20/07/97)

(42) *Evite camisa rosa com terno marrom. Contraste-a com terno cinza ou azul-escuro. Preto? Nem pensar. (...)* *Elas (as amigas) sempre dizem que eu fico bem, diz o alfaiate inglês, Timothy Everest. Palavra de quem entende.* (Exame.20/07/97)

(43) *Particpei, na semana passada, da solenidade e festividades de formatura de minha filha. Aluna estudiosa, responsável, apreciada e estimada por seus professores.* (Anna Marina. EM.1º/01/98)

**(44) A PRAGA SEMPRE ACABA SOBRANDO PARA O POVO**

*A maldição da Era Collor ataca novamente. Amigos ou inimigos do ex-presidente retirado pelo povo do Palácio de Planalto, através de um processo de impeachment, não tiveram sorte. Nos últimos quatro anos, quem não morreu - como o irmão delator, Pedro Collor, a mãe Leda Collor ou o “melhor amigo” PC Farias - amarga dias de cão. Agora é o governador Divaldo Suruagy, licenciado à força de seu terceiro mandato no Palácio do Martírios. Nome próprio para tão desventurada sede da República de Alagoas.* (EM.20/07/97)

Os exemplos colhidos, nesse item, evidenciam o modelo de análise proposto por Roulet que se baseia na existência de módulos correspondentes às várias dimensões possíveis de articulação do texto. Nos termos desta análise, fundamentada em Castilho (1997/1998), a dimensão hierárquica de que trata Roulet<sup>35</sup> assemelha-se às operações de Gramaticalização, que ativam as relações sintáticas. Por sua vez, Roulet considera o modo como se constrói a Articulação

Tema-Rema como uma operação da organização informacional<sup>36</sup> que visa a apreender os encadeamentos entre as informações ativadas sucessivamente no texto. Já a organização tópica proposta por Roulet é similar à operação de Semantização, que, de acordo com Castilho, é responsável pela construção da face semântica da ATR uma vez que determina a referência do Tema e a referência do Rema.

Nos dois itens seguintes, serão apresentados exemplos em que a referência é (re)construída por Remas segmentados.

#### 4.3.1.4. O ponto na segmentação de Remas parafrásticos

Freqüentemente, no processo de interação verbal, refazem-se, interrompem-se ou intercalam-se Tópicos ou Subtópicos, procedimentos que resultam na construção do texto por reativação<sup>37</sup>, que se concretiza sob forma de repetição e de paráfrase.

De acordo com Castilho<sup>38</sup>, o Rema pode ter uma função parafrástica de apresentar o mesmo conteúdo semântico sob formas estruturais diferentes, recurso que tem relevância interacional. Nesta análise, são considerados parafrásticos aqueles que apresentam recorrência, ou seja, a ocorrência de elementos no mesmo plano.

Nos textos apresentados a seguir, o ponto está sendo usado para marcar as estratégias de reelaboração das seqüências discursivas. Segundo Pires, os procedimentos de reformulação implicam operações discursivas retroativas e traduzem a necessidade da busca de precisão referencial por parte dos interlocutores envolvidos no processo de interação verbal. Koch (1997:68) fala de reformulação retórica, feita através de repetições e parafraseamentos *cuja principal função é, sem dúvida, a de reforçar a argumentação*. O autor desses textos retroage para repetir, reformar, retomar, recapitular a idéia que lhe parece mais importante e ainda se utiliza do artifício da pontuação, para sinalizar essa importância para o leitor.

#### (45) **O FILHO DA MÃE**

*Dona Dulce de Assis é a proprietária de casa que ruiu devido às obras do Metrô do bairro paulistano do Sumaré. O engenheiro chefe do canteiro dessas obras é Luiz Carlos Lamartine de Assis. **Que é filho de dona Dulce.***

<sup>35</sup> Cf. 3.5.1.1.

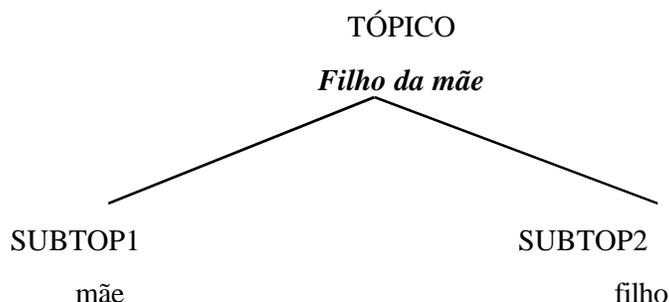
<sup>36</sup> Cf. 3.5.1.3.

<sup>37</sup> Cf. 3.6.3.

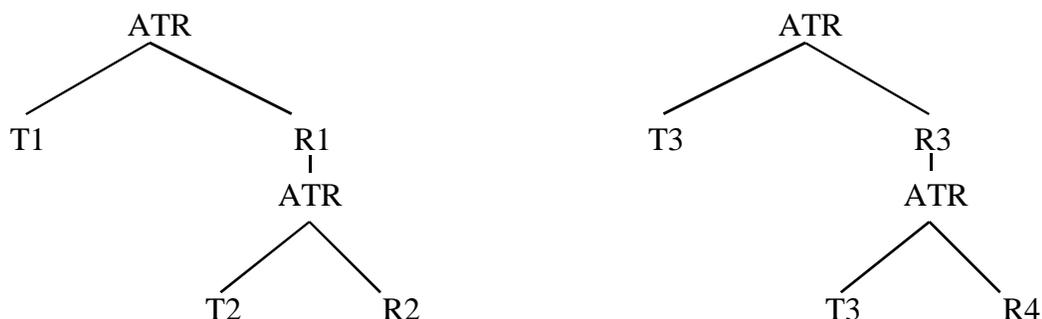
<sup>38</sup> Idem nota 37

(Isto É.3/7/97)

Esse texto foi construído a partir de dois Subtópicos, conforme se pode observar pelo esquema abaixo. O ponto-final separa os dois e é utilizado também no interior do segundo Subtópico para destacar a parte relevante desse enunciado.



Este exemplo constitui uma única Unidade Discursiva em que as operações de Gramaticalização foram articuladas de forma bem simétrica, como mostra a representação abaixo:



**T1** *Dona Dulce de Assis*

**R1** *é a proprietária da casa que ruiu.....Sumaré*

**T2** *casa = que*

**R2** *ruiu devido à obras...sumaré*

**T3** *O engenheiro chefe do canteiro dessas obras*

**R3** *é Luiz Carlos Lamartine de Assis*

**R4** *que é filho de dona Dulce*

Como se verifica, o enunciado *Que é filho de dona Dulce*, só pode ser interpretado na ligação com o título “*O filho da mãe*”, o que comprova que o escopo de interpretação da expressão destacada é todo o texto. O processo de hierarquização pode ser visualizado pela segmentação de enunciados propiciada pelo ponto. Destaca-se nesse exemplo o uso do ponto para segmentar oração

complexa *Que é filho de dona Dulce* que funciona como rema parafrástico de *O engenheiro chefe do canteiro dessas obras*.

Foram recolhidos outros exemplos em que se utilizou o mesmo tipo de segmentação para enfatizar Remas, ou remas, anteriormente instituídos:

(46) **NÃO DÁ PARA CONCORDAR**

“ Não dá para concordar com o sr. Mauro Sérgio Lanza França (“Painel do Leitor, 17/7) na lardeada estranheza com o que seria o “ódio” de Jânio de Freitas, Clóvis Rossi e Carlos Heitor Cony a Fernando Henrique.

*Trata-se de jornalistas da maior idoneidade técnica, profissional, intelectual e cultural. Éticos e coerentes (...)* (Carlos Maruz. Painel FSP. 20/7/97).

(47) *Mesmo sem dinheiro, Olavinho insiste em manter um de seus passatempos: competir em campeonatos de rali. “ Ao contrário de Luciano, meu personagem em ‘Por Amor e Ódio’, Olavinho não é vítima da história. Na verdade, ele está mais para vilão. Um vilão cativante”* (FSP.20/7/97).

(48) *Os cerca de 17 milhões de pessoas que têm hoje de 12 a 16 anos formam a maior geração jamais produzida no Brasil. Os baby-boomers (pessoas nascidas no ápice da expansão demográfica).. vão causar impacto na saúde, educação e emprego. Na estrutura do país.* (FSP.20/7/97)

(49) *Não se criou um sistema escolar, mas uma arremedo, uma caricatura de mau gosto. Parece escola, mas não é. Professores improvisados, prédios paupérrimos, livro de presença errática. Pouca aula e muita greve.* (Cláudio de Moura Castro. Veja.4/02/98)

(50) *A questão não é, entretanto, saber se há ou não alguém com autoridade (um gramático, por exemplo) dizendo que agora se pode dizer assim ou assado. Que agora falar assim ou assado está certo.(...)* (Sírio Possenti. Por que (não) ensinar gramática na escola p.40)

(51) *Todas as sugestões feitas nos textos anteriores só farão sentido de os professores estiverem convencidos - ou puderem ser convencidos - de que o domínio efetivo e ativo de uma língua dispensa o domínio de uma metalinguagem técnica. Em outras palavras, se ficar claro que conhecer uma língua é uma coisa e conhecer sua gramática é outra. Que saber uma língua é uma coisa e saber analisá-la é outra. Que saber usar suas regras é uma coisa e saber explicitamente quais são as regras é outra. Que se pode falar e escrever numa língua sem saber nada “sobre” ela, por um lado, e que, por outro lado, é perfeitamente possível saber muito “sobre” uma língua sem saber dizer uma frase nessa língua em situações reais.* (Idem p.54)

(52) *Ao mesmo tempo temos um programa de mínimas garantias democráticas. E o mínimo é que o Estado reconheça que o Euskadi Herria é uma nação. Que reconheça que o Estado espanhol é uma realidade plurinacional.* (FSP. 20/07)

Os segmentos destacados nos textos acima assemelham-se ao que foi destacado em (45) *Que é filho de dona Dulce*, um enunciado final que toma o texto, (ou parte dele) como Tema.

#### 4.3.1.5. O ponto na segmentação de Remas “resumitivos”

Nos textos abaixo, ocorre uma situação inversa: vai-se, no domínio da Semantização/Gramaticalização, do todo para as partes. Um enunciado segmentado pelo ponto funciona como Rema que resume o que se segue. O enunciado destacado em negrito e demarcado pelo ponto pode ser interpretado como um lide. De acordo com Faria (1996:28), o lide tem a função de abrir a notícia e apresentar sucintamente o assunto. *Resumo inicial, constituído pelos elementos fundamentais do relato a ser desenvolvido no “corpo” do texto jornalístico.* Tem também a função interativa de “fiscar” o interesse do leitor e persuadi-lo a ler tudo até o final. Considerem-se os seguintes exemplos:

(53) **Moral da história.** *Temos uma educação horrível, mas estamos em uma fase do processo em que havendo vontade e inteligência os progressos podem ser rápidos.* (Cláudio de Moura Castro. Veja.4/02/98)

(54) **Oficina de reparos.** *A socialite Alicinha Cavalcanti é casada, ao contrário do que publicou aqui dia 12. E bem casada. Seu marido com quem vive feliz é dono de fazendas e frigoríficos.* (Marceu Vieira. JB.24/7/97)

(55) **Ponto para a democracia.** *Expulsos da Escola Técnica Visconde de Mauá, por defenderem eleição direta para diretor, os alunos Fernanda d’Amorilo, Leonardo dos Santos Coelho e Alexandre Calazans ganharam na Justiça o direito a freqüentar o colégio.* (Marceu Vieira. JB. 20/7/97)

#### (56) **PRODUTIVIDADE**

##### **Balanço fresquinho do pós-guerra da PM de Minas.**

*Passada a brabeira depois do aumento de 48,2% que o governador Azeredo concedeu à tropa, a Companhia de Trânsito está trabalhando para valer no estado.*

*A arrecadação das multas subiu 108,8% de maio para junho.*

*Em maio, somou R\$2,6 milhões. Em junho, R\$5, milhões.*

*Em relação ao mesmo mês do ano passado, o pulo foi de 30,6%.*

(Marceu Vieira. JB. 20/7/97)

#### (57) **CRÉDITO**

***De volta à origem.** Os bancos estão começando a aprender de novo a ganhar dinheiro com aquela que é a sua função: conceder empréstimos. O BVA, por exemplo, fechou o primeiro semestre com um lucro líquido de R\$21,8 milhões, 42,2 acima do resultado do período anterior. A grande performance do banco foi nas operações de crédito, que cresceram nada menos do que 385%. Foram concedidos R\$ 66,6 milhões em empréstimos e repasses do BNDES, contra R\$13,7 milhões do período anterior. (FSP.23/7/97)*

Os lides destacados podem confundir-se com títulos ou manchetes que funcionam como macrotópicos que são topicalizados e subtopicalizados no texto propriamente dito, o que caracteriza uma operação típica de Semantização articulada pelo processo de Gramaticalização, em que o lide funciona como Rema e o “corpo” do texto como Tema.

Auchlin e Ferrari (1995:38) observam que toda seqüência gráfica que pretende ser um texto apresenta, pelo menos, um sinal de pontuação. Cabem, então, algumas reflexões. Os textos (44), (45), (46), (56), (57), mostrados até aqui e os textos (58), (65), (67), (68), (69), (70), (72), (74), (77), (78), (94) e (100), que serão tratados adiante, apresentam uma parte não pontuada: o título. Na perspectiva adotada, levando-se em consideração a macro-organização do texto, quanto ao processo de Semantização, a parte não pontuada funciona como Supertópico e, quanto ao processo de Gramaticalização, funciona como Tema “rematizado pelo corpo”. Pode-se dizer que, nesses exemplos, o título funciona como lide e que não é delimitado pelo ponto-final por uma questão de convenção.

#### **4.3.1.6. O ponto na segmentação de Remas frásticos**

Os mecanismos de seqüenciação frástica são procedimentos de manutenção temática, de acordo com Koch (1991:57). Serão considerados remas frásticos aqueles que não forem recorrentes. Foram encontrados vários exemplos em que o Rema segmentado pelo ponto introduz novas predicções a respeito do seu Tema.

##### **(58) EM FAMÍLIA**

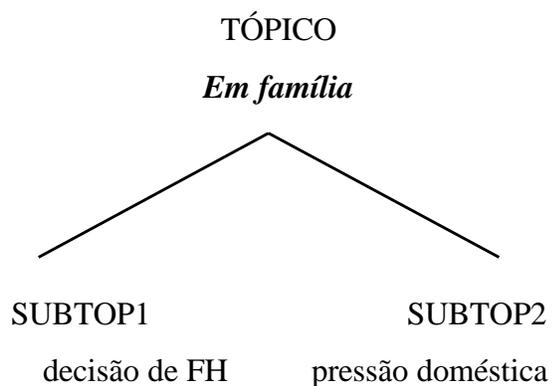
*FH bateu o martelo.*

*Autorizou o seu líder no Congresso, senador José Roberto Arruda, a marcar data para uma nova análise da Lei de Controle da Natalidade, que dá às mulheres direito de esterilização.*

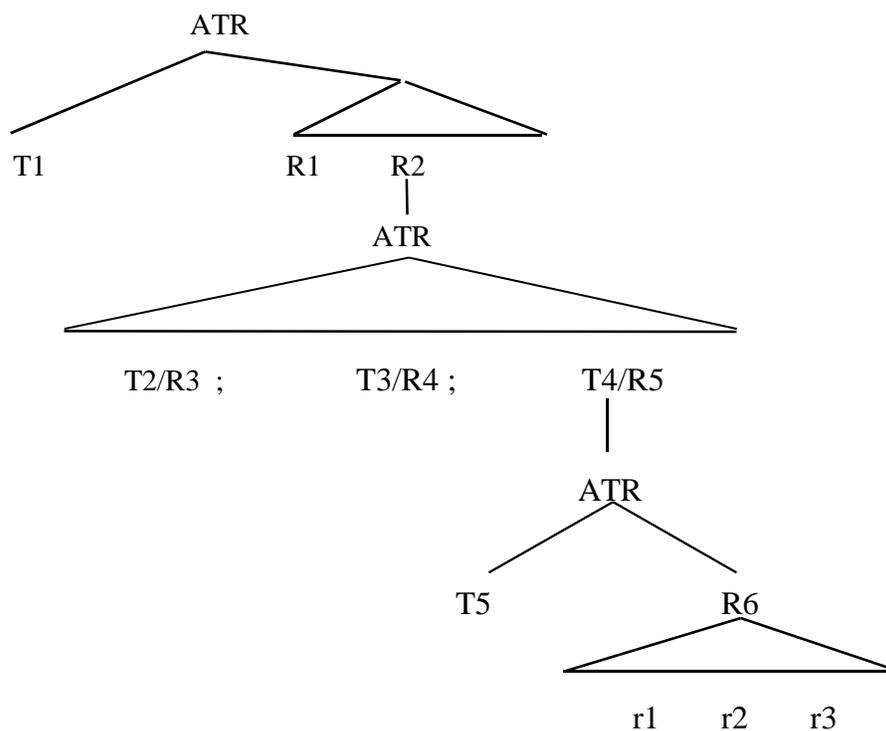
*A lei havia sido vetada pelo presidente. **Que agora quer derrubar a própria canetada.***

***Por pressão doméstica. De Dona Ruth.** (Dirceu Vieira. JB.26/7/97)*

O texto tomado como modelo é construído em torno de dois Subtópicos: a decisão de FH e a pressão doméstica sofrida por ele.



A informação apresentada se distribui de forma hierárquica e mostra uma forma de segmentação bastante interessante em que R6 subdivide-se em r1, r2 e r3.



**T1** *FH*

**R1** *bateu o martelo*

**T1** (FH)

**R2** *Autorizou o seu líder no Congresso, senador José Roberto Arruda, a marcar data para uma nova análise da Lei de Controle da Natalidade*

**T2** *líder no Congresso*

**R3** *senador José Roberto Arruda*

**T3** *que (=Lei de Controle da Natalidade)*

**R4** *dá às mulheres direito de esterilização.*

**T4** *a nova lei*

**R5** *havia sido vetada pelo presidente que agora quer derrubar a própria canetada.*

**T5** *presidente (= FH)*

**R6** *agora quer derrubar a própria canetada. Por pressão doméstica. De Dona Ruth.*

**r1** *agora quer derrubar a própria canetada*

**r2** *Por pressão doméstica*

**r3** *De Dona Ruth.*

Do ponto de vista da Semantização, os segmentos em negrito, ***Que agora quer derrubar a própria canetada. Por pressão doméstica. De Dona Ruth***, podem ser considerados, de acordo com Castilho, um Rema frástico, tendo em vista o processo pré-verbal de construção do texto por ativação.<sup>39</sup>

Tal Rema é segmentado em subpartes de forma que tais subpartes sejam colocadas em foco, em um recurso de Semantização/Gramaticalização que produz um efeito de sentido específico, em que a Rematização e o modo de rematização são significativos. Esse é um recurso de Discursivização recorrente no *corpus* considerado. Ilustram-no os exemplos que seguem:

(59) *E, enquanto as fardas agitam o Brasil, o FHC fica bebendo champanhe com os fardões, com a rapaziada da Academia Brasileira de Letras. **Que comemorou 100 anos com boca livre - BL na casa do Dr. Marinho.** (José Simão. FSP.22/7/97)*

(60) *Se tem uma coisa que brasileiro ama, é futebol. E se tem uma coisa que a gente não quer deixar de fazer, é transmitir futebol. **Porque futebol é, na nossa opinião, muito mais interessante e divertido do que as provocações da concorrência.** (...) Mas o que interessa mesmo é que nosso direito foi mantido pela*

---

<sup>39</sup> Cf. p. 75

*justiça do Rio e São Paulo. Exatamente como nós esperávamos. E exatamente como nossos assinantes queriam.(...) (publicidade da TVA. EM.20/07)*

(61) *“A grande novidade do espetáculo é a minha presença no Teatro Municipal, porque eu sou povo, favela. Essa gente não. O show é para o público poder me apreciar, ver que não existe idade, nem velhice. **Porque cultura no Brasil hoje é a dança da bundinha**”, exalta-se. (Dercy Gonçalves. FSP.20/07/97)*

(62) *Já pensou que você pode estar recebendo menos do que um carro deve oferecer? Para a gente, o conforto das 4 portas, beleza, desempenho e economia são idéias básicas, que o projeto do Fiat Palio já nasceu com elas. Assim como já nasceu para ser o mais seguro da categoria.(...) (Veja.22/10/97)*

(63) *Se nos foi dada a oportunidade de continuação, que nos irmanemos nesse momento de igualdade universal. **Que embalemos nossos novos sonhos, sem esquecer os que se foram. Que nos entreguemos a eles, como se nos sentíssemos felizes e relaxados. Como se caminhássemos nas nuvens, flutuantes. Vizinhos das estrelas nas quais, reparando bem, talvez seja possível perceber, em meio à aridez cinzenta, alguns trechos povoados por arados. Trechos onde, outra vez, as sementes haverão de germinar.** (Vivina de Assis Viana.EM.28/12/97)*

(64) *Está tudo dando certo, mas... Sim, há um ‘mas’. Os Estados Unidos não têm sido servidos, ultimamente, de inimigos à altura de seu prestígio e dignidade. Estamos falando do país que lutou contra o nazismo e o fascismo. **Que enfrentou o Japão. Que teve, mesmo no Vietnã, um inimigo não só matreiro mas também escorados em padrinhos como a China e a União Soviética. Do país que, no intervalo das guerras de verdade, ou ao mesmo tempo, enfrentou, olho no olho, a guerra fria, em que os Stálin e os Kruschev vociferavam com base em arsenais nucleares comparáveis aos dele próprio.** (Roberto Pompeu de Toledo. Veja.25/02/97)*

(65) **CENA CARIOCA**

*Pároco da Igreja de Santa Ediviges, no subúrbio carioca de Brás de Pina, padre Américo soltou os cachorros na missa de ontem de manhã.*

*Mais precisamente, soltou 16 cachorros.*

*A matilha do vigário - pastores alemães, filas, boxers, um bom punhado de vira-latas..... - espantou a maioria dos fiéis.*

***Que, precavida, preferiu assistir a missa do lado de fora.***

*(Marceu Vieira. JB.21/07/97)*

(66) *Agora ela ( Lady Di ) só põe sua assinatura em papel que tenha o brasão de sua família, os Spencer, acima de um sugestivo “D”.*

***Que os empolgados de todas as horas já associam a “divine”.***

*(Joyce Pascowitch.FSP.26/08/97)*

(67) **BELLINI**

*O guapo Luciano Szafir não esconde o mimo de ninguém.*

*Ele tem circulado com uma aliança, tipo quadrada, no dedo do meio da mão direita.*

***Que é igualzinha a que Xuxa exhibe na capa de seu CD.***  
(Joyce Pascowitch.FSP.22/7/97)

(68) ***PÊNALTI***

*Presidente mundial da DDB,- o francês Bernard Brochand - chega ao Brasil com motivos a mais para se sentir em casa.*

*Convidado ilustre da baita festa que a DM9 faz quarta-feira no museu da Casa Brasileira, o moço baixa por aqui com um olho na publicidade.*

***Já que nas horas vagas ele é também presidente do time Paris-Saint Germain.*** (Joyce Pascowit.FSP.26/07/97)

(69) ***Sinta-se em CASA.***

*Uma casa que tem barulho de conversa jogada fora, de porta batendo, passarinho...*

***Que conta a sua história nos móveis, paredes e objetos que têm o seu jeito.***

*é isso que a revista Casa Cláudia traz todos os meses em suas páginas:vida.*

***Casas, pessoas, idéias, soluções e serviços que ajudam a fazer uma coisa única.***

*A sua casa.* (Veja 12/01/98)

(70) ***TRAVESSEIRO***

*Vai ter gente fazendo o impossível para ter um.*

\*

*Os bichinhos que estrelam a campanha “Mamíferos”, da Parmalat, vão ganhar versão em pelúcia.*

***Para serem distribuídos como brindes, em campanha similar a que distribuiu relógios - e virou mania nacional.*** (FSP.23/07/97)

(71) *Pretendemos fazer ali a crônica das conquistas de nossas empresas. As quais nos orgulham, já que a entidade há uma década vem incentivando a modernização, oferecendo assistência técnica, influenciando na criação de normas, desenvolvendo programas de capacitação, articulando elos da cadeia da Construção Civil. O objetivo comum é alcançar qualidade e produtividade - pode ainda não estar ao alcance das mãos.*

*Mas está, sem dúvida na compreensão de um número crescente de empreendedores.*

***Aqueles que transporão a porta do milênio.*** (FSP.20/7/97)

(72) ***CAIAQUE***

*A cantora Nina Simone vai ficar a ver navios - literalmente.*

\*

*Disposta a engatar um cruzeiro pela costa brasileira depois da única - e disputadíssima - apresentação que faz sexta-feira no Bourbon Street, ela vai ter de se contentar com um pouquinho menos.*

***Já que as empresas que operam este tipo de turismo suspendem o serviço durante o inverno.*** (Joyce Pascowitch.FSP.22/08/97)

(73) (...) *Queriam a cabeça de Suruagy porque há seis meses não recebem seus salários, porque as escolas nem iniciaram o ano letivo, porque os hospitais e postos de saúde estão fechando, porque a mortalidade infantil aumenta. **Porque o Estado implodiu.*** (Veja.23/07/97)

Na interpretação Auchlin & Ferrari (1995), o ponto permite colocar em jogo uma combinação original entre a estruturação hierárquica e a estruturação relacional do texto na medida em que organiza as partes e estabelece uma relação de subordinação e coordenação entre elas.

Ainda segundo esses autores, o ponto cria uma fronteira de enunciado que, sem ele, não existiria, o que se verifica quando o seu emprego rompe uma seqüência que poderia ser interpretada como uma única parte do enunciado. Isso ocorre quando ele está colocado diante de um sintagma que poderia integrar-se sintaticamente àquele que o precede diante de um marcador com um estatuto virtual de operador. Para os autores, o ponto autoriza a emancipação desse fragmento textual e o torna apto a receber o estatuto de (macro) tema da seqüência textual sucessiva. É o que acontece com os enunciados r1, r2 e r3 resultantes da segmentação do enunciado R6 (*Que agora quer derrubar a própria canetada Por pressão doméstica. De Dona Ruth*), do exemplo (58). O efeito de sentido dessa separação de Remas em partes é dar ênfase. O Rema segmentado é colocado em outra classe, opondo-se a um Rema não segmentado. Assim cria-se sentido para as duas partes, e focaliza-se mais a que está no final. Chama-se a atenção do leitor para as duas partes do Rema e enfatiza-se a segunda parte. Tal recurso tem sido bastante usado, conforme se pode observar nos textos seguintes:

(74) **MAIOR ENCONTRO DE JIPEIROS DOS EUA**

*Nem porta, nem janela, sem capota e pára-brisa. Assim partem os jipes para enfrentar as 22 milhas mais difíceis dos EUA, em South Lake Tahoe, Califórnia.*

*Tanta pedra. Tudo pedra. Era o que se via nas trilhas do Rubicon. O impossível tornando-se realidade. (...)*

*Um visual de colírio. Pedras enormes, pinheiros em forma de floresta, a luz translúcida penetrando entre as copas das árvores até o chão e por fim, os incríveis lagos azuis. Um azul fascinante. Único e forte. A uma velocidade média de 10 km/h e utilizando-se apenas a primeira marcha reduzida, as belezas ficam*

*mais tempo diante dos olhos. A vida era mais sentido e saboreava-se intensamente cada volta da roda. (...)*

*À medida que o sol vai embora, a temperatura cai. **Clima de deserto.** O jantar, a fogueira, e a música country ao vivo fizeram a confraternização bem ao estilo americano. (Paulo Eduardo. EM. 07/09/97)*

*(75) (...)Resposta: o motorista pára! Milagre - o motorista pára! Experimente, quem não é de Brasília. A sensação é de incredulidade. Parece Frankfurt. **Estocolmo.** (Roberto Pompeu de Toledo.Veja. 24/12/97)*

*(76) É assim que costumam brincar o presidente e suas amiguinhas. **Pelados no centro do poder.** Não é à toa que a trinca de apressou em fugir, ao sinal da aproximação da primeira-dama. (...)*

*Diante da revelações como as do livro de Hersh, vêm à mente outras imagens da história e da lenda. **Festins da corte romana. Estripulias da família Bórgia. Sodoma e Gomorra.** (...)*

*Quem relata esse episódio, no livro, é o antigo agente William T. McIntyre. Também é ele que revela que, depois da fuga, se podiam ver as marcas de “um par de pés grandes molhados e dois pares menores, dirigindo-se ao”Salão Oval”. Sim. O Salão Oval, o sagrado gabinete do presidente, de onde é decidido o rumo da potência americana e, freqüentemente, do mundo. **Molhados e pelados no Salão Oval.** (Roberto Pompeu de Toledo.Veja.26/11/97)*

*(77) **BUZINA***

*O agosto do paulistano não será igual ao que passou.*

*\**

*Ex da dupla Valdemente - que mudou o circuito festeiro modernex do Rio - Fábio Demente, junto com o produtor Casé, promete congestionar mês que vem o Morumbi e adjacências. **Com festa em um chatô que ocupa 11 mil metros quadrados.** (FSP.23/7/97).*

*(78) **CARTOLA***

*Com direito a Milton Nascimento ovacionado na passarela e Júlio Lopes na primeira fila - com Adriene Galisteu à côté - e um baita charuto - apesar dos insistentes pedidos para não se fumar no recinto -,o desfile de Ricardo Almeida, que encerrou anteontem o Morumbi Fashion, inclui até Glória Menezes na platéia.*

***Aos berros quando Ney Latorraca entrou em cena.** (FSP.25/7/97)*

*(79) O livro de Stella Senra parece oscilar entre os dois pólos. **Com alguns problemas adicionais.** (Marcelo Coelho.FSP.20/7/97)*

*(80) Na notícia do dia 9 de julho, na página 7,assinada pelo nosso correspondente Mário Andrada e Silva, lá pelo segundo parágrafo, está dito que a rocha examinada “deve ser um tipo de adesita, o segundo tipo de lava mais comum na Terra”. **Um equívoco de tradução.** Certamente está se falando de uma rocha denominada Andesito( Andesite, em inglês). (Deu no JB.20/7/97).*

(81) *Qualquer pessoa que tivesse escrito um primeiro livro e vendido 250 mil exemplares em 13 países estaria se achando o máximo **Ainda mais aos vinte anos. Qualquer pessoa, menos Justine Lévy.*** (Marie Claire.07 /97)

(82) *Ele usava bengala e guarda-chuva ao mesmo tempo, lembretes duplos de um implícito cetro. **Cartola na cabeça, casaca, luvas, pince-nez.** Tudo muito fino, embora não necessariamente asseado. (...)* (Veja.21/01/98)

Essas demarcações no interior de segmentos do enunciado estabelecem um jogo, uma certa cumplicidade com o leitor. Nesse tipo de pontuação, em que o ponto determina dois blocos de informação, ele marca uma quebra da expectativa que vem sendo criada pelo texto. Fechar abruptamente um segmento faz parte das estratégias discursivas do redator para produzir determinadas reações no seu leitor. Esse emprego contemporâneo do ponto recupera seu sentido etimológico<sup>40</sup> de picar, de espicaçar.

O efeito desse uso do ponto é criar um constituinte discursivo suplementar. Evoca-se uma seqüência unitária do ponto de vista sintático-semântico e inscreve-se nela um fragmento textual com a ajuda do ponto.

Ao estabelecer a relação entre pontuação e enunciação, Chacon (op.cit.:164) postula que o modo como o sujeito utiliza os sinais de pontuação, na produção gráfica, ajusta e caracteriza a atividade enunciativa, pois demarca a ação entre interlocutores através da escrita.

*Enquanto marcas gráficas da conversão da linguagem em discurso, os sinais de pontuação terão papel de destaque (...) na constituição do sujeito escrevente relativamente a um outro construído como seu interlocutor/leitor na medida em que o escrevente, ao sinalizar o seu texto para o leitor, constitui-se em função deste último, indicando-lhe, através dos sinais, seus propósitos comunicativos, ou, em termos mais precisos, uma forma preferencial de leitura.*

Assim, quando se trata de pontuação, há que se levar em conta a caracterização do enunciador, de seu interlocutor e a própria ação entre eles através da escrita, além da forma como se deu o processo de Gramaticalização do texto.

Por outro lado, segundo Vestergaard e Schroder (1996:21) *costuma-se dizer que o texto de propaganda tende a seccionar as frases, usando pontos finais onde a*

---

<sup>40</sup> cf. p. 23

*prosa comum empregaria vírgulas ou nenhuma pontuação.* A tal fenômeno Leech (1996:96) chama de sintaxe disjuntiva.

Tem-se a impressão de que se trata de frases “incompletas”. Em todos esse textos há um elemento que poderia estar funcionando como constituinte do enunciado anterior, mas que foi separado por um ponto final. Como consequência, há fragmentação do enunciado em um número maior de informação de tal forma que, de acordo com Vestergaard e Schroder (op.cit:21), a mesma seqüência vocabular passa a conter dois ou mais elementos focais em vez de um.

Tal estratégia tem um efeito de sentido bastante interessante, que pode ser percebido nos exemplos abaixo.

(83) *Ironicamente, o que levou Santos Dumont a subir pela primeira vez em um avião foi o medo de cair. **No esquecimento.** A mesma preocupação que faz a Itaú Seguros investir tanto em inovação. Foi ela que lançou antes de todo mundo o Centro de Atendimento Rápido. **Onde você leva o seu carro batido e recebe autorização para o conserto na mesma hora. Outro exemplo de pioneirismo.*** (Veja.12/11/97)

(84) ***Italianíssimo Adria. A Itália em sua boca.***

*Diante de um prato de Italianíssimo Adria, o David de Michelângelo e os profetas de Aleijadinho podem dividir a mesma mesa. Italianíssimo Grano Duro é a própria Itália no Brasil: Feito com trigo importado que garante o ponto ao dente. Italianíssimo Grano Duro ou Massa com Ovos é perfeito para quem aprecia a história da arte. **Culinária.*** (Marie Claire.07/97)

(85) *Neil Armstrong ficou famoso porque realizou algo antes de todo mundo. **Exatamente como a Itaú Seguros.*** (...) Veja.19/11/97)

(86) *Tudo passa. **Inclusive seu celular.*** (FSP.28/11/96)

(87) *Confissões de um adolescente explica tudo o que eles têm na cabeça. **Menos o boné ao contrário.*** (Veja.26/10/97)

(88) *Ao buscar o melhor investimento tem gente que procura segurança em todos os lugares. **Menos no lugar certo.*** (EM.26/12/97)

No exemplo abaixo, pode-se dizer que a pontuação recupera o processo que levou à estruturação do texto. Nele há dois subópicos separados pelo ponto final. O Subtópico 2 contém um Segmento de Tópico que também vem separado por ponto.

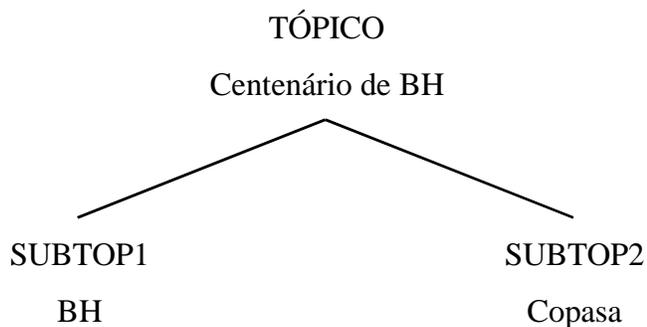
(89) ***BH 100 anos:***

*100% de água tratada,*

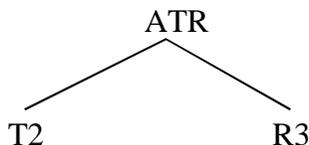
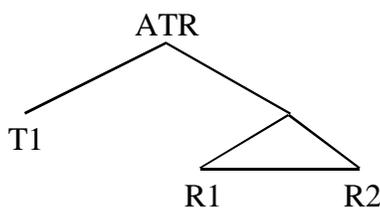
*100% da população atendida.*

*Obras da Copasa na Região Metropolitana. Trazendo soluções para nossa região.*

(outdoor)



Para distribuir a informação nesse texto, o autor utilizou-se de três articulações Tema-Rema. Para o primeiro Tema *BH 100 anos* o autor apresenta dois Remas, conforme configuração abaixo:



**T1** *BH 100 anos*

**R1** *100% de água tratada*

**R2** *100% da população atendida*

**T2** *Obras da Copasa na região metropolitana..*

**R3** *Trazendo soluções para nossa região*

Do que foi mencionado até agora, pode-se acreditar em que, se uma parte do enunciado remete ao tópico, o comentário lhe diz, de algum modo, respeito. Então, no

âmbito de um intercâmbio cooperativo, admite-se que o leitor, ao defrontar-se com um enunciado em que uma parte foi segmentada pelo ponto, e ao observar que essa parte é subtópico de outra que se quer tornar relevante, entende que o escritor está sinalizando que ali está uma informação importante, à qual se deve prestar atenção para que se produza o efeito de sentido desejado por ele. Essa escolha obedece a fatores pragmáticos como interesse, importância ou relevância. Com esse artifício o autor focaliza a atenção do leitor para a ação da Copasa, ***Trazendo soluções para nossa região.***

Seguem exemplos em que a segmentação se deu pela mesma razão que em (89).

(90) ***Livros na íntegra toda sexta-feira. E se você não vai fazer nenhuma prova mas adora ler, não perca tempo.***

*É ótimo negócio. Estadão. Fazendo cada vez mais por você.* (Isto É.23/07/97)

(91) ***Novo Suplemento Feminino do Estadão. Melhorando com você.***  
(Veja. 5/03/97)

(92) ***Fiat Palio. Batendo recordes de preferência.*** (EM.22/11/97)

(93) ***O Itaú aprende com você. Porque é assim que se constrói a marca Itaú. Transformando problemas em soluções. Continue ligando, sugerindo e opinando. O que você tem a dizer é muito importante para nós.*** (EM.19/09/97)

(94) **AGRIÃO**

*Depois de cantos gregorianos dos monges beneditinos, das ave-marias na voz da soprano Andréa Dalto, um nome tão tão quanto vai virar recheio de CD - no quesito memória cultural da terra.*

*Desta vez é Dona Canô que estréia no métier.*

***Gravando suas novenas pelo selo Sons da Bahia.*** (FSP.29/10/97)

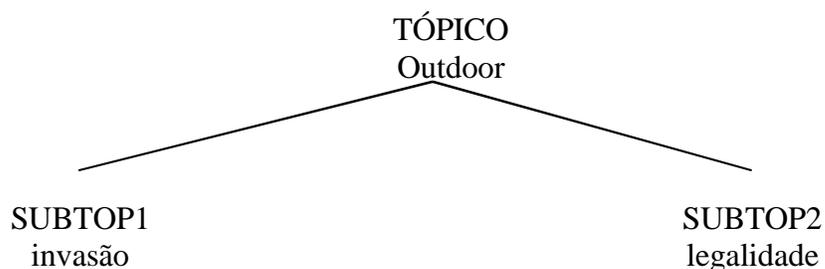
Importa lembrar que, principalmente nos textos publicitários, há de se considerar todos os fatores de contextualização. Geralmente, na publicidade, a imagem visual é a informação mais relevante. Por ser dirigida a um público específico, com cujo conhecimento de mundo pode-se contar, o texto escrito pode ser sucinto e coeso. E a pontuação é um das marcas formais de coesão. Essa propriedade da pontuação fica clara tanto nos textos acima, como nesse considerado a seguir:

(95) **INVASÃO DE OUTDOOR ILEGAIS.**

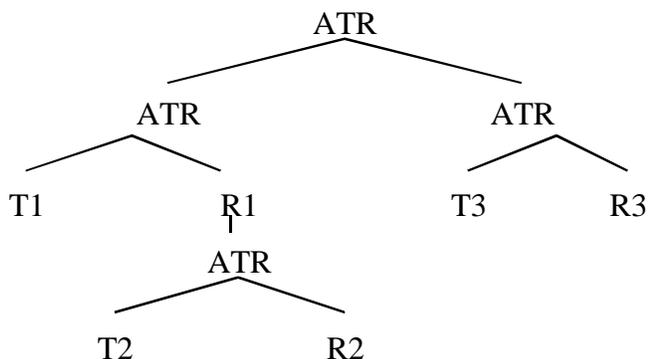
**NÃO SEJA CÚMPLICE DESTE CRIME.**

**OUTDOOR. TEM QUE SER LEGAL.**

A análise do processo de ativação dos fatores constituintes do texto revela dois Subtópicos: invasão e legalidade.



Quanto à hierarquização e periodicização dos enunciados, observa-se que há duas Unidades Discursivas e que T1, que desencadeia a primeira delas, não aparece na linearidade do produto. Além disso, a segunda Unidade Discursiva *Outdoor. Tem que ser legal.* funciona como Rema da primeira, conforme visualizado no esquema abaixo.



**T1** *Outdoor.*

**R1** *Invasão de outdoor ilegais.*

**T2** *Invasão de outdoor ilegais.*

**R2** *Não seja cúmplice deste crime.*

**T3** *outdoor*

**R3** *Tem que ser legal.*

Nesta análise tem que se levar em conta a situação concreta de interação, o ambiente físico, de acordo com Smith<sup>41</sup>. Esse *outdoor* estava colocado em um espaço especialmente reservado para esse veículo publicitário. Levando-se em consideração as

condições de produção, o publicitário conta com o conhecimento do alocutário para perceber o que está implícito: existem muitos *outdoors* ilegais, produzir *outdoors* ilegais é crime. Aliás, esse *outdoor* é dirigido a um público bastante restrito e provável conhecido de quem o produziu. A coesão desse texto deveu-se, em grande parte, à forma utilizada pelo produtor de segmentar os Subtópicos e de articular Tema-Rema.

#### 4.3.2. Hierarquização x linearização no processo discursivo

Por uma questão didática, até aqui, os usos do ponto-final, nos processos de Semantização e de Gramaticalização, foram focalizados isoladamente. Mas, como se procurou mostrar, há todo um processo de “malheamento” e de articulação na distribuição dos enunciados, que se interagem em função da organização do produto, o texto.

O texto abaixo presta-se bem para uma visão panorâmica do que foi visto a respeito da função do ponto no processo de organização do texto escrito.

(96) *Há 2.5000 na Grécia antiga nasceu Hermes. Deus do vento, da velocidade e da liberdade. O único deus do Olimpo que não tinha templo. Porque, como tinha asas nos pés, Hermes nunca parava em casa. Na Grécia nasceu o desejo de liberdade. Nós só acrescentamos as cilindradas.*  
(Publicidade da Honda. Veja. 23/7/97)

Do ponto de vista semântico, foram ativados dois Subtópicos: o nascimento de Hércules e o nascimento da liberdade. O ponto trabalha em função do processo de Semantização separando esses dois Tópicos.

Do ponto de vista da Gramaticalização, é interessante observar que, quando o autor está enumerando, (Rema: *Deus do vento, da velocidade e da liberdade*), ele não segmenta esse Rema, quando poderia fazê-lo, utilizando-se de pontos: “Deus do vento. Da velocidade. E da liberdade”. E quando ele dá a informação mais relevante para a construção do sentido total do texto – *O único deus do Olimpo que não tinha templo. Porque, como tinha asas nos pés, Hermes nunca parava em casa.* – ele utiliza-se de um artifício para reforçar a idéia de liberdade: segmenta o Rema com o ponto, quando poderia segmentá-lo, utilizando-se de vírgulas (O único Deus do Olimpo que não tinha templo, porque, como não tinha asas nos pés, nunca parava em casa).

---

<sup>41</sup> Cf.p.59.

Esse exemplo reforça a hipótese de que, para se falar de pontuação, tem de se considerar a organização hierárquica da Malha Tópica e a construção de ATR(s).

Brandão (op.cit.:688) diz que *o ponto final baliza o lugar onde o leitor deve deter-se momentaneamente para gravar-se-lhe melhor e como sedimentar-se-lhe no espírito o que acabou de ler*. Essa afirmação vem ao encontro da idéia aqui defendida de que o leitor procura recuperar o processo de ativação e de reativação instaurado pelo produtor, partindo da organização do enunciado, que é por sua natureza, linear. Nessa perspectiva, ler não é apenas “ler o enunciado”, mas ler, no enunciado, o processo de sua produção, ou, em outras palavras, ler também as condições de sua produção.

Também nos textos abaixo, o ponto-final, no seu papel de segmentar enunciados, prestou-se para sinalizar as estratégias a serem cognitivas e hierarquicamente implementadas pelo leitor, na reconstrução do processo de organização dos enunciados em texto.

(97) *20h30 - Concerto da Sinfônica na Lagoa com a inauguração de árvore de Natal iluminada. (1) Nãããooo! Inaugurar árvore de Natal para comitê olímpico é o máximo! (2) Da jequice! (3) Mas eu acho maravilhoso. (4) Dias Gomes puro. (5) Tão festejando a volta da Tieta ou a volta do Roque Santeiro?(6)*  
(Macaco Simão. FSP. 20/11/96)

(1) Tópico/Tema

(2) + (3) + (4) = Rema de (1)

(2) = r1

(3) = r2

(4) = r3

(5) + (6) = Rema de *20h30 - Concerto da Sinfônica na Lagoa com a inauguração de árvore de Natal iluminada. Nãããooo! Inaugurar árvore de Natal para comitê olímpico é o máximo! Da jequice! Mas eu acho maravilhoso.* ( T2 )

(5) = r4

(6) = r5

Note-se que na construção de (97) articulam-se dois usos típicos do ponto para a indicição de processos de Semantização/Gramaticalização: a segmentação de Remas e a rematização de ATRs complexas. Essa articulação de usos típicos do ponto pode ser exemplificada também com (98):

(98) *Surpresa indigesta. (1)*

*Um rato de quase vinte centímetros deu o ar da sua graça, ontem, no restaurante do Palácio do Planalto. (2) Na hora do almoço. (3)* (Moacir Scliar. ESP. 11/08/96)  
 (1) = Rema1 = lide que funciona como Rema “resumitivo”

(2) + (3) = Tema1 (*Um rato de quase vinte centímetros (T2) deu o ar da sua graça, ontem, no restaurante do Palácio do Planalto ( r1). Na hora do almoço.(r2)* R2

(R2) = r1 + r2

(3) r2 de R2, que se refere a todo o texto que o antecede.

O mesmo tipo de articulação de usos do ponto-final a serviço dos processos de Semantização e de Gramaticalização podem ser visualizados nos textos de (99) a (102).

(99) *E aí eu vi na “Caras” o apartamento que o César Filho preparou para ele e para a Angélica. Com um portão de ferro com as iniciais C e A. Agora ele quer arrumar uma namorada chamada Ana. Pra não perder o portão. Perde a namorada, mas não perde o portão. Tá certo. Super prático. Rarárá!*  
 (José Simão.FSP.22/7/97)

(100) *Hoje, na noite fria do interior mineiro, penso em Sylvia com carinho e ternura, do jeito que ela sempre dizia que pensava em mim. No entanto, ainda que a saudade pese, de nada adiantaria telefonar para Petrópolis, ou escrever. Dessa vez, não tomou apenas um ônibus ou um táxi, ou um avião. Que ela saiba, onde estiver, que não vou esquecer certas coisas que me disse. Certas frases. Simples, singelas. Parecidas com Maria, a ovelhinha que ia com as outras. Até que, um dia, parou, pensou, e só foi onde seu coração quis.* (Vivina de Assis Viana. EM. 20/7/97).

#### (101) **UM BEBÊ NO CAMINHÃO DO LIXO**

*Impressionou o País todo, chegou a sair na imprensa estrangeira. Como se só aqui acontecesse isso. (...)*

*Agora, com a liberdade dos costumes, mãe solteira já não é uma tragédia; inclusive, muitas o são por decisão própria. Então, o que deve levar uma mãe, recém-parida, a jogar a criança num saco de lixo, com cordão umbilical ainda pendente, sem bilhete, sem roupa, como aconteceu neste último caso, tão falado? Miséria, provavelmente. Falta de apoio, rejeição do pai, pobreza extrema. (...)*

*O jornal da TV afirma que, esta semana, só na cidade de São Paulo, haviam sido abandonadas três crianças, num só dia. Na rua, sempre junto ao saco de lixo.*  
 (Rachel de Queiroz.EM.20/07/97)

(102) *Conforme reportagem desta folha em janeiro de 1995, o relatório confirmava totalmente a conivência do Banco Central e, portanto, do governo, com as fraudes. Pouquíssimos dias depois, o novo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, anunciou uma de suas primeiras decisões: extinguir a CEI. Exatos treze dias após a posse. E a fiscalização das fraudes e combate à corrupção? Foram entregues a quem? Ao ministério da Fazenda. Ele próprio.* (Aloysio Biondi.FSP.27/2/97)

A linearização dos enunciados com a ajuda do uso de sinais de pontuação deve ser suficiente para que o leitor, de um lado, reconstrua a hierarquia constituinte das Malhas Tópicas, no Módulo Semântico, e, de outro, reconstrua a hierarquização das ATRs, no Módulo Sintático, ambas operações necessárias à articulação dos enunciados na tessitura textual. Daí insistência em mostrar a importância da pontuação no processo de Discursivização.

A análise do *corpus* revela que o enunciador, ao utilizar-se da pontuação, descobre novos limites, novas possibilidades, opta por diferentes segmentações do texto, tornando-se, desse modo, sujeito do processo da escrita. De acordo com Junkes (op.cit.:100), *o sujeito, a linguagem, o sentido vão construindo-se no fio do discurso*. De acordo com Castilho, a ação do sujeito se inicia na escolha do elemento cognitivo selecionado que desencadeia a forma como se fará a articulação Tema- Rema.

O uso do ponto, nos exemplos acima, trazem, de algum modo, o não-dito para o dito. As partes segmentadas introduzem um comentário jocoso, irônico e, às vezes até sarcástico. Elas deixam implícita a opinião do autor sobre o fato, têm o objetivo de levar o leitor a uma determinada conclusão ou de desviá-lo da conclusão mais óbvia. Pode-se dizer que, nesses casos, o ponto tem uma função argumentativa de guiar o leitor para a percepção do sentido pretendido pelo escritor. Esse recurso, construído no processo de Discursivização, indicia a interferência do enunciatário na produção do enunciador.

Segundo Chacon (1996:190)

*na atividade de pontuar, o sujeito demarca-se em relação aos Outros em função dos quais ele organiza a sua produção gráfica, de tal modo que, seguindo-se as pistas deixadas pelos sinais pode-se acompanhar a constituição da subjetividade que enuncia via escrita.*

Essa afirmativa confirma o que se vem tentando mostrar nesta análise: a pontuação funciona como instrumento para articular o sentido do texto.

A pontuação tem a função de dar tempo ao leitor para processar a informação tal como ela foi processada pelo enunciador como, por exemplo nos casos em que ela é usada para marcar enumeração, exemplificação, explicação do que já foi dito. Esse procedimento pontualiza os segmentos que devem ser enfatizados de acordo

com a intencionalidade do enunciador. Nos exemplos abaixo, há uma forma interessante de segmentação do enunciado que isola o sintagma preposicionado. O ponto é utilizado como instrumento para estabelecer a distinção entre os diversos segmentos do enunciado e a ordem de relações entre eles. Ao fazer isso, ela focaliza a informação relevante.

(103) (...) *Raiva, decepção e frustração, eis alguns sentimentos que rondam a Presidência da República no Brasil. Há farturas de exemplos.*

***Do suicídio de Getúlio à renúncia de Jânio. Da inapetência de Figueiredo à falta de jeito do Itamar.*** (Josias de Souza.FSP.28/4/97)

Segundo as “regras” postuladas pelos gramáticos, depois de *exemplos* não deveria ser usado o ponto parágrafo e sim os dois-pontos, pois o enunciado seguinte é uma enumeração dos exemplos.

Nesse texto, há uma forma interessante de segmentação do enunciado provocada pela delimitação de uma relação sintática íntima que isola os sintagmas preposicionados. Além disso, eles são colocados em parágrafo, constituindo uma nova Unidade Discursiva. Pode-se dizer que há uma rematização desses constituintes da enunciação que têm como tema *exemplos*. De acordo com Castilho<sup>42</sup>, trata-se de unidades discursivas frásticas, que têm relevância tópica, e, de acordo com Jubran-Urbano et alli<sup>43</sup>, há uma relação exemplificativa entre esses Subtópicos e o Tópico.

O mesmo recurso de segmentação foi usado nos textos abaixo:

(104) *A arte do autor de “Os Rios Inumeráveis” é suficientemente manhosa para contentar-se com a fiel representação da trama sem insinuar qualquer tipo de deslinde das suas ambigüidades. Para fazer jus à complexidade dessa trama, o romancista se vale, com um impressionante virtuosismo, de toda sorte de recursos. **Que pode ir da narração onisciente em terceira pessoa à primeira pessoa do fluxo de consciência. Da paródia da dicção quinhentista das crônicas de viagem ao pastiche da poesia pastoral do século 17, da prosa de ficção romântica do século 19, da literatura de cordel e do jargão jornalístico de nossos dias. Do diálogo simples aos diálogos dúplices, em tem diferentes contrapontisticamente interligados.*** (J.Paulo Paes.FSP.20/7/97).

<sup>42</sup> Cf. p. 88

<sup>43</sup> Cf. p. 88

(105) *São reflexos de várias coisas. De uma sensibilidade humana normal, convertida em choque emocional pelos meios de comunicação. De uma utilização desses sentimentos por parte do Estado para justificar sua política contrária a favor da dispersão dos presos. Esses sentimentos foram utilizados pelo Estado para converter o abertzale no bode expiatório e, emocionalmente, usar esses sentimentos da população contra o ETA e o independentismo basco.* (FSP. 20/7/97).

(106) *Essas reflexões são provocadas pelo mundo e pelo Brasil de hoje. Dos sem-teto da Mata Atlântica à Igreja Universal, dos adolescentes a Paulo Francis, dos mendigos aos flats, do capitalismo selvagem a La Rochefoucauld, passando pelo crine Trash e pelos bombons Ferrero-Rocher.* (Duílio Gomes.EM.30/7/97).

(107) *Carl Bernstein, o jornalista que revelou o escândalo de Watergate, e o italiano Marco Politi revelam histórias surpreendentes sobre a trajetória de João Paulo II, da infância trágica na Polônia à consagração como Papa. Da luta contra o nazismo à aliança com a CIA para derrubar o comunismo. Um mergulho na história oculta do nosso tempo. Sua Santidade, 602 páginas, 37,80. Nas livrarias ou pelo Disque-Objetiva 0800-224466. Ligação gratuita. Internet:<http://www.objetiva.com>.* (FSP.21/11/97)

Se o escritor prefere utilizar-se de uma construção segmentada pelo ponto final, é por que não se trata apenas de remeter a um objeto que se supõe estar presente na atenção do ouvinte, mas marcar esse objeto como comunicativamente importante. No estabelecimento de algum tipo de acordo comunicativo entre os participantes da interação verbal, ao elevar um referente à condição de Tópico ou Subtópico, o locutário deseja expressar algo como: “Você quer saber mais sobre o X em questão? Muito bem, vamos falar sobre X. X é...”

#### **4.3.4. O ponto na segmentação de instâncias de enunciação**

Na construção de um texto, pode articular-se mais de uma instância enunciativa, portanto, mais de um par enunciador/enunciatório. As operações envolvidas nessa articulação de instâncias enunciativas produzem um jogo de formas específicas em função das relações entre enunciadores situados em um tempo e em um espaço. Nesse jogo, o ponto-final pode ter a função de delimitar instâncias de enunciação. É o que ocorre nos exemplos abaixo:

(108) (...) *O PM Nascimento se envergonha do lugar onde mora, mas não pode pagar aluguel. Já recebeu inúmeras propostas para trabalhar como pistoleiro. Não aceitou porque tem medo de que algo dê errado. “Honestidade, hoje, é sinônimo de miséria”, raciocina. “Mas, por enquanto, prefiro viver com a consciência limpa”. Por enquanto.* (Manoel Fernandes.Veja.23/7/97)

A segmentação de *Por enquanto*, aqui, remete à voz do enunciador, E1, aquele responsável pelos três primeiros enunciados de (108), que, no último, retoma a palavra para comentar o que diz o enunciador2, que, imediatamente antes, recebeu voz pelo recurso das aspas. No caso, E1 concorda com E2, destacando e realçando uma das expressões de sua fala.

O mesmo recurso de referenciação de instâncias de enunciação pode ser verificado na segmentação de enunciados efetuada pela utilização do ponto em (109)

(109) *Após o almoço regado a vinhos e deputados, o ministro da Educação recosta-se em sua poltrona e cochila, meditando sobre o que a História dirá de sua gestão. Sonha que é ministro da Educação da Suíça. Põe-se logo em ação. **Vamos avaliar. Já avaliamos, responde o chefe de gabinete. Vamos cuidar da merenda? Já está deliciosa e nunca faltou. Melhoraremos as estatísticas. Já são ótimas. Paguemos decentemente os professores. O senhor já viu o automóvel dos professores? Vai acabando a inspiração. Entra uma angústia. Como entrar para a História? Mas uma gritaria em frente ao ministério acorda o ministro. É uma manifestação estudantil. O ministro enxuga o suor frio do rosto e respira aliviado: aqui tenho serviço.*** (Cláudio de Moura Castro. Veja.04/02/97).

Também em (109) ocorre a referenciação de uma instância de enunciação que tem seus turnos delimitados através do ponto-final. Na representação escrita do diálogo, ativam-se instâncias enunciativas que constituem Unidades Discursivas delimitadas, no seu todo e em suas partes constituintes, por um sinal de pontuação. Por isso, diferentemente da forma como foram organizadas em (108) e (109) acima, cada instância de enunciação é indicada pela formatação de parágrafo e se inicia pelo uso do travessão.

Note-se que ambos os casos, o de (108) e (109) e o de representação convencional dos diálogos, envolvem operações nos módulos discursivo, gramatical e semântico: a ativação de instâncias de enunciação, no módulo discursivo; a segmentação típica de enunciados, no módulo gramatical; e a referenciação de instâncias enunciativas, no módulo semântico. Tais operações permitem reafirmar-se a dimensão enunciativa da utilização da pontuação, defendida neste trabalho,

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se afirmou na introdução desta dissertação, quem escreve sinaliza o que deseja destacar e quem lê o procura. E, nessa procura, através de pistas como tipos

gráficos, paragrafação, pontuação, etc., identificam-se as estratégias utilizadas em função da construção de sentido pretendida pelo autor. Assim, se uma palavra está em itálico, entre parênteses ou travessões ela deve ser importante, deve-se prestar atenção a ela. É como se o autor chamasse atenção do leitor dizendo: olha, eu estou destacando isso, isso e aquilo. Considerar o fluxo de atenção é uma forma de investigar a organização do fluxo de informação conforme De Lancey<sup>44</sup>. Separar um enunciado em um parágrafo, delimitá-lo por um ponto, colocá-lo no final do período são decisões de quem escreve, mas o leitor vai procurar, a partir do que foi estabelecido pelo escritor, descobrir suas intenções implícitas. Inclusive através da pontuação. Pode-se, então, falar em modulação do texto escrito. Se no texto falado tem-se a modulação pela entoação, pelo volume de voz, pela mudança de tessitura, no texto escrito há outros recursos, já bastante conhecidos, que vão representar esses sinais da fala: aspas para indicar ironia, ceticismo, distanciamento crítico; sinal de exclamação, negrito, sublinhado, tudo isso são sinais com uma função discursiva importante.

Neste trabalho, visando a explicitar o uso do ponto-final na produção de textos escritos do português culto do Brasil, foram enfocadas estratégias discursivas envolvidas na construção da Malha Tópica, de um lado, e na segmentação dos enunciados, através da Articulação Tema- Rema, de outro. Procurou-se mostrar que o ponto tem função de delimitar Unidades Discursivas e/ou instâncias de enunciação, de demarcar a segmentação que ocorre em seu interior, organizando, assim, a macroestrutura do texto, em operações definidas nos módulos discursivo, semântico e gramatical.

Em suma, adotando-se uma visão modular do processo discursivo, procurou-se mostrar que, como artifício da escrita, a pontuação tem um papel importante na representação de estratégias de produção de textos, que envolvem os módulos supracitados. Isso corresponde a dizer que os sinais de pontuação não são meras marcas auxiliares da escrita, mas fazem parte das próprias condições de produção e recepção de textos. Nessa perspectiva, pode-se falar, de acordo com Junkes (op.cit.:278), em uma pontuação textual:

*Entende-se que pontuação textual, nessa ótica, articula produção e compreensão. Seus sinais não têm ponto fixado de antemão; eles deslizam*

---

<sup>44</sup> Cf. p. 96

*permitindo certos recursos, antes mesmo de o leitor necessitar mudar as estruturas sintáticas. Estendendo-se a um nível interdiscursivo, buscar “fora” o seu próprio sentido e identidade: um adendo entre parênteses, uma frase ou fragmento entre aspas, uma especificação, um elemento explicativo, uma topicalização - alternativas relacionadas, em contrapartida, a estratégia do leitor.*

A respeito da pontuação como fator constituinte das estratégias de produção/compreensão de textos, vale lembrar a interessante afirmativa de Chacon, que pode ser entendida como interface da epígrafe deste capítulo:

*Por sua vez, na interlocução mediada pelo código escrito, o leitor, em um tempo futuro, deve transpor-se para o momento e o lugar do produtor, tendo como passaporte os sinais que, de outro tempo e espaço, lhe foram enviados.. A atenção a esses sinais vai lhe tornar possível recuperar o processo que levou à sinalização do texto e, desse modo, recuperar o que seriam os “propósitos” do escrevente em relação ao texto que produziu. (1996:164)*

## CAPÍTULO 5

### CONCLUSÕES

Neste trabalho, adotou-se a hipótese segundo a qual, para se estudar o processo de produção/recepção de textos (orais e/ou escritos), é essencial examinar suas condições de produção/recepção. Optou-se por considerar tais condições numa perspectiva modular, adotando-se uma postura teórica já sugerida, entre outros, por Paul (1886) e assumida explicitamente por Roulet (1991-1997) e Castilho (1997-1998).

Concebendo-se o discurso como modular, adotou-se, seguindo Castilho, o pressuposto básico segundo o qual, para se descrever um processo, o processo discursivo, deve-se, sempre que possível, operar com categorias processuais. Um outro pressuposto subjacente a este trabalho é o de que as relações entre formas e funções e entre as várias categorias de funções não são biunívocas.

Nesta dissertação, partiu-se do pressuposto de que o processo da escrita representa o processo da fala e de que, quem pontua, segmenta o enunciado, para facilitar a leitura e/ou a compreensão. Assim, há um sistema de representação das operações envolvidas no processamento do texto escrito, que inclui a pontuação. Desse modo, o que é visto pela maioria dos autores como enfático, por exemplo, na perspectiva aqui adotada, caracteriza-se como sendo, ao mesmo tempo, recurso de natureza gramatical e semântica a serviço da Discursivização. Isso implica dizer que a pontuação resulta da interação de mecanismos e/ou processos que se situam em diferentes dimensões do processo discursivo, assumindo-se que o uso dos sinais de pontuação, na dimensão textual, deve ser avaliado a partir de operações de construção de Unidades Discursivas, de Tópicos, de Subtópicos e a partir da segmentação de enunciados através da Articulação Tema-Rema, ou seja, na interface Semantização-Gramaticalização.

A pontuação não é uma prática mecânica, é parte integrante do sistema da língua na sua modalidade escrita. Pelos dados coletados, pode-se concluir que a pontuação segmenta e articula os enunciados na materialidade do texto, possibilitando a (re)construção mental de uma hierarquia de blocos de informação,

o que leva a se perceber a ineficiência do ensino da pontuação através de “frases” totalmente descontextualizadas.

Na introdução, foi levantada a hipótese de que o lugar dedicado à pontuação na gramática tem a ver com a concepção do autor sobre o assunto. Tendo em vista a concepção de pontuação que norteia esta dissertação, postula-se que seu ensino deve entremear o estudo da sintaxe, da semântica e da pragmática.

Isso equivaleria a estudar a pontuação como processo, o que significa descrever o modo como ela organiza o texto, as estratégias, as marcas inerentes às atividades interacionais pela escrita.

Vale a pena, neste momento, retomar a historinha apresentada na introdução, na tentativa de mostrar, em uma situação de uso, o que foi tratado nesta dissertação.

Conforme disse Abaurre (anotações de Seminário), o método de detecção policial distingue-se do método de detecção lingüística, porque neste é dado o direito de ousar.

A partir de tudo que foi dito sobre o processo de organização do enunciado e sobre a função da pontuação nesse processo, deve-se ousar refletir sobre o que levou o Juquinha a interpretar a proposta de redação da professora de modo a produzir o texto (II). Para isso é necessário lembrar que, nesta dissertação

- o texto é visto como uma organização de fatores, índices, pistas materiais que têm papel importante na interação lingüística;

- o conhecimento da estrutura sintática do enunciado e de suas possibilidades de expansão é o ponto de partida para que o enunciador reconheça as alterações que pode fazer e como deve sinalizá-las;

- uma das finalidades do texto escrito é estabelecer a interação escritor/leitor e os sinais de pontuação têm a função pragmática de ajudá-los a segmentar o texto adequadamente para que se estabeleça a compreensão;

- ao se observar a pontuação, não só como produto, mas também como processo, torna-se possível descrever o modo como se organiza o texto e perceber as estratégias, as marcas inerentes das atividades interacionais;

- na interação verbal, há que se considerar a existência de um contexto de produção e um contexto de interpretação.

Assim, no que diz respeito ao contexto de produção do texto aqui retomado, deve-se levar em conta se o título foi sugerido por ocasião do dia das Mães e em que situação: se foi passado no quadro, ou foi proposto oralmente pela professora (cf. Smith.p.60). Daí decorrem duas possibilidades:

a) se foi passado no quadro, a interpretação teria de ser (I) aquela entendida pela maioria dos alunos: existe somente uma mãe.

b) se foi dito pela professora, pode ter havido a topicalização de “mãe”, por condições da oralidade, já que no português falado no Brasil convivem as estruturas de sujeito/predicado e tópico/comentário. Esse traço é refletido na escrita pela colocação da vírgula entre o sujeito e o predicado da oração. Nesse caso, o Juquinha usou a vírgula entre “mãe” e “só tem uma”, mas interpretando “mãe” não como termo da sentença de que se declara algo, e sim como uma invocação.

Vê-se que o enunciado esconde diferentes enunciações, que a presença de um sinal de pontuação, numa mesma seqüência linear, pode desencadear sentidos diferentes e que uma das finalidades da pontuação é auxiliar e direcionar o sentido do texto escrito. Assim, na interação verbal com o texto escrito, é fundamental considerar por que determinado sinal foi empregado e qual a sua função no texto. Tudo isso se reflete no contexto de interpretação.

Naquela proposta de redação, houve dois contextos de interpretação, produzidos por duas instâncias de enunciação diferentes: os alunos que interpretaram (I) e o Juquinha, que interpretou (II), posicionaram-se diferentemente na instância de enunciação.

Rastreando o que foi abordado nesta dissertação sobre a organização do enunciado, podem-se explicar as interpretações (I) e (II) de várias maneiras.

De acordo com Herman Paul, (cf.p.82), o sujeito psicológico de (I) é mãe e de (II) é coca-cola.

Estabelecendo um ligação entre a ATR e os atos de fala, conforme proposto por Sgall e seus colaboradores (cf.p.86), em (I), tem-se: digo-lhe a respeito de mãe que só tem uma e, em (II), tem-se: digo-lhe a respeito de coca-cola que só tem uma. Nesses enunciados, a informação ou asserção é a mesma, mas a referência é distinta.

De acordo com Castilho (1994:52), os verbos apresentacionais, como “tem/existe/há”, *tematizam a sentença, concentrando-se a declaração*

*propriamente dita no SN que se segue. Tal SN será, portanto, o Rema da sentença.* Assim, em (I) *Mãe só tem uma*, seria um rema marcado, pois o termo “mãe” foi deslocado para o início do enunciado. Esse deslocamento é chamado por Mukarovsky de *foregrounding* (transporte de um termo para o primeiro plano para provocar uma atenção especial), (cf.p.81), uma função estética da linguagem que se relaciona com a função conativa de Jakobson e com a função interpessoal de Halliday (cf.p.56). De acordo com Koch, houve uma estratégia de rematização (cf.p.82).

Relacionando (I) e (II) com o que dizem Mira Matteus, Roulet e Castilho, da memória passiva do alocutário, (I) passou para a memória ativa o elemento cognitivo “mãe” e, em (II), o elemento cognitivo coca-cola, constituindo-se assim dois tópicos discursivos diferentes. Segundo Jubran (cf.p.92), o tópico discursivo torna-se elemento decisivo na constituição de um texto, pois determina a sua estruturação tópica.

Os conteúdos temáticos são os que o locutário julga presentes na memória imediata do alocutário e os conteúdos remáticos são os que aquele julga que aparecerão na atenção deste por efeito da interação verbal.

As conjeturas que o enunciador exprime, ao apresentar uma determinada informação como temática, dizem respeito àquilo que preocupa momentaneamente o ouvinte, não àquilo que o enunciatário conhece. Explica-se assim que possam aparecer, como remáticas, porções do enunciado que levam à identificação de indivíduos com os quais o interlocutor tem obviamente familiaridade, ou que verbalizam ações ou estados de coisas das quais o ouvinte tem obviamente conhecimento. Em (I), a atenção estaria voltada para a mãe, em (II), para a coca-cola.

A possibilidade de sugerir, pela escolha do tema, que uma determinada informação deveria estar presente na atenção do interlocutor e de agir como se essa informação estivesse presente em sua atenção, é obviamente paralela à possibilidade, associada à pressuposição, de agir como se uma determinada informação estivesse presente em seu conhecimento, no sentido de que em ambos os casos atua-se de algum modo sobre o interlocutor. O Juquinha corre o risco de ter sua redação anulada por não ter atendido à expectativa do professor, assim como

corre risco o aluno que pontua seu texto afastando-se das regras prescritas pela Gramática Tradicional.

Pelo que se pôde ver, de um modo geral, ao se recorrer à segmentação através da pontuação de uma das partes do enunciado, essa parte é elevada a uma posição significativa mais importante. Muitas vezes, aquilo que o professor assinala, no texto dos alunos como sem sentido, ou de sentido incompleto, está a serviço da função discursiva da linguagem.

A atenção à pontuação que tem sido utilizada pelos alunos pode mostrar que

- a) o conhecimento lingüístico da escrita se constitui a partir da fala, na e pela fala;
- b) o “conhecimento lingüístico”, mesmo intuitivo, é um conhecimento da construção do texto, do processo discursivo. Ninguém fala por frases, mas por textos.

- c) a gramática situa-se na “contramão do aluno” quando deveria tomar como base para o ensino e a aprendizagem o conhecimento prévio do aprendiz.

Do ponto de vista da linguagem como atividade e a partir da revisão da “teoria” em vigor e da análise da pontuação em uma perspectiva enunciativa/discursiva, tendo em vista a sua participação no processo de Discursivização, podem ser propostas, entre outras, as seguintes funções para o ponto final:

- 1 - Delimitar Unidades Discursivas
- 2 - No interior de Unidades Discursivas
  - 2.1. No processo de Semantização
    - 2.1.1. delimitar a construção de Tópicos
    - 2.1.2. delimitar a construção de Subtópicos
  - 2.2. No processo de Gramaticalização
    - 2.2.1. delimitar a Articulação Tema-Rema
    - 2.2.2. segmentar Remas
3. Delimitar instâncias de enunciação.

Deve-se insistir em que a análise das pistas deixadas pela pontuação induz à conclusão de que sua principal função é auxiliar e direcionar a produção de sentido do texto, na sua modalidade escrita.



## RÉSUMÉ

On travaillait, jusqu'à un certain temps, une conception de ponctuation qui délimitait l'énoncé, en essayant de reproduire la structure, le schéma de la phrase. Actuellement il y a une tendance à employer la ponctuation pour circonscrire l'énoncé dans son instance d'énonciation, puisque ces marques graphiques peuvent être considérées essentiellement énonciatives, car il s'agit de marques caractéristiques de l'emploi concret du langage en sa forme écrite.

Ayant comme objectif l'éclaircissement des fonctions d'une ponctuation au service de la langue et de son fonctionnement discursif, dans ce travail je choisis d'adopter une version de la Théorie de l'Énonciation. J'ai cherché alors à incorporer à cette théorie une perspective modulaire du langage, ce qui a rendu possible la délimitation de mon objet d'étude dans le domaine des opérations engagées dans la macroorganisation de textes en portugais culte du Brésil.

Ce travail essaye de présenter des évidences au profit d'une "théorie de la ponctuation" qui élucide les fonctions de la ponctuation sous une perspective énonciative discursive. Pour constater le proverbe *qui trop embrasse mal étreint*, mon attention se tournera vers le point final.

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.**

- ABAURRE M.B.M e POSSENTI S. (1993) **Vestibular Unicamp**. Língua portuguesa. São Paulo: Editora Globo.
- \_\_\_\_\_ et alli (1995) “Considerações sobre a utilização de um paradigma indiciário na análise de episódios de refacção textual”. In: *Trabalho de Lingüística Aplicada*. Campinas: volume 25. jan/jun. p.p. 5-23.
- ACHARD, Pierre. (1996) “A especificidade do escrito é de ordem lingüística ou discursiva?” In: **Para uma teoria da língua escrita**. org. Nina Catach. São Paulo: Ática. Coleção Múltiplas Escritas.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. (1983) **Gramática metódica da língua portuguesa**. 32ºed. São Paulo: Saraiva S/A.
- AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. (1991) **Mudança de tópico no discurso oral e dialogado**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- ATHANASIO, Nilda Catarina A. & POÇAS, Iria Müller. (s.d.) **A pontuação ao alcance de todos**. Lisa Livros Irradiantes.
- AUCHILIN, A. & FERRARI, A. (1995) “Le point: signe de ponctualisation”. In: *Cahiers de Linguistique Française*. nº17. Genève. p.p.35-56.
- BARROS, Albertina Fortuna. (1966) **Técnica de redação**. Brasil - Portugal: Editora Fundo de Cultura.
- BARROS, Diana L. Pessoa. (1993) “Procedimentos de reformulação: a correção”. In: Dino Preti et alli (orgs. 1993), p.p. 129-156.
- BECHARA, Evanildo. (1967) **Lições de português pela análise sintática**. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- \_\_\_\_\_.(1967) **Moderna gramática portuguesa**. 13.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- BELTRÃO, Odacir. (1976) **A pontuação hoje**. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora.
- BERGO, Vittorio. (1952) **Compêndio de gramática expositiva**. São Paulo: Livraria Francisco Alves.

- BERGO, Vittorio. (1960) **Pequeno dicionário de gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A.
- BERTHOUD. A. C. & MONDADA. L. (1995) “Traitement du Topic, processus énonciatifs et séquences conversationnelles”. In: *Cahiers de Linguistique Française*. nº17. Genève. p.p. 205-228.
- BORGES, Maria Zélia (1986) **Pontuação: Análise de gramáticas, de textos e de permanência no discurso de autores de áreas diversas do conhecimento**. Dissertado de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP.
- BRANDÃO, Cláudio. (1963) **Sintaxe clássica portuguesa**. Belo Horizonte: Imprensa da UMG.
- CÂMARA, Júnior, J.Mattoso. (1964) **Princípios de lingüística geral**. 4ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- \_\_\_\_\_.(1961) **Manual de expressão oral e escrita**. Rio de Janeiro: J.Ozon - Editor.
- CASTILHO, Ataliba T. de (1978) “Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa”. In: *Cadernos de Estudos Lingüístico I*. p.p. 18-25.
- \_\_\_\_\_. (1987) “Para o estudo das unidades discursivas no português falado”. In: Castilho (org. 1989). p.p. 249-280.
- \_\_\_\_\_. (1990). “Português falado e Ensino da Gramática”. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS v.25, nº 1, p.p.103-136. mar.
- \_\_\_\_\_. (1993). “Lingüística Portuguesa. Introdução”. Versão preliminar (texto mimeo).
- \_\_\_\_\_. (1994) “Problemas de descrição da língua falada.”. In: *DELTA*. vol 10, nº1, p.p.47-71.
- \_\_\_\_\_. (1997) “Para uma Sintaxe da repetição”. In: *Língua e Literatura*. (texto mimeo).
- \_\_\_\_\_. (1998) “Português falado e Reflexão Gramatical” Campinas. (no prelo).
- CATACH, N. (1980) *Langue Française*. nº 5: **La ponctuation**. Paris: Larousse, fev.
- \_\_\_\_\_. (1996) **La Ponctuation** (Histoire et système). 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France. (Que sais-je? 2818).
- CHACON, Lourenço (1996) **Ritmo da escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem**. Tese de doutorado. São Paulo. Campinas.

- \_\_\_\_\_.(1997) “A pontuação e a demarcação de aspectos rítmicos da linguagem”.  
In: *DELTA*. vol.13, nº 1, p.p. 1-16.
- CINTRA, Ulhoa &.LEITE Marques. (1953) **Novo manual de redação e estilo**.  
2ª ed. refundida, aumentada e ilustrada. Rio de Janeiro: Editora Lux Ltda.s.d.
- CORRÊA, Manoel Luis Gonçalves. (1994) “Pontuação: sobre seu ensino e concepção”. In: *Revista Leitura Teoria & Prática*. Porto Alegre: Mercado Aberto, nº 24, p.p. 52-65.
- COSTA VAL, Maria da Graça. (1992). “A Interação Lingüística como objeto de ensino-aprendizagem da língua portuguesa”. In: *Educação em Revista*, nº16. Belo Horizonte, Faculdade de Educação/UFMG. dez. p.p. 23-30.
- COURRAULT. (1956) **Manuel pratique de l’art d’écrire**. Paris: Librairie Hachette.
- CRESSOT, Marcel. **O estilo e as suas técnicas**. Tradução de Madalena Cruz Ferreira. Lisboa Edições 70. Coleção Signos, nº 27,s.d.
- CUNHA, Celso. (1971) **Gramática do português contemporâneo**. 2ª ed. Belo Horizonte. Bernardo Álvares S/A..
- DACANAL, José Hildebrando. (1987) **A pontuação: teoria & prática**. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- ELIA, Sílvio. (1961) **O problema da língua brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- FARIA, Maria Alice. (1996) **O jornal na sala de aula**. 7ª ed. São Paulo.Contexto. (Repensando a língua portuguesa).
- FERREIRO, Emília. (1987) **Alfabetização em processo**. (Tradução de Sara Cunha Lima e Marisa do Nascimento Paro) São Paulo: Cortez Editora/Editora Autores Associados. (Coleção Educação Contemporânea).
- \_\_\_\_\_. (1990) **Reflexões sobre a alfabetização**. (Tradução de Horácio Gonzales et. alli) 17ª ed. São Paulo: Cortez Editora/Editora Autores Associados. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).
- FONTINHA, Rodrigo Fernandes. (1960) **Gramática portuguesa elementar**. 2ª ed. Porto: Editora Domingo Barreira, s.d. Francisco Alves.
- GARCIA, Othon M. (1972) **Comunicação em prosa moderna**. 2ª ed. 3ª tiragem. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

- GARVIN, Paul. L (1972) **Aspectos da lingüística moderna**. Organizado por Archibald A. Hill. São Paulo: Editora Cultrix.
- GERALDI Wanderley. G (1985). **O texto na sala de aula**. Cascavel, Assoeste.
- \_\_\_\_\_. (1986), “Prática e produção de textos na escola”. In: *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. vol.7. p.p.23-28.
- \_\_\_\_\_. (1993) **Portos de passagem** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- GOES, Carlos. (1942) **Ortografia, ditado, crase, pontuação**. 5ª ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves.
- \_\_\_\_\_. & PALHANO, Herbert. (1960) **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Livraria Francisco Alves.
- GONÇALVES, Maria Filomena. (1992) “Para uma história da Pontuação Portuguesa. Dos Pontos aos Punctanos”, In: *Atas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa: Artes Gráficas.
- GRUAZ, C. (1978) “Recherches historiques et actuelles sur la ponctuation”. In: *Langage Française* 45. Paris: Larrousse. p.p.8-15.
- HALLIDAY, M.A.K. (1990) **Spoken and written language**. 2ª ed. England: Oxford University Press.
- HOUASSIS, Antônio. (1967) **Elementos de bibliografia**. vol.1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- ILARI, Rodolfo. (1992) **Perspectiva funcional da frase portuguesa**. Editora da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (1996) “Temas em funcionalismo: da organização temática ao processamento cognitivo”. In: *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*. nº19. dez. p.p.39-49.
- JUBRAN, C.C.A.S. et alli. (1992) **Organização tópica da conversação**. In: R. Ilari (Org 1992). p.p.359-440.
- JUNKES, Terezinha Kuhn. (1995) **Trajetória da pontuação: da frase ao interdiscurso**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- KATO, Mary A. (1986) **No mundo da escrita - uma perspectiva psicolingüística**. São Paulo: Ática.

- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. et alli. (1990). “Aspectos do fluxo de informação do discurso oral dialogado”. In: A.T. de Castilho. (Org.1990). p.p. 143-144.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça.(1991). **A coesão textual**. 3ª ed. São Paulo: Editora Cortez. ( Coleção Repensando a Língua Portuguesa)
- \_\_\_\_\_.& TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (1991) **Texto e coerência**. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora.
- \_\_\_\_\_. & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (1991) **A coerência textual**. 2ª ed. São Paulo: Contexto. (Coleção Repensando a Língua Portuguesa).
- \_\_\_\_\_. (1993) **Argumentação e linguagem**. 3ª ed. São Paulo: Editora Cortez.
- \_\_\_\_\_. (1995) **A inter-ação pela linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Contexto. (Coleção Repensando a Língua Portuguesa).
- \_\_\_\_\_. (1997) **O texto e a construção dos sentidos** 1ª ed. São Paulo: Contexto.
- KURY, Adriano da Gama. (1982) **Ortografia, pontuação, crase**. Rio de Janeiro: FENAME.
- \_\_\_\_\_. (1989) **Para falar e escrever melhor o português**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LAGE, Nilson. (1985) **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática. Série Princípios.
- LAUFER, Roger. (1980) “Du ponctuel au scriptural (signes d’annoncé et marques d’énonciation)”. In: *Language Française* 45. Paris: Larrousse. p.p.77-87.
- LAURIA, Maria Paula Parisi. (1995) **A pontuação**. São Paulo: Atual Editora Ltda. (Tópicos de Linguagem )
- LIMA, Mário Pereira de Souza. (1937) **Gramática expositiva da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- LISPECTOR, Clarice. (1984) **A hora da estrela**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LORENCEAU. (1980). “La ponctuation au XIX<sup>e</sup> siècle - George Sand et les imprimeurs”. In: *Language Française* 45. Paris: Larrousse. p.p.88-98.
- LUFT, Celso P. (1979) **Moderna gramática brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Porto Alegre: Globo.
- \_\_\_\_\_. (1996). **A vírgula**. São Paulo: Editora Ática.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. (1983) **Linguística de texto: o que é e como se faz.** Recife. UFPE/Mestrado em Letras e Linguística (Série Debate, 1).
- \_\_\_\_\_. (1986) **Análise da conversação.** São Paulo. Ática. (Série Princípios, 82).
- MATTOS E SILVA, R. V. (1995) **Contradições no ensino de português.** São Paulo:Contexto.
- \_\_\_\_\_. (1992) “O que nos diz sobre a sintaxe a pontuação de manuscritos medievais portugueses.” In: *Reunião Anual da ABRALIN - Mesa Redonda: Sintaxe e Pontuação* (mimeo), 13p.
- MELO, Gladstone Chaves de. (1957) **Iniciação à filologia portuguesa.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- \_\_\_\_\_. (1970) **Gramática fundamental da língua portuguesa.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- MIRA MATTEUS, M.H. et alli. (1994). **Gramática da língua portuguesa.** Lisboa. 4ª ed. Caminho.
- MOISÉS, Massaud. (1967) **Guia prático de redação.** 2ª ed., rev. e aum., São Paulo: Cultrix.
- MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães. (1993). “Sintaxe e pontuação no português contemporâneo”. In: *Boletim da Associação Brasileira de Linguística.* p.p.97-104.
- NASCENTES, Antenor. (1967) “*Origem das Notações Léxicas e Sintáticas*”. In: **Estudos filológicos** (Homenagem a Serafim da Silva Neto). Organizador: Leodegário Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda.
- NASCIMENTO, Milton. & CASTILHO, Ataliba. (1996) “Vale o falado ou o escrito?”. In: *Ciência Hoje.* Vol.20. nº 18. mar. p.p. 20-23.
- NEVES, Maria Helena de Moura. (1996) “A gramática de usos é uma gramática funcional”. In: *Boletim da Associação de Linguística nº19.* dez. p.p.27-37.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá. (1934) **Questões de linguagem.** 1ª parte - Assuntos Vários. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- NUNBERG, Geoffrey. (1990) **The linguistics of punctuation.** United States: CSLI (Center for the Study or Langage and Information).
- NUNES, José de Sá. (1941) **Língua vernácula gramática e antologia.** 3ª ed. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo.

- OSLON, David R. C. TORRANCE Nancy. **Cultura escrita e oralidade**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Editora. Ática. 1995.
- PASSOS, Alexandre. (1955) **Arte de pontuar (notações sintáticas)**. 4ª ed. rev. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores.
- PAUL, Herman. (1884/1980). **Princípios fundamentais da história da língua**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian.(original em alemão)
- PERINI, Mário A. (1985) **Para uma nova gramática do Português**. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_.(1995) **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática.
- PIRES, Sueli. (1997) **Estratégias discursivas na adolescência**. São Paulo: Arte Ciência. UNIP. (Coleção Universidade Aberta, v.31).
- POERSCH, José M. & MUNEROLI, Alda N. O. (1993) “O leitor como intérprete das pistas que o escritor insere no texto: a leitura oral expressiva”. In: *Revista Letras de Hoje*. Porto Alegre. vol.28. n°4, p.p. 9-24, dez.
- PONTES, Eunice. (1987) **O tópico no Português do Brasil**. Campinas: Pontes.
- RANGEL, Pascoal. (1983a) “Pontuação: uma análise estilística I”. In: *Suplemento Literário*. Belo Horizonte: n° 886. p.p.6-7. 24/09.
- RANGEL, Pascoal. (1983b) “Pontuação: uma análise estilística II”. In *Suplemento Literário*. Belo Horizonte: n°.887. p.p.6-7. 01/10.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. (1955) **Serões grammaticaes ou Nova grammica portuguesa**. 6ª ed. Salvador: Livraria Progresso Editora.
- RIBEIRO, João. (1933) **Gramática portuguesa**. Curso Superior. 22ª ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves.
- ROCHA, Antônio de Abreu. (1973) **Redação oficial**. Belo Horizonte: Editora Vigília Ltda.
- ROCHA LIMA, C.H. da. (1968) **Gramática normativa da língua portuguesa**. 13ª ed. Rio de Janeiro: F.Briguiet e Cia. Editores.
- ROCHA, Iúta Lerche Vieira (1996) “ Pontuação e formato gráfico do texto: aquisições paralelas”. In: *DELTA*, vol 12, n° 1, p.p. 1-34.
- \_\_\_\_\_.(1997). “O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva”. In: *DELTA* vol. 13, n° 1, p.p.83-117.

- RODRIGUES, Bernardete Biasi. (1993) **Discrepâncias entre a pontuação e as pausas**. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- ROULET, E. (1991). “Vers une approche modulaire de l’analyse du discours”. In: *Cahiers de linguistique française*. nº12. p.p.53-81.
- \_\_\_\_\_. (1995) “Etude des plans d’organisation syntaxique, hiérarchique et référentiel du dialogue: autonomie et interrelations modulaires”. In: *Cahiers de linguistique française*. nº17. p.p.123-140.
- \_\_\_\_\_. (1996) “Une description modulaire de l’organisation topicale d’un fragment d’entretien”. In: *Cahiers de linguistique française*. nº18. p.p.11-32.
- \_\_\_\_\_. (1997a). “A modular approach to discourse structures”. In: *Pragmatics*. nº7. p.p.126-146.
- \_\_\_\_\_. (1997) “Un modèle et un instrument d’analyse de l’organisation du discours”. (texto mimeo) 32 p.
- SAID ALI, M. (1964) **Gramática secundária da língua portuguesa**. 8ª ed. São Paulo: Melhoramentos.
- SAMPSON, Geoffrei. (1996). **Sistemas de escrita**. Tipologia, história e psicologia. Tradução de Válder Lellis Siqueira. São Paulo: Editora Ática.
- SANDMANN, Antônio. (1997). **A linguagem da propaganda**. 2ª ed. São Paulo: Contexto (Repensando a Língua Portuguesa).
- SAUSSURE, Ferdinand. (1970) **Curso de Lingüística Geral**. 2ª ed. São Paulo. Cultrix.
- SCLIAR CABRAL, Leonor & RODRIGUES, Bernadete Biasi. (1994) “Discrepância entre a pontuação e as pausas”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas. vol. 26. p.p.63-77. jan./jun.
- SMITH, Frank. (1991) *Compreendendo a Leitura*. Artes Médicas. 3ª ed. Porto Alegre.
- SMITH, Marisa Magnus. (1993) “A pontuação como ponto comum entre o leitor e o escritor”. In: *Revista Letras de Hoje*. Porto Alegre: vol. 28. nº4. p.p.53-84. dez.
- SOARES BARBOSA, Jeronymo. (1875) **Grammatica filosofica da língua portuguesa ou Princípios da grammatica geral aplicados à nossa linguagem**. 6ª ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

- TFOUNI, Leda Verdiani.(1992) “O dado como indício e a contextualização do(a) pesquisador(a) nos estudos sobre compreensão da linguagem”. In: *Revista DELTA*. São Paulo: Educ.vol. 8. nº 2. p.p. 205-223.
- TORRES, Artur de Almeida.(1981). **Moderna gramática expositiva da língua portuguesa**. 26ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- TRAVAGLIA, Luís Carlos. (1996) **Gramática e Interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez Editora.
- VESTERGAARD/SCHODER. (1996) **A linguagem da propaganda**. São Paulo: Martins Fontes.
- VILELA, Mário. (1995) **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Livraria Almedina.
- ZILLER, João. (1952) **Pequenos reparos filológicos**. 2ª ed. aum. São Paulo: Imprensa Metodista.

### **Manuais de Redação.**

- Novo manual de redação. (1995) São Paulo: Folha de São Paulo, 5ª ed.
- O Estado de São Paulo. (1990) **Manual de redação e estilo**. Organizado e editado por Eduardo Martins. São Paulo: O Estado de São Paulo.